



Departamento de História e Filosofia
Curso de Mestrado em História Contemporânea

A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos:
Casos de estudo nas Ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde

Mestranda: Maria do Rosário Fontainhas dos Reis Silva
Orientador: Professor Doutor Lourenço Gomes

Praia, 2013



Departamento de História e Filosofia
Curso de Mestrado em História Contemporânea

MARIA DO ROSÁRIO FONTAÍNHAS DOS REIS SILVA

**A Habitação enquanto Património dos Espaços Rurais e Urbanos Contemporâneos:
Casos de estudo nas Ilhas de S. Tiago e do Fogo em Cabo Verde**

Dissertação apresentada à Universidade de Cabo Verde para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre, na área de História Contemporânea, realizada sob a direcção científica do Professor Doutor Lourenço Gomes, professor afecto ao Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde.

Orientador: PROFESSOR DOUTOR LOURENÇO GOMES

Trabalho elaborado por Maria do Rosário Fontáinhas dos Reis Silva, Aprovado pelos membros do Júri e homologado pelo Conselho Científico como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História Contemporânea.

Júri

(Presidente)

(Arguente)

(Orientador)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha avó Paulina Antónia dos Santos, pelos valores que me transmitiu e pelo apoio que me deu, em todas as esferas da minha vida académica, profissional e familiar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Presidente do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Uni-CV, em funções no ano lectivo 2009/2010, Professor Doutor Marcelo Galvão, e ao Curso de História da Universidade de Cabo Verde, especialmente ao Professor Doutor Lourenço Gomes, por terem permitido a continuação e a efectivação deste trabalho.

Agradeço a todos os Professores que se empenharam para a realização do Curso de Mestrado em História Contemporânea, especialmente ao Doutor Baltazar Neves.

Agradeço ao Doutor Salvador Magalhães Mota, pela orientação inicial, pelo estímulo e pelas sugestões.

Agradeço de modo especial ao meu orientador, Professor Doutor Lourenço Gomes, pela paciência, disponibilidade, permanente cooperação e sábia orientação.

Agradeço a todos os informantes pela sua pronta colaboração e amabilidade.

Agradeço a toda a minha família, pelo apoio incondicional que me demonstraram ao longo da realização desta dissertação.

Índice Geral

Introdução	1
Capítulo I - Contexto do Aparecimento da Herança Edificada nas Ilhas de Santiago e Fogo.....	6
1. Do povoamento da ilha de Santiago à estruturação da sociedade Cabo-verdiana	6
2. Herança edificada na Ribeira Grande de Santiago representativa das autoridades religiosa, política e militar.....	14
3. A ilha do Fogo e sua herança na forma de património construído.....	22
Capítulo II - Habitações Tradicionais: Tipologias e Técnicas Construtivas do Passado e do Presente..	26
1. O funco: tipologia de habitação tradicional de origem africana.	26
2. Um Funco habitado	38
3. Habitação tradicional de planta rectangular como marca do estilo de vida mais comum em Cabo Verde.....	41
4. Habitações tradicionais de planta rectangular na Cidade Velha e noutras localidades do interior de Santiago.	45
5. Técnicas construtivas de “ontem” e na actualidade.	53
Capítulo III - Os Sobrados ou Casas Senhoriais da Ribeira Grande de Santiago e de S. Filipe	56
1. Breve resenha sobre a fundação e o desenvolvimento das cidades da Ribeira Grande de Santiago e S. Filipe.	57
2. Um exemplar de casa senhorial ainda firme na Ribeira Grande de S. Tiago.....	66
2.1 Referências relativas à posse e localização da casa	67
2.2 Descrição da habitação.....	74
2.3 Fases de degradação a que esteve sujeito o imóvel.....	81
2.4 Possibilidade de reabilitação da Casa senhorial na perspectiva de valorização da cidade na época contemporânea.	86
2.5 Um único sobrado habitado na Cidade Velha.	98
3. Sobrados de S. Filipe: particularidades e simbolismos.	102
3.1 O simbolismo associado aos sobrados de S. Filipe.....	102
3.2 Intervenções visando a recuperação de sobrados: alguns exemplos	109
Conclusão	117
Referências Bibliográficas	125
Anexos.....	142

Índice de Quadros

Quadro I- Número de fogos e população dos centros urbanos e rurais em 1572.	59
Quadro II - Tabela comparativa da casa tradicional e da senhorial observadas durante o trabalho de campo na Cidade Velha	101

Índice de Gráficos

Gráfico I - Variação do Movimento do Comércio Externo e Interno de Santiago.....	61
Gráfico II - A Participação da População Local.....	96
Gráfico III - A Perspectiva da População Local acerca das consequências da Patrimonialização	97

Índice de Figuras

Figura 1 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário.	15
Figura 2 - Vista da cidade da Ribeira Grande – desenho de Travassos Valdez, 1864.....	16
Figura 3 - Imagem de 2003 da “Cidade Velha”, tendo ao fundo as ruínas da Sé Catedral.	16
Figura 4 - Planta reestruturada da Fortaleza Real de São Filipe.	17
Figura 5 - Interior do Forte de S. Filipe: parte das escavações feitas no local.	18
Figura 6 - Imagem da Porta Principal de entrada da Cidade depois de recuperada.....	19
Figura 7- Imagem do Pelourinho.	20
Figura 8 - Imagem dos sobrados da rua João Pais, em S. Filipe, mostrando o declive acentuado desta zona.....	23
Figura 9 - O Padrão: A Esfera armilar e a Cruz de Cristo.	24
Figura 10 - A Igreja católica de S. Filipe.....	25
Figura 11- O edifício da Câmara Municipal de S. Filipe.....	25
Figura 12 - Funco habitado do interior da ilha de Santiago.....	28
Figura 13 - Funco de palha confeccionado pelos rebelados de Espinho Branco.....	30
Figura 14 - Imagem da cidade da Praia.	32
Figura 15 - Um Funco e uma casa de planta rectangular em Pé de Verde, S. Vicente.....	33
Figura 16 - 1ª imagem: Mosteiros, vista de Cova Vicente. 2ª imagem: funco habitado – Cova Vicente.	38
Figura 17 - Planta reconstituída do funco e da casa de planta rectangular localizados em Alto Vicente.	39
Figura 18 - Casa rectangular contígua ao funco.	40
Figura 19 - Casas de pedra solta, de plantas rectangulares, justapostas, cobertas de palha.	44
Figura 20 - Casa de planta rectangular e funco de planta circular, feitas com blocos de lava negra.....	45
Figura 21 - Habitações de diversa tipologia em Ribeira Grande.	45
Figura 22 - Imagem que representa o aspecto exterior das casas, todas contíguas.	46
Figura 23 - Casa contígua ao exemplar em estudo, que apresenta uma porta e duas janelas laterais.	47
Figura 24 - Interior da casa depois de preservada.....	48

Figura 25 - Mobiliário moderno substitui o antigo.....	49
Figura 26 - Teto com forro e com friso.....	50
Figura 27 - Casa tradicional da Rua da Banana.....	51
Figura 28 - Interior da casa. Teto de palha sob forro de folha de palmeira entrelaçado.....	52
Figura 29 - Divisória do compartimento lateral que serve de quarto de dormir.....	52
Figura 30 - Casas de planta rectangular e funcos nos Engenhos, S. Tiago, em 1964 (1ª imagem) e 1966 (2ª imagem).....	53
Figura 31 - Casa de planta rectangular preservada.	54
Figura 32 - Casas de pedra aparelhada com argamassa e reboco.	55
Figura 33 - Cópia do Documento original do Translado da habitação.	68
Figura 34 - Imagem da certidão do registo da propriedade.	69
Figura 35 - Imagem da certidão do registo do prédio.	70
Figura 36 - 1ª imagem: Bairro de S. Sebastião e a casa senhorial em referência, por volta de 1980 vista do Forte de S. Felipe. 2ª imagem: Panorâmica actual do mesmo Bairro de S. Sebastião vista a partir da Praça do Pelourinho.	72
Figura 37 - Imagem actual da casa.	73
Figura 38 - Planta reconstituída da habitação senhorial em estudo.	77
Figura 39 - 1ª imagem: exterior da casa senhorial em estudo. 2ª imagem: interior da casa senhorial em estudo.....	78
Figura 40 - Imagem que mostra o teto de quatro águas coberto de telha marselhesa.....	79
Figura 41 - Peças de mármore na parede e forro de madeira nobre no lintel da porta.	79
Figura 42 - O forro no lintel da janela, em madeira nobre.	80
Figura 43 - O forro do teto em madeira nobre e a moldura do centro.	80
Figura 44 - Imagem e da casa senhorial e do Bairro de S. Sebastião (1964).....	82
Figura 45 - Imagem da Casa Senhorial e do Bairro de S. Sebastião (sem datação).	82
Figura 46 - Casa Senhorial em degradação.....	83
Figura 47 - Imagem da casa senhorial e de outras construções do Bairro de S. Sebastião.....	84
Figura 48 - Imagem da fachada lateral e da fachada posterior em escombros.	85
Figura 49 - Imagem do projecto de preservação cedido pelo IIPC.....	87
Figura 50 - Sobrado situado na entrada da cidade e outras habitações mais humildes, algumas degradadas.....	98

Figura 51 - O mesmo Sobrado, também degradado, nos anos 60.....	99
Figura 52 - Sobrado preservado e habitado – fachada principal.....	100
Figura 53 - Sobrado preservado – fachada lateral esquerda e quintal.	100
Figura 54 - Janela com varanda em madeira nobre (guarda ou grade) num sobrado em ruínas da cidade de S. Filipe.....	105
Figura 55 - Exemplares de varandas e uma varanda de madeira nobre coberta de telha.	107
Figura 56 - S. Filipe vista de cima numa fotografia aérea.....	110
Figura 57 - Sobrado onde residia o Administrador na época colonial.....	111
Figura 58 - Exemplares de sobrados e a Igreja de S. Felipe.....	112
Figura 59 - Sobrado de Nhô Agnelo.....	112
Figura 60 - Casas de planta rectangular bem conservadas em S. Filipe, Fogo.....	113
Figura 61 - Sobrado de Nha Martina, recuperado e em bom estado de conservação.....	114
Figura 62 - Imagem antiga da rua João Pais.....	114
Figura 63 - Imagem mais recente da rua João Pais.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

U.N.E.S.C.O. – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

O.N.U. – Organização das Nações Unidas

O.N.G. – Organismo não Governamental

I.N.I.D.A. – Instituto Nacional de Investigação Agrária

I.I.P.C. – Instituto de Investigação do Património Cultural

C.I.A.T.M.H. – Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos

C.I.C.R.M. – Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração de Monumentos

Resumo

O património construído das cidades da Ribeira Grande de Santiago e de S. Filipe na ilha do Fogo, constitui uma riqueza cultural digna de ser preservada e salvaguardada, pois evidencia uma herança intangível que expressa a identidade local e nacional. O espólio edificado de Cabo Verde possibilita o enquadramento e análise de habitações tradicionais e senhoriais através de estudos de caso, exemplificados pelas pesquisas desenvolvidas no âmbito deste trabalho.

As habitações tradicionais e senhoriais que emergiram nas duas ilhas mencionadas, são fruto das dinâmicas económicas e culturais, mas também de uma realidade geográfica marcada por condições específicas de uma natureza desafiadora, que propiciou e exigiu maior criatividade dos moradores de Santiago e do Fogo. Toda a imaginação dos habitantes destas e de outras ilhas de Cabo Verde traduziu-se na utilização e adaptação de materiais e técnicas de construção que tiveram a sua origem nas construções portuguesas e africanas. Revestem-se de grande importância em todo o arquipélago e especialmente nas ilhas que foram objecto de pesquisa, pela simbologia que expressam. Uma e outra tipologia expressam respectivamente, a vivência comum dos habitantes das ilhas e o modo de viver de uma elite local que sempre quis revelar o seu estatuto social através da habitação. Casos bem-sucedidos que revelam uma atitude positiva relativamente ao património cultural no nosso tempo, traduzidos em acções de preservação de construções habitacionais e outras edificações monumentais de cariz religioso, civil e militar, que também mereceram uma atenção nesta dissertação, põem em evidência as potencialidades turísticas de usufruto benéfico a nível nacional e local. Neste particular, destaca-se o exemplo da cidade da Ribeira Grande de Santiago que hoje detém o estatuto de património da humanidade, os exemplos recentes de classificação de cidades cabo-verdianas como Património Nacional, e toda a vontade manifestada pelas autoridades em trabalhar no sentido da elevação de outros sítios histórico-naturais a património mundial.

Palavras-chave: Património edificado; tipologias habitacionais; preservação do património cultural.

Abstract

The built heritage located in the cities of Ribeira Grande of Santiago and S.Filipe in Fogo Island, is a cultural treasure worthy of being preserved and safeguarded for being the evidence of an intangible heritage that expresses the local and national identity. The vestige estate existing in Cape Verde makes possible the framework and the analysis of traditional and lordship housing through case studies, based on examples from research developed in the scope of this work.

The traditional and lordship housing that emerged in the two mentioned islands are the result of economic and cultural dynamic, but also of a geographical reality marked by specific conditions of a challenging nature that provided and required more creativity from the residents of Santiago and Fogo. Every imagination of the inhabitants of these and other islands of Cape Verde resulted in the use and adaptation of materials and construction techniques that were brought in by the Portuguese and African. They also are of great importance in the archipelago and especially in those islands which constituted the research objects, because of the symbolism they express. One or another expressed typology, respectively through, the common social living of the islands inhabitants and the lifestyle of local elite who always wanted to reveal their social status through their type of house.

Successful cases that show a positive attitude towards cultural heritage, in our time, translated into action to preserve, to build new housing and other monumental buildings of a religious, civil and military feature, which also deserved a special attention in this dissertation, highlight the tourism potential that people at the national and local level might fully enjoy. In this particular aspect it is worth standing out three important points which are the example of the city of Ribeira Grande de Santiago now holding the status of world heritage sites, the recent examples of classification of Cape Verde cities as national heritage and finally, all the authorities willingness to work towards lifting other historical and natural sites to world Heritage.

Keywords: Built heritage, housing typologies, preservation of cultural heritage.

Introdução

A presente Dissertação de Mestrado intitula-se: “*A habitação enquanto património dos espaços rurais e urbanos contemporâneos - casos de estudo nas ilhas de Santiago e Fogo em Cabo Verde*”. As pesquisas foram desencadeadas pela seguinte pergunta de partida: Será possível demonstrar o elevado valor patrimonial de habitações tradicionais e de exemplares de sobrados ou casas senhoriais que emergiram em Cabo Verde, partindo-nos de casos concretos de estudo?

O trabalho vai enfatizar, num primeiro momento, o contexto do aparecimento da herança edificada nas ilhas de Santiago e Fogo, para em seguida abordarmos as habitações tradicionais, destacando-se as tipologias e técnicas construtivas do passado e do presente e no fim incidirmos na análise dos sobrados ou casas senhoriais na Ribeira Grande de Santiago e S. Filipe, na ilha do Fogo.

Tem como objectivo geral demonstrar a importância das edificações enquanto elementos do património histórico construído, o valor da preservação destas habitações, que contribuem para a reconstituição da história e da cultura de uma comunidade, bem como o interesse histórico-cultural dos espaços onde se encontram inseridos, permitindo o seu reconhecimento local, regional e universal e o desenvolvimento social e económico destas espaços. Este propósito geral desdobra-se nos seguintes objectivos específicos:

- Contextualizar o aparecimento da herança edificada nas ilhas de Santiago e Fogo – Analisar as habitações tradicionais, as suas diferentes tipologias, técnicas construtivas do passado e do presente e a importância da sua preservação.
- Demonstrar o elevado valor patrimonial de exemplares de sobrados ou casas senhoriais da Ribeira Grande de Santiago e de S. Filipe, pela estética que representam e sua importância histórico-cultural.

Nas sociedades contemporâneas tem havido um interesse evidente pelo património, particularmente os bens edificados, na procura de se encontrar formas de preservação e valorização desses bens numa perspectiva de desenvolvimento.

Assim, a análise das qualidades estéticas de edifícios, reconhecidos como monumentos de elevado valor patrimonial, como são os casos das habitações tradicionais e senhoriais, permite-nos realçar o valor simbólico expresso neste tipo de elemento da cultura material, nos espaços rurais e urbanos de Cabo Verde.

Contudo parece pertinente alertar pela pertinência de serem mais acarinhadas as habitações tradicionais, sobretudo nos meios rurais de Cabo Verde, por parte das autoridades e de todos aqueles que interferem na vida das diferentes comunidades espalhadas pelas ilhas.

Na verdade, esses bens representam uma herança do nosso passado e do quotidiano das nossas gentes e podem fazer parte de roteiros turísticos, quando, seleccionados segundo o seu contexto e interesse histórico-cultural, apresentam-se como exemplos vivos de como é que se vivia e ainda se vive nas localidades afastadas, habitadas por gente humilde. A valorização da casa e da paisagem circundante deve ser potencializada antes de tudo pela Câmara Municipal, para o bem da população local, do município e do país em geral, que deve procurar, inventariar e explorar zonas com potencial turístico.

Se é um facto que algumas residências senhoriais no nosso meio demonstram a resistência e sobrevivência no tempo, outros porém vêm sofrendo de intensa degradação por impulsos resultantes da indiferença face ao património histórico. Uma vez que quase sempre veiculam memórias representativas de uma realidade histórica concreta e imortalizam gostos estéticos desejáveis em todos os tempos, impõe-se que sejam salvaguardadas. Atitudes destas correspondem a princípios e valores que uma sociedade deve defender e podem evidenciar uma relação positiva em relação à herança patrimonial, compatível com a mentalidade contemporânea. Este paradigma da conservação de bens com valor histórico-cultural, engendrou o moderno interesse pelo património arquitectónico e pela sua reabilitação. É neste contexto que

enquadramos a problemática que envolve as pesquisas no âmbito do estudo que ora propomos levar a cabo.

Em jeito de revisão bibliográfica sobre o nosso objecto de estudo, importa ser salientado que alguns autores têm debruçado sobre a questão em análise. Tais iniciativas decorrem das mudanças sociais e económicas que vêm demandando novas opções e alternativas, que visam em última instância o desenvolvimento, através da estratégia de criar novas oportunidades de afirmação no mundo de hoje, bem como a melhoria da qualidade de vida dos moradores nas zonas urbanas e rurais de Cabo Verde. Assim, torna-se imprescindível considerar as habitações tradicionais urbanas e senhoriais como potenciais pontos de atracção turística, que pelos seus valores peculiares merecem ser inseridas num roteiro turístico.

Alguns autores asseveram que perante os debates e reflexões sobre os modelos e alternativas do património ligados ao desenvolvimento, o turismo tem-se revelado e consolidado ultimamente como alternativa possível à dinamização das habitações tradicionais e senhoriais nos espaços rurais e urbanos, que pode propiciar melhorias nas condições de vida das pessoas e que, em última instância, reforça os princípios sustentáveis identitários e da salvaguarda da cultura.

Com todas as ambivalências da nossa época, as tentativas recentes de valorização de habitações tradicionais e senhoriais vêm assegurar uma saudável convivência e continuidade, em médio e longos prazos, na reconversão e conservação da herança cultural. Por esta via, segundo estudiosos destas questões, é possível conseguirmos alcançar o desenvolvimento sustentável ao preservarmos os nossos recursos culturais.

O conceito de património enquanto categoria importante para o conhecimento, no âmbito deste estudo, na sua acepção mais moderna, refere-se ao conjunto de bens materiais e imateriais transmitidos pelos antepassados e que constituem uma herança colectiva. Esta significação guiará os momentos chave deste trabalho, na medida em que define e encerra a noção do simbólico na relação entre o passado e o presente, e assim permitir - nos - á procurar identidades que importam ser preservados através dos elementos da cultura material em estudo.

No que toca ao património cultural imóvel, dado a sua importância, onde de resto se integra o nosso objecto de estudo, a legislação cabo-verdiana, especificamente a Lei n.º 102/III/90 de 29 de Dezembro, insere-o no património cultural cabo-verdiano que, segundo a mesma legislação, é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a preservação da identidade e a valorização da cultura cabo-verdiana através do tempo.

Para a elaboração deste trabalho foram estabelecidas, à partida, as seguintes hipóteses:

As habitações tradicionais podem ser analisadas segundo diferentes tipologias que se distinguem dos modelos de habitação senhorial;

As práticas de construção utilizadas nos edifícios habitacionais em Cabo Verde envolveram, no passado e no presente, técnicas construtivas bem como materiais endógenos e exógenos;

É possível identificar em Santiago e no Fogo bens culturais, nomeadamente habitações tradicionais e senhorias, e demonstrar o valor patrimonial desses bens, que impõem a sua preservação/valorização à luz de paradigmas da época contemporânea relativos ao património de cada povo.

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho consistiu em recolha e análise documental, complementadas com trabalho de campo, que consistiu em visitas sistemáticas aos locais de implantação de várias edificações estudadas.

A abordagem metodológica direccionou a pesquisa para a análise das informações recolhidas, com base no contributo das técnicas de pesquisa de campo, aplicadas às ciências sociais (Lopes Filho, 1981: 60). Para o efeito, procurou-se, ao longo do trabalho, responder à pergunta de partida enunciada no início da investigação, com recurso a procedimentos recomendados no âmbito da pesquisa tais como: a verificação empírica (observação) e a interpretação dos dados que se relacionam com a realidade estudada (Quivi, 2008: 211), neste caso, o património edificado na forma de habitações.

A análise do conteúdo partiu da bibliografia sobre o objecto em estudo e tiveram relevância significativa para a realização do presente estudo, técnicas complementares, tais como o recurso a entrevistas, questionários, e observação de tipos habitacionais, bem como o convívio com as pessoas para indagar sobre o seu quotidiano, partilhando da sua experiência do dia-a-dia na utilização da habitação, o que define em parte a sua funcionalidade.

A recolha em Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação, Museus, Comunidades Urbanas e Rurais, ocorreu em paralelo à participação em palestras, seminários, apresentação de livros sobre o tema, que se afiguraram como momentos de aprendizagem e consolidação de saberes, de actualização e ampliação de conhecimentos sobre o assunto em referência.

Foi com este objectivo que realizamos também pesquisas na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Biblioteca Nacional do Porto, no Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense, no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, no Instituto da Biblioteca Nacional de Cabo Verde, no Instituto de Investigação e Patrimónios Culturais de Cabo Verde, nas Câmaras Municipais das cidades a que se relacionam os elementos em estudo, contactos directos com técnicos ligados aos projectos de valorização e recuperação do património, contactos pessoais com os residentes e responsáveis locais para a recolha de dados.

O objectivo perseguido com a metodologia adoptada foi no sentido da elaboração e apresentação de um trabalho coerente, uma reflexão aprofundada sobre informações parcelares e trabalhos já realizados, sobre os bens estudados e respectivos locais de implantação, o levantamento de dados existentes em revistas, livros vários e em *sites*, num estudo que procura superar falhas e omissões, e uma análise aprofundada, aturada o quanto possível, realçando a problemática da preservação, e o valor e a importância da preservação.

Capítulo I - Contexto do Aparecimento da Herança Edificada nas Ilhas de Santiago e Fogo.

“O sucesso do povoamento de Cabo Verde era fundamental e a pedra basilar para a empresa de exploração dos mares e territórios já ocupados e dos que estavam a sul e na costa oriental da África. (...) Seja como for, não se esgota este acto o esforço de adaptação dos povoadores. Aliás, não deixa de ser notável a dimensão da empresa que põem em marcha para reconstruir profundamente o quadro bio-geográfico do arquipélago de modo a torná-lo habitável.” (Correia e Silva, 2001: 4).

Neste capítulo procuraremos inserir o aparecimento da herança edificada nas ilhas de Santiago e do Fogo no processo de povoamento das ilhas mencionadas, dirigindo um olhar à dinâmica da estruturação da sociedade cabo-verdiana, salientando o património construído na Ribeira Grande de Santiago, representativa das autoridades religiosa, política e militar. Um salto à ilha do Fogo permitirá evidenciar a herança patrimonial na forma de construções expressivas da identidade local.

1. Do povoamento da ilha de Santiago à estruturação da sociedade cabo-verdiana

Constante da carta de doação de 19 de Setembro de 1462, a expressão [...] *queremos que elle haja livremente as ditas jlhas e senhorio e povoradores (povoadores) d’ellas [...]*, traduzia a vontade do rei D. Afonso V manifestada ao Infante D. Fernando, em que fosse desencadeado imediatamente o povoamento das ilhas então descobertas. António de Noli teve como recompensa pelos feitos de descobridor das ilhas orientais, a parte sul/oeste de Santiago cuja carta de doação não chegou até nós. Segundo o Pe. António Brásio, aquele genovês chegou a Santiago nesse ano de 1462 acompanhado de alguns membros da sua família e de portugueses do Alentejo e do Algarve (BRÁSIO, 1963: 83-97).

Por sua vez Diogo Afonso, a quem foi doado a capitania norte da citada ilha, cuja sede, inicialmente estava instalada em Alcatraz, mas que viria a ser transferida para o povoado da Praia por volta de 1516, o que marca a sua entrada na história de Cabo Verde. Ao que parece, está na posse da mesma, “*antes de 29 de Outubro do mesmo ano*”-1462 (Santos, 2001: 39). Logo no início, as primeiras tentativas para encetar o povoamento não foram fáceis, na opinião de Orlando Ribeiro (Ribeiro:1960). Testemunha esta constatação, o facto de até o ano de 1466, nos quatro anos que haviam transcorrido desde o início do povoamento, apenas havia uns religiosos que se estabeleceram em Santiago, e acharam a terra como desejavam, “*destituída de povos, excepto alguns genoveses*” que mais tratavam de colher algodão pelo mato (Barcelos, 1899: 28).

Passados os primeiros anos em que se experimentaram dificuldades no povoamento, o infante D. Fernando vê o seu empreendimento ganhar impulso com os incentivos dados pela carta régia de 1466, pelo que ao mesmo tempo, as famílias do Algarve e do Alentejo estabelecidas na ilha, intensificaram o comércio e a relação com as negras da terra e da Guiné, e assim o povoamento se foi propagando pela via da miscigenação. Valendo-se do exclusivo que lhes fora conferido de resgataram na Guiné grande número de escravos para o arroteamento das terras, e do processo de miscigenação inicial, originaram-se logo as três espécies de castas, que proliferavam no território: brancos de descendência pura europeia, mulatos resultantes do cruzamento dos brancos da Europa com as negras da Guiné. Esta casta aumentou significativamente quando no século XVI começaram a ser enviados para o arquipélago degredados a cumprir sentença, não tendo parado a introdução de escravos da costa da Guiné, pretos de linhagem pura africana, promovida pelos senhores, em proveito próprio. Faz notar Carreira que o recurso à mão-de-obra do continente fronteiriço justificou-se devido à necessidade de fixação humana e exploração da terra numa segunda fase (Carreira: 1983).

Como um todo, Cabo Verde é apresentado como tendo uma posição estratégica, a meio caminho entre a Europa, as Américas e a África. Além disso, esta particularidade do Arquipélago de Cabo Verde é descrita por Ilídio do Amaral que relaciona, de modo sucinto, a situação geográfica com as características climáticas do mesmo, mostrando os seus impactos na agricultura e nas actividades geradoras de rendimento. Secas e crises têm sido acontecimentos constantes no arquipélago constituindo, só por si, os maiores desafios para a população, que vive

fundamentalmente da agricultura pouco diferenciada e de algumas actividades a ela ligadas. Afirma a este propósito: *“Nada pode o engenho humano para alterar tais fenómenos de escala planetária. A virtude está em tirar o melhor partido das particularidades do clima”* (Amaral, 2001: 18-21).

Logo após as descobertas, inicia-se o povoamento da ilha de Santiago e depois o da ilha do Fogo. Estas duas ilhas ofereciam melhores condições de habitabilidade e exploração agrícola, devido à sua posição geográfica, à sua orografia e ao seu clima. À Ilha de Santiago, a maior de todas e a primeira a ser descoberta e habitada, seguiu-se o da Ilha do Fogo. Ilídio do Amaral, no seu livro, *“Santiago de Cabo Verde – a terra e os homens”*, alude às condições naturais da Ilha de Santiago, salientando que a mesma ao ser encontrada 1460 avanta-se às demais, pela sua posição não marginal, *“com bons ancoradouros abrigados dos ventos predominantes, um relevo dissecado que lhe permite ter vales largos e achadas extensas, a maior dimensão entre todas”* (Amaral, 1964:15).

Segundo Artur Teodoro de Matos, (Matos, 2005:15) veio modificar as características do povoamento das ilhas a Carta de Limitação de Privilégios de 8 de Fevereiro de 1472, já que inicialmente o povoamento esteve ligado às necessidades de acostagem, pelo papel decisivo no comércio e da navegação. A carta régia acima referida, veio segundo Matos, modificar as características do povoamento de Cabo Verde, na medida em que, estando os moradores condicionados no acesso aos produtos não originários da ilha de Santiago para sustentar a sua economia, tiveram que procurar nas actividades agro-pastoris e artesanais produzidos ou recolectados localmente, uma alternativa para ultrapassar os constrangimentos impostos por tais limitações. Reforçaram o cultivo do milho, legumes, hortícolas, cana do açúcar, algodão, passaram a explorar mais intensamente o gado bravo, por excelência para a extracção de peles de caprinos, a criação de cavalos entre outros animais, o incremento de produtos artesanais (panos de terra, fabrico de aguardente, açúcar mascavado) bem como uma maior procura de plantas e moluscos tintureiros.

Assim dotaram-se de produtos locais de exportação e abastecimento de navios bem como para participarem no comércio da Guiné. Esta nova realidade permitiu que as populações se fixassem

e alastrassem mais rapidamente dada à necessidade de mão-de-obra para o arroteamento das terras (Matos, 2005: 16).

Reportando-se à problemática dos recursos naturais das ilhas, Luís de Albuquerque refere que:

“... na solidez dos edifícios vulcânicos, uns mais conservados, como o Fogo, ou mais alcantilados, como Santo Antão e Santiago, outros mais erodidos, como o Sal, Boavista e Maio, não há riquezas minerais de valor económico, nem sólidas, nem líquidas, nem gasosas. Quanto a fontes de energia, apenas restam as do sol, dos ventos e das águas do mar. Salvo o sal, sobretudo no Sal e na Boavista, e algumas posolanas em Santo Antão” (Albuquerque, 2001: 39).

Ao referirmos à estruturação social, importa salientar que o branco europeu, o escravo africano e o mulato vão contribuir para a formação de uma nova sociedade no arquipélago de Cabo Verde. Num primeiro momento, a sociedade cabo-verdiana estruturou-se e constituiu-se “*com base no factor étnico ou racial*”, tal como refere Ilídio Baleno. Nesta perspectiva, concorreram os grupos que definitivamente se fixaram em primeiro lugar na ilha de Santiago: Europeus (livres) e africanos (escravizados) (Baleno, 1991: 158).

Os brancos europeus eram compostos, conforme António Carreira, por portugueses e estrangeiros. Projecta-se esse grupo no tempo com base em elementos das *famílias nobres, religiosos e plebeus*, ligados a várias classes (Carreira, 1997: 296).

O primeiro e o segundo grupo foram-se engrossando à medida que ia crescendo uma terceira casta constituída por naturais da ilha de Santiago. O grupo composto por brancos europeus delineia-se no tempo englobando mais tarde entre os mesmos, como terá acontecido no Brasil os seguintes elementos:

- Jesuítas;
- Aventureiros;
- Náufragos;
- Marinheiros;

- Desertores;
- Alguns funcionários;
- Degredados;
- Prostitutas;
- Órfãs;
- Camponeses oriundos de várias regiões de Portugal, Madeira e Açores (Carreira, 1983: 297).

O grupo de negros africanos recrutados como escravos na época, teve no início, como foco de resgate, toda a costa ocidental africana, isto é, do Rio Senegal à Serra Leoa. O foco de resgate restringiu-se, posteriormente à região da Guiné no seu sentido mais moderno. Esse grupo oriundo do continente africano foi-se estruturando com o passar do tempo, integrando no seu seio:

- Mandingas;
- Balantas;
- Bijagós;
- Felupes;
- Beafadas;
- Manjacos.¹

Perante o quadro acima descrito a sociedade insular evolui para a formação de três grandes grupos sociais distintos:

- Brancos;
- Africanos livres e forros (escravos alforriados ou libertos);
- Escravos, a maioria;

Esta é uma classificação que foi feita em função dos direitos individuais dos elementos que estiveram na base da composição da emergente sociedade cabo-verdiana.

¹ BRÁSIO, Padre António. (1958), Monumenta Missionária Africana (África Ocidental), 2ª Série, Vol. I, p. 88.

Forma-se, nos primeiros tempos, uma sociedade baseada na velha tradição escravocrata e, por conseguinte estratificada, estruturalmente de tipo piramidal. Os brancos, grupo minoritário e detentor de poder, no topo. Na base estava uma grande massa de escravos, a imensa maioria.² Intermediava-se, na estrutura piramidal, os forros.

No interior de cada grupo havia diferenças sociais. Segundo Carreira, mesmo para os brancos, era difícil enquadrar todos eles numa mesma categoria social, por duas razões:

- Persiste a posição social que cada um detinha, antes de virem da Europa e que foi transplantado para as ilhas.
- Instalou-se, localmente, o jogo de interesse que também deu a cada um a sua posição social.

Além disso, a legislação da época, sublinha o autor acima referido, previa e salvaguardava a estratificação, que foi transplantada para estas ilhas e outros pontos por onde estiveram os europeus com uma ou outra adaptação. Um mesmo crime cometido por brancos forros ou escravos podia ser punido de maneira diferente, variando as penas de acordo com a condição social do infractor, como se pode constatar nos regimentos dados aos corregedores ou outros agentes da justiça. Pode-se apontar como exemplo que as pessoas de *mor qualidade* (fidalgos escudeiros e alguns mais) não cabiam nas penas aviltantes como: açoites públicos (Brásio, 1958:270-272).

No seio dos escravos existia, uma diferenciação individual da forma como o senhor utilizava os serviços do escravo: *doméstico*, cujo serviço era menos penoso de que o cativo, e que tinha uma relação de maior confiança com o seu senhor; e *rural*, ligado aos trabalhos agro-pecuários, a quem eram destinados apenas tarefas em que só a força era exigida. Escreve Baleno que em Cabo Verde foi preponderante a escravidão doméstica dadas às relações estabelecidas entre o senhor e seus dependentes, mais concretamente com a escrava, permitindo assim o surgimento duma massa de mestiço, liberto ou auto-liberto paulatinamente, que veio, com o passar do tempo, a constituir a maioria da população. Um dado curioso na estrutura social de Cabo Verde (Ilha de

²Segundo António Carreira cuja obra, *Cabo Verde: Classes sociais, estrutura familiar, migrações*, já citada, na página 12 o autor refere ainda que, na segunda metade do século XVI, a massa de escravos situava-se em 87,3% dos habitantes na Ilhas de Santiago e Fogo.

Santiago) foi a forte mobilidade social, que contribuiu para que a ascensão de grupos de negros ou mulatos livres ascendessem na pirâmide social, ficando como registo sócio-antropológico, a expressão “Djam Branco Dja”. Desta forma, em muitas situações, membros desse grupo passaram a deter prestígio e poder, a ponto de muito cedo termos na Câmara da Ribeira Grande gente pertencente a esse grupo.

As boas condições climáticas favoráveis ao cultivo de algodão e o progresso económico emergente na ilha do Fogo, com base nesse produto importante nas transacções comerciais com a costa da Guiné, levaram os mercadores de Santiago a instalar-se nesta ilha e a criarem um complexo produtivo, estendendo as propriedades produtivas para além da primeira ilha povoada. Essa realidade levou o oficial Valentim Fernandes a reconhecer a ilha do Fogo ainda no início do século XVI, como *povoada de gente*³. Assim esses mercadores viram-se obrigados a organizar na ilha, a exploração de propriedades agrícolas, tal como já vinham fazendo em Santiago, o que permitiu que a ilha do Fogo conhecesse um grande esplendor económico nessa época. É importante referirmos que somente as classes capitalizadas (homens do comércio) estavam em condições de financiar os custos de satisfazer a exigência de tornar a propriedade da terra um meio de produção real (Fernandes: 2002). É por esta razão que os grandes proprietários, dividindo entre si o património agrário das duas ilhas, começaram a investir nelas com escravos (mão-de-obra) e instrumentos. Por causa da sua posse económica, esses homens começaram a construir habitações que retratavam o seu poderio económico, emergindo ao mesmo tempo as residências dos remediados que se ergueram ao lado da moradia dos grandes proprietários, que vão harmonizar-se mais tarde na estrutura urbanística, no caso de S. Filipe, e aglomerados humanos em Santiago, que se projectou até hoje.

A ilha do Fogo, povoada a seguir à de Santiago, entre 1480 e 1593 por acção dos moradores de Santiago, de forma semelhante e como uma espécie de apêndice desta (Matos: 2005). A ilha do Fogo foi portanto povoada devido à expansão da actividade comercial na costa da Guiné que exigiu aos moradores de S. Tiago cada vez maior quantidade de bens de troca produzidos localmente. Aí passou a haver grandes propriedades e para essa ilha se deslocou uma grande

³FERNANDES, Valentim. (1508-1510) Citado por, ALBUQUERQUE, Luís de, MADEIRA, Maria Emília (coord.) e tal. *História Geral de Cabo Verde*, (2002) IIIº Vol. Lisboa - Praia. Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Investigação e Património Culturais de Cabo Verde.

quantidade de escravos, mão-de-obra para o trabalho nos campos algodoeiros, tendo-se criado uma capitania semelhante ao da Ribeira Grande e tendo sido um dos seus primeiros detentores, Fernão Gomes para, a partir de 20 de Abril de 1520 passar para as mãos de D. João de Vasconcelos, conde de Panela, por doação do rei D. João III (Torrão, 1991: 157-176). A dinâmica do povoamento da ilha deveu-se portanto a limitações impostas pela carta régia de 1472 que obrigava aos moradores de Santiago a produzir os meios de compra dos escravos negros (mercadoria altamente apetecida e concorrida) que tinha de ser agora com os produtos nados e criados na própria ilha.

Em meados do século XVI, depois que D. João III, rei de Portugal, ter doado a capitania da ilha a João Menezes de Vasconcelos, conde de Penela⁴, a ilha tinha já uma vida social desenvolvida, que se avalia pelas questões em que se envolviam os habitantes e os corregedores, apoiados por uns e recriminados por outros. No entanto, convém realçar que a Ilha do Fogo nunca alcançou um desenvolvimento comparável à da Ilha de Santiago, dominada pelos seus moradores rurais, que tinham abundância de tanques de água para rega, que produzia em grande quantidade o milho e cana sacarina para a produção de aguardente (Ribeiro: 1960).⁵

A sociedade que se estruturou nas duas ilhas revelou-se estratificada como se viu anteriormente, isto é, com brancos, mulatos e negros escravizados (Andrade, 1996: 48) deixando perceber João Augusto Martins que «gente branca», no caso do Fogo (Martins, 1981:102), mas também realidade das ilhas em geral, correspondia às pessoas que viviam em melhores condições de vida e em bons sobrados⁶. Por outro lado «gente preta» eram os homens, mulheres e crianças que habitavam os pobres *funcos*⁷ e que nada possuíam além da miséria que os castigava duramente (Ribeiro, 1981: 102). Entre essas duas camadas sociais encontrava-se o «mulato», muitas vezes rejeitado pelas famílias tradicionais e conservadores do laço sanguíneo, que vivia na sua casa de tipologia rectangular.

⁵Segundo Orlando Ribeiro (Ribeiro:1960) a Ilha de Santiago no conjunto das ilhas era a que sem dúvida apresentava menos desfavorecida, pois, sendo a maior, tinha bons portos, contava com boas nascentes de água doce, enquanto a Ilha do Fogo além de ser árida era mal dotada de recursos hídricos, praticamente não tinha água, sendo salobra a pouca que havia.

⁶ Habitação de dois pisos ou mais, construída no velho estilo colonial segundo Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1960: 102).

⁷ Pequena habitação coberta de colmo segundo Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1960: 102).

De modo particular a realidade da mobilidade social na ilha do Fogo, que também ocorreu em Santiago, manifestou-se na ascensão dos mulatos filhos de brancos e descendentes de escravos. Os primeiros “filhos bastardos” ostentam geralmente, com vaidade o apelido do pai que nunca os reconheceu. Os outros, empreendedores, elevaram-se socialmente, triunfando na sua generalidade. Tornaram-se comerciantes e agricultores e foram adquirindo, por compra, sobrados e terras. Projectaram de modo mais sólido a sua condição de elites locais ao mandarem estudar os filhos, ultrapassando, nessa condição, muitos dos brancos que formavam a aristocracia tradicional, caídos na miséria, bem como aqueles mestiços incapazes de idêntico progresso. Essa situação verifica-se a partir de 1951 (Sousa, 1940: 42).

Aqui fica evidente a relação entre a estrutura sócio-económica e as diferentes tipologias de habitação que emergiram nas duas ilhas em estudo e também nas restantes parcelas do Arquipélago de Cabo Verde.

2. Herança edificada na Ribeira Grande de Santiago representativa das autoridades religiosa, política e militar

Na Ribeira Grande de Santiago, surgem com o passar do tempo variadas edificações de carácter religioso que começaram a emergir desde os primórdios da ocupação da ilha de Santiago, e com a vinda de missionários e com a criação da diocese em 1532 (Santos, 1995: 371).

Assim, muito cedo, para garantir a presença do cristianismo nas ilhas de Santiago, iniciaram-se as construções dos edifícios religiosos tais como igrejas e capelas, para servirem de espaços de culto dos moradores. A Ribeira Grande de Santiago requereu a edificação de obras sacras, entre outras, como as de cariz militar e civil, destacando-se em primeiro lugar, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário representada na figura 1⁸.

⁸ Imagem fotografada no local pela mestrandia em princípios de Dezembro de 2010.



Figura 1 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Este edifício religioso, hoje em bom estado de conservação foi construído em 1495. No começo terá sido uma “*capela gótica de estilo manuelino de planta muito simples*” (Pereira, 200: 8-14).

De entre outras obras destaca-se a Sé Catedral cujo obras tinham sido iniciadas cerca de 1556, ao tempo do episcopado de D. Frei Francisco da Cruz, responsável pela edificação de vários outros edifícios como o Paço Episcopal, a que refere Pedro Dias, revelando que em 1592 Filipe III pediu ao bispo de Cabo Verde informações sobre o local da sua construção, dado que tinha ouvido dizer que não só era grande, como também, ficava muito afastada e porque, dada à sua situação, desembarcando corsários na ilha como já acontecera, a poderiam usar para se fortificarem e atacar a cidade. Sublinha o mesmo autor que em 1626 decorreriam obras nesta edificação e o rei mandava que a partir desse ano fosse o bispo a superintendê-las, continuando em obras em 1645 e que, cinco anos depois, os jesuítas tinham emprestado mil telhas para a sua cobertura, facto que, na opinião do autor, indicia *o fim dos trabalhos essenciais* (Dias, 2000: 115). A imagem seguinte da figura 2⁹ (Pereira, 2009:183) não só destaca a Sé Catedral numa

⁹ Vista da cidade da Ribeira Grande, destacando-se alguns pormenores da Sé Catedral e Palácio Episcopal, à direita, a Misericórdia, à esquerda, e a Fortaleza Real de S. Filipe, ao alto. [sec. XIX – ca 1864] [desenho TRAVASSOS VALDEZ]. Fonte: PEREIRA, Daniel A. (2009). *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*, 2ª Edição (Revista e aumentada), Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

ilustração que lhe revela na sua forma intacta como também um conjunto de outros edifícios civis e militares, salientando a Fortaleza Real de S. Filipe no alto duma das três colinas sobranceiras à Ribeira Grande.

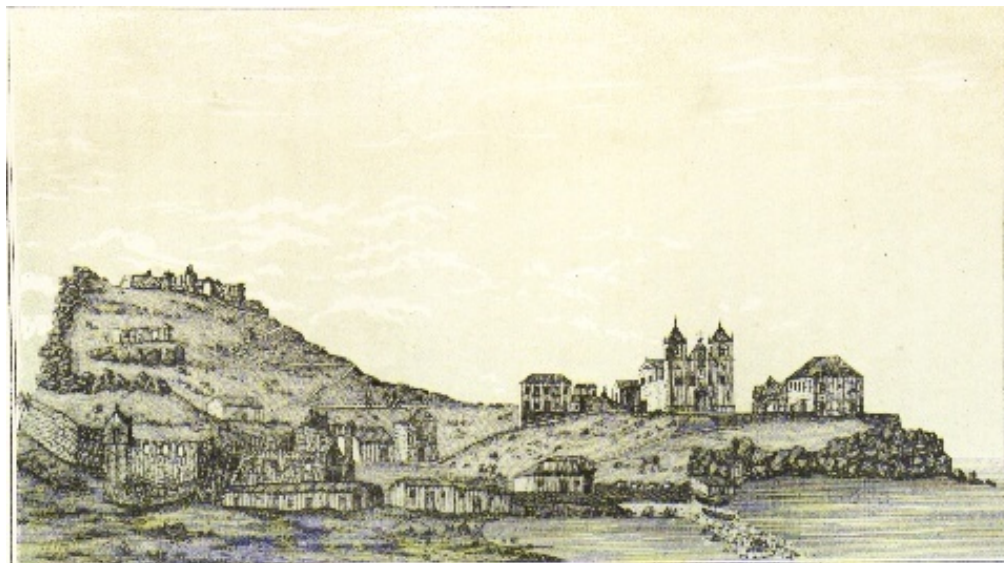


Figura 2 - Vista da cidade da Ribeira Grande – desenho de Travassos Valdez, 1864.

Na imagem seguinte da figura 3¹⁰, é visível a Ribeira Grande na sua fisionomia de 2003, tendo ao fundo a Sé Catedral podendo-se assim ter uma ideia da sua degradação.



Figura 3 - Imagem de 2003 da “Cidade Velha”, tendo ao fundo as ruínas da Sé Catedral.

¹⁰ Fonte: BARROS, Arminda. (2002). Com os olhos no futuro. In. Revista *Praia, Santa Maria*, nº 2, 9.

Entre outras obras sacras dessa antiga urbe, como a igreja da Misericórdia e o respectivo Hospital da Misericórdia, o Palácio Episcopal, figura ainda a igreja convento de São Francisco mandada construir a partir de 1640 por uma rica proprietária natural da ilha de Santiago, de nome Joana Coelha, que doou os terrenos que permitiram a fundação e a sobrevivência do Convento (Pereira, 2004: 22-24). Estas obras sacras estão representadas nos anexos 1, 2 e 3.

Na outra capitania da ilha de Santiago que abrangia a área Norte/Leste, com sede em Alcatrazes, entregue a Diogo Afonso, também restam, ainda que escassos, vestígios desse passado através da herança arquitectónica. Assim, se por um lado, o passado da Ribeira Grande é ainda testemunhado pelo conjunto significativo de elementos da cultura material, como aquelas evidenciadas acima, por outro lado, no que concerne a Alcatraz, muito pouco existe em termos de memória material do seu passado, destacando-se, na raridade dos testemunhos materiais dessa capitania, a velha igreja de Nossa Senhora da Luz, representada na figura do anexo 4, com a sua entrada monumental.

Os Monumentos culturais pertencentes ao sistema da defesa da cidade de Ribeira Grande de Santiago revestem-se também de muita importância, especialmente a Fortaleza Real de S. Filipe representada na figura 4¹¹ e as pequenas fortificações.

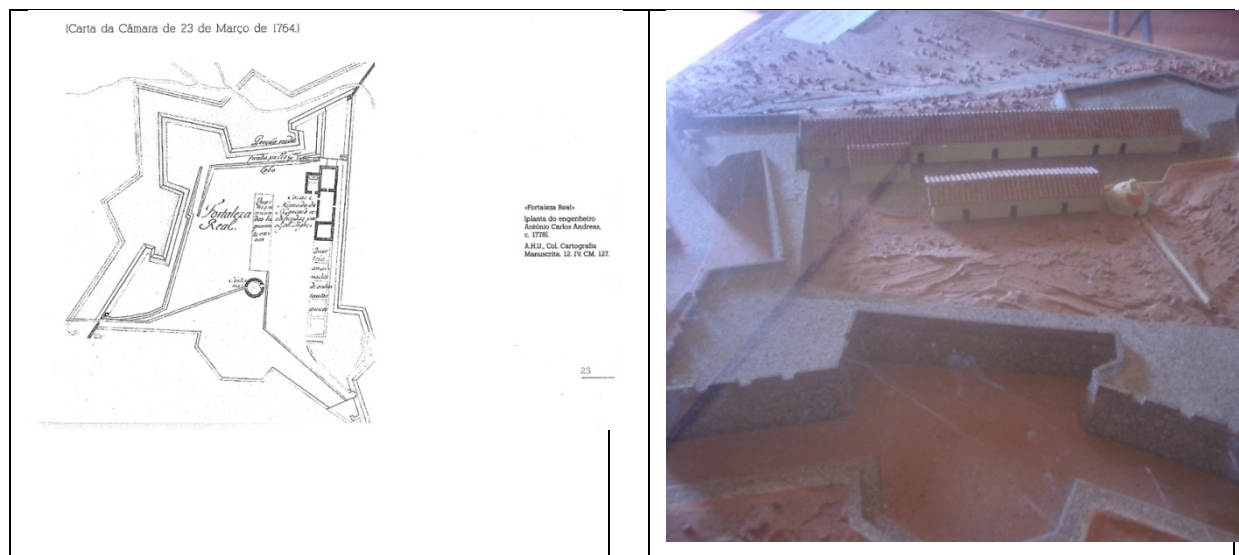


Figura 4 - Planta reestruturada da Fortaleza Real de São Filipe.

¹¹ Planta reestruturada da Fortaleza Real de São Filipe entregue à UNESCO ao lado da respectiva maquete do Forte de S. Filipe. FONTE: Imagem cedida pela Câmara Municipal da Cidade da Ribeira Grande.

A Fortaleza de São Filipe foi edificada durante o reinado de Filipe II de Espanha e I de Portugal, e foi iniciada no ano 1587, tendo sido concluída em 1593 (Pires, 2007:176). A imposição da sua construção deve-se aos fortes ataques e roubos feitos à Cidade, sendo dois dos mais conhecidos, perpetuados pelo comando do corsário inglês Francis Drake em 1578 e em 1585. Afirma Daniel Pereira (Pereira: 2004) que o seu construtor foi o arquitecto – engenheiro português João Nunes, com apoio do grande engenheiro italiano Filipe Tercio.

Na parte interior (central) destaca-se uma cisterna de água e a Este da cisterna encontravam-se armazéns de pólvora e munições. Do lado Oeste da residência, na mesma linha, ficavam os aposentos das tropas (Pires: 2007). Tinha dois baluartes completos a leste e oeste; e a norte e sul, meios baluarte. Próximo ao meio baluarte do sul ficava a residência do capitão-geral e fronteira, a Este a ermida de S. Gonçalo. No meio da praça abria-se a boa cisterna e, a sudoeste desta, construíram-se os armazéns de pólvora e munições de guerra como mostram a figura 5 e os anexos 5 e 6. Pelo norte e oeste fechava a fortaleza *um muro de 480 palmos de altura assente sobre rocha* (Pires, 2007:176).



Figura 5 - Interior do Forte de S. Filipe: parte das escavações feitas no local.

O Forte de S. Filipe encontra-se em bom estado de conservação, devido a uma importante intervenção desencadeada pela cooperação espanhola que, em parceria com o governo de Cabo Verde, implementaram um projecto para a sua recuperação, revitalização e conservação. Foi sempre uma atracção turística de excelência e tem sido um dos pontos de referência em estudos de investigação científica.



Figura 6 - Imagem da Porta Principal de entrada da Cidade depois de recuperada.

Devido à sua importância histórica, apresentamos também na imagem da figura 6¹² a porta Principal da Cidade depois de recuperada pela mesma entidade, que tem sido um dos pontos de referência turística. De realçar a linda paisagem que dela se pode observar.

Outra referência importante, o Pelourinho ou “Picota”, representada na figura 7¹³, símbolo da justiça real, que localiza-se na zona baixa do porto. Foi edificada em 1512, em mármore branco e capital lavrado ao estilo manuelino, ostentando a Cruz Mistral. A Praça que a ladeia funcionava como mercado de escravos como esclarece Daniel Pereira (Pereira: 2009). A imagem da figura 7 pode ser comparada com a actual e a mais antiga, dos anexos 7 e 8, que mostram que sofreu alterações; o suporte era quadrangular e passou a ser octogonal, mantendo-se ainda hoje esta forma, tendo recebido igualmente reformas no âmbito do projecto espanhol, actualmente, como atesta a imagem do anexo referido (Pereira:2004).

¹² PEREIRA, Daniel A.. (2004). *A importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago de Cabo Verde)*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional.

¹³ Disponível em www.ecaboverde.com. Acedido a 20 de Dezembro de 2010.



Figura 7- Imagem do Pelourinho.

Segundo o investigador Lourenço Gomes, *fez-se a remoção do pelourinho para a metrópole para ser restaurado a 15 de Novembro de 1962, o que só veio a ocorrer em 1963* (Gomes, 2006: 176).

A cidade de Ribeira Grande começou a ser alvo das primeiras incursões de pirataria em 1541, iniciadas com ataques dos franceses e mais tarde ingleses e holandeses. Em 1542 os administradores da cidade alertaram o rei a respeito da situação em que se encontravam, tendo em conta os “fracos recursos defensivos que dispunham” segundo Pires¹⁴. Ainda afirma este autor que “para além dos constantes ataques, a intenção dos corsários era de semear terror, a fim de desencorajar qualquer tipo de actividade comercial naquela cidade (Pires: 2007). Ainda segundo Pereira (Pereira: 2004), a protecção da Cidade de Ribeira Grande de Santiago exigia a criação de um verdadeiro complexo de defesa, devido a sua localização geográfica (porto aberto). A fim de colmatar esta lacuna da defesa da cidade, foi construído um conjunto de postos considerados como sendo os pontos estratégicos de defesa, erigidos nos séculos XV e XVI, do qual faziam parte 7 pequenos fortes. São os seguintes: o de São António, São João dos Cavaleiros e São Veríssimo, na margem esquerda da Ribeira Grande, os do presídio (central) com a muralha do mar ligando S. Veríssimo a S. Brás na margem direita, e mais 2 fortes a poente

¹⁴ Só em 1567, o rei de Portugal começou a investir seriamente nas primeiras infra-estruturas de defesa, na tentativa de dotar a cidade de meios modernos para repelir os ataques de que até então tinha sido vítima. Esses elementos de defesa foram iniciados com um baluarte e uma vigia. Realça Fernando Pires (Pires: 2007), que ainda até à década de 80 do século XVI, não havia nenhum militar especificamente responsável pela defesa da ilha, conquanto eram os próprios comerciantes quem se responsabilizavam na defesa da Cidade contra os corsários.

deste, o de S. Lourenço, com a sua grande muralha “dentada”, fechando o acesso à parte ocidental da Cidade, e o de Santa Marta. Assim a barreira de fogo cruzado por 2 fortes de cada vez, tentaria afastar qualquer ataque vindo do mar, ao longo de toda a largura do porto (Pereira, 2004: 17). Temos ainda a considerar, as pequenas fortificações, como o de S. Lourenço, situado no poente da cidade onde se “*encontrava uma das partes de entrada da vila*”, o forte de S. João dos Cavaleiros situado no extremo oposto e o forte de Santo António, o mais afastado de todos, situado mais a oriente (Pires, 2007:176). Imagens dos pequenos fortes bem assim as plantas reconstituídas destas e da Fortaleza de S. Filipe estão apresentadas nos anexos, de 10 a 14.

Uma problemática muito actual relacionada como a Cidade da Ribeira Grande nos tempos de hoje tem a ver com a sua patrimonialização. O termo património possui um sentido actual de herança cultural transmitida através das gerações, o que concede um sentimento de pertença aos testemunhos culturais. Num primeiro momento o património era considerado equivalente a um grupo de bens e direitos pecuniários, mais ou menos extensos, sobretudo quando tais bens e direitos eram destinados a um fim.

A patrimonialização da Ribeira Grande de Santiago pressupôs a activação do seu património construído evitando assim, a continuidade dos crimes de lesa-património da nossa herança edificada, pela via da intervenção das autoridades na sua protecção. Assim, a patrimonialização da cidade tem tido aspectos positivos e negativos. Sobre esta matéria, apresenta Natalino Semedo um estudo em que salientamos alguns aspectos mais relevantes, ao referir-se às perspectivas do concelho da Ribeira Grande de Santiago depois da sua elevação a Património da Humanidade (Semedo: 2010). Afirma que a proposta de patrimonialização da Cidade Velha envolveu vários agentes sociais, económicos, culturais, assim como os responsáveis governamentais e municipais, as instituições, a população local, entre outros, e que o processo de percepção e de consciencialização sem dúvida influencia a perspectiva dos agentes envolvidos. Refere ainda que é importante ter em conta que a patrimonialização dos sítios traz algumas complicações, como tem acontecido com alguns sítios classificados como património mundial, que têm enfrentado problemas genéricos e específicos que preocupam a comunidade científica internacional em particular, quando relacionados com os investimentos turísticos.

Apresenta no seu estudo as perspectivas dos responsáveis, o Ministério da Cultura de Cabo Verde, dos responsáveis da Câmara Municipal e a população local. Sublinha que, na lógica do poder central, a cidade da Ribeira Grande é uma zona histórica, o berço da cultura da nacionalidade cabo-verdiana, um marco de Cabo Verde como plataforma angular na história universal (Semedo: 2010).

Na perspectiva exposta, a patrimonialização da Cidade Velha trará benefícios à população do Concelho de R. Grande de Santiago, e a valorização da Cidade Velha a nível mundial, contribuirá para mais e maiores fluxos sociais, mais oportunidades de negócio e o aumento do turismo nacional e do turismo internacional. Explica ainda que a patrimonialização da Cidade Velha poderá trazer algumas das consequências negativas ao Concelho de Ribeira Grande, nomeadamente, o vandalismo, a insegurança, a droga, de entre outros problemas sociais.

A Cidade da Ribeira Grande, a Cidade Velha, a primeira capital de Cabo Verde, fazia parte da Praia Rural e englobava duas freguesias, a de Santíssimo Nome de Jesus e a de São João Baptista. Para além de ser Património Mundial, é novamente “Cidade” e sede de um concelho, o Concelho da Ribeira Grande de S. Tiago, desde 2005.

Semedo afirma que o reconhecimento da Cidade Velha como património mundial pela UNESCO exigirá a tomada de algumas medidas, entre outras, mais rigor na gestão da cidade e sobretudo, a protecção dos monumentos. Citando Aidé Borges (Borges: 2005) alude ainda às restrições em matéria de construção que têm causado algum incómodo na população local porque esta é obrigada a construir e a reconstruir as suas habitações segundo determinadas regras, a fim de se preservar a tipologia original.

3. A ilha do Fogo e sua herança na forma de património construído

A expansão de propriedades agrícolas para a Ilha do Fogo permitiu que esta ilha conhecesse, ainda muito cedo, um grande esplendor económico. Vai traduzir-se, mais tarde, esse esplendor económico da ilha do Fogo, numa herança arquitectónica muito visível ainda hoje nos variados

tipos de construções resistindo ainda como vestígios desse passado, com maior expressão na cidade de S. Filipe, espelhado nas imagens da figura 8.¹⁵



Figura 8 - Imagem dos sobrados da rua João Pais, em S. Filipe, mostrando o declive acentuado desta zona.

A área fortificada representativa da presença da autoridade militar, testemunha a importância económica da ilha e do seu porto, que seguramente atraiu as actividades de corso e pirataria que, durante muito tempo, depois do século XV, alargaram as suas bases de acção para o Atlântico. Aí se implantou o padrão¹⁶ que evidencia toda uma iconografia expressiva da presença e do passado português nestas ilhas, fundamentalmente visível na inclusão da Cruz de Cristo, e outro elemento caracterizador do ecumenismo luso, que é a esfera armilar representada na figura 9¹⁷.

¹⁵ FONTE: A 1ª imagem foi gentilmente cedida. 2ª Imagem – Vista do alto da Rua João Pais. Fonte: Entrevista com o Presidente da Câmara de S. Filipe, Dr. Eugénio Veiga. Revista *Construção*, Ano II, nº 3, 37.

¹⁶ Disponível em:

http://www.google.com/imgres?imgurl=http://farm1.static.flickr.com/39/103508664_fb92322688.jg&imgrefurl=http://www.flickr.com/photos/80044543%40N00/page4/&usg=__YHAW6MwIO. Acedido a 28 de Dezembro de 2010.

¹⁷ Disponível em :

http://www.google.com/imgres?imgurl=http://farm1.static.flickr.com/39/103508664_fb92322688.jg&imgrefurl=http://www.flickr.com/photos/80044543%40N00/page4/&usg=__YHAW6MwIO. Acedido a 28 de Dezembro de 2010.

Esta, por sua vez, traduz o conhecimento do mundo, que a expansão portuguesa proporcionou na gesta dos descobrimentos. Estes elementos testemunham esse passado e ao mesmo tempo ilustram fragilidades defensivas ante possíveis ataques de corsários, em que muitas vezes relata a documentação, que não encontraram qualquer resistência.



Figura 9 - O Padrão: A Esfera armilar e a Cruz de Cristo.

Várias foram as construções religiosas erguidas na ilha, entre igrejas e capelas, para acompanhar a dinâmica económica atrás referida, sendo aqui de destacar a Igreja Matriz de S. Filipe (figura 10).¹⁸ Igualmente, outro testemunho do passado da ilha do Fogo reporta-se à construção de cariz civil pública que corresponde ao edifício representativo da autoridade local, que é a Câmara Municipal (figura 11)¹⁹.

¹⁸Disponível em:

http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809. Acedido a 28 de Dezembro de 2010.

¹⁹ Disponível em:

http://www.google.com/imgres?imgurl=http://www.uccla.net/imagens/fotos_membros/sao_filipe_01.jpg&imgrefurl=http://www.uccla.net/index.php%3Fopcion%3Dcom_conten. Acedido a 28 de Dezembro de 2010.



Figura 10 - A Igreja católica de S. Filipe.



Figura 11- O edifício da Câmara Municipal de S. Filipe.

Enfim, terminamos este ponto, reportando-nos novamente às Ilhas de Santiago e Fogo, para ressaltarmos o carácter marcante da influência do clima no meio natural destas duas ilhas. Orlando Ribeiro tenta, nesta perspectiva, mostrar que *“nos meses de Julho a Outubro a frente intertropical ao deslocar-se para Norte, envolve o Arquipélago por massas de ar quente e húmido, origina precipitações e beneficia mais as ilhas de Sotavento, sobretudo as de relevo mais vigoroso, nomeadamente a ilha de Santiago e a ilha do Fogo”* (Ribeiro, 1960: 22). Explica Lopes Filho ainda alguns caprichos do clima, nomeadamente a invasão no arquipélago de ventos fortes do nordeste e céu limpo, nos momentos em que não há chuva, bem como ocorrência da *lestada*, que pode carregar poeiras saharianas provocando a bruma seca, humidade do ar, baixa e aumento da temperatura, podendo ocasionalmente tornar-se sufocante (Lopes Filho, 2000: 76).

Particularmente a ilha do Fogo “*é atingida de Abril a Junho por ventos gerais, secos e que determinam a aridez das suas zonas altas*” (Ribeiro, 1970: 22).

É neste contexto que, a par das variadas construções que emergem nas duas ilhas, frutos das dinâmicas económicas e culturais, mas também de uma realidade geográfica marcada por condições da natureza desafiadoras da criatividade dos moradores das duas ilhas, que nascem as construções com carácter de habitação tradicional e senhorial, que constituem o objecto central deste trabalho.

Capítulo II - Habitações Tradicionais: Tipologias e Técnicas Construtivas do Passado e do Presente.

“A frequência dos ataques e das fugas de escravos terá criado a necessidade dos fugitivos construírem «Funcos». (...) Da construção meramente provisória teria resultado a fixação definitiva, espalhando-se pelos cocurutos dos montes, os imensos sítios com meia dúzia de funcos, com o decorrer dos tempos transformados em casas rectangulares ou quadradas” (Carreira, 1983: 347).

Neste segundo capítulo vamo-nos dedicar ao estudo do funco, enquanto tipologia de habitação tradicional de origem africana, realçando um funco habitado. Em seguida damos atenção à tipologia de habitação tradicional de planta rectangular, como marca do estilo de vida mais comum em Cabo Verde, evidenciando casos de estudo na Cidade Velha e noutras localidades do interior de Santiago. Na parte final, analisaremos as técnicas construtivas do passado e do presente das casas tradicionais.

1. O funco: tipologia de habitação tradicional de origem africana.

O funco cónico é uma tipologia de construção habitacional de planta circular com diâmetro que raramente ultrapassa os 4 metros. O círculo da parede é de 1,5 m de altura. A cobertura é cónica e tem um perfil triangular. Esta cobertura proporciona-lhe um grande volume interior que é utilizado para se pendurarem objectos e reservas de alimentos. Proporciona também um volume de ar que permite equilibrar a temperatura interior, refrescando a casa na época mais quente do ano. Para se fazer a cobertura, coloca-se sobre uma estrutura de madeira a palha já modelada, folha branca (*Ramicummaximum*) colmo (*Andropogamgoyanus*), que é uma erva vivaz e robusta que pode atingir uma boa altura, com a parte inferior assente por encostamento sobre a parede. A parede não tem alicerce. É pois construída directamente sobre a superfície do terreno. A parede é construída de pedra seca, ou seja, sem qualquer argamassa e muitas vezes nem é aparelhada, o que não recomenda que a parede tenha mais altura, pois essa estrutura não daria estabilidade a paredes mais altas. Não tem reboco, nem no interior nem no exterior, e apresenta o pavimento de terra batida que, se for humedecida, com o uso, torna-se compacta e dura. O funco foi pois o único modelo de origem africana que se praticou nas ilhas de Cabo Verde. Os poucos objectos de uso doméstico são normalmente guardados num canto ou pendurados no teto. Toda a vida social, a faina da preparação dos cereais para a alimentação no pilão ou moinho de pedra, eventualmente, trabalhos agrícolas de descasque e “debulhação”, a preparação dos alimentos em fogão de três pedras, de entre outras actividades caseiras, acontecem no exterior do funco (Lopes Filho:1976). Apresentamos na figura 12 a imagem de um exemplar.²⁰

Segundo João Lopes Filho o “funco” era utilizado pelos régulos, em África, para receber os súbditos ou visitas, para reuniões, e como área para recepções e manifestações culturais (Lopes Filho:1976).

²⁰ Fonte: LOPES FILHO, João. (1976). *Apontamentos Etnográficos*. Lisboa: Edição do Autor.



Figura 12 - Funco habitado do interior da ilha de Santiago.

Tomamos como elemento esclarecedor desta questão, os escritos de Juvenal Cabral, que no seu livro “Memórias e Reflexões” descreve assim a recepção organizada em Sana, por Irondim, chefe da localidade, na então Guiné Portuguesa, quando em 1913 acompanhava uma equipa, da qual fazia parte, na qualidade de subdelegado do Procurador da República.

“A sala onde o Irondim nos recebeu, era um amplo barracão coberto de colmo, mas devidamente arejado e limpo. Suponho mesmo ser aquela a sala do trono onde Irondim ouvia os seus súbditos e tomava resoluções em conselho de indígenas! Durante a nossa permanência em Sama, foi aquele régio compartimento que serviu de sala de jantar, ponto de conversação, bar, e, até, terreiro de batuque!” (Cabral, 2002: 178).

Refere Lopes Filho que a assimilação de modelos de origem europeia levou ao desaparecimento gradual do funco durante a época escravocrata e colonial, pois os valores africanos foram sistematicamente marginalizados através de um processo desculturante de “aportugueseamento” das gentes do arquipélago, que acabou por desenvolver no crioulo de Cabo Verde um certo pudor de ser africano. É de opinião que ainda nessa época (1976) o que era africano (continental) representava o selvagem e o atrasado para uma grande maioria, apesar dos esforços do poder actual (PAICV) para banir aquele estado de alienação (Lopes Filho:1976).

O funco de palha era a habitação dos escravos fujões e dos mais pobres da ilha. António Carreira (CARREIRA: 1983) refere que os escravos fugiam para os montes devido aos maus tratos e às sanções advenientes de penas por crimes cometidos e que com a investida dos corsários, aproveitavam e estabeleciam-se em lugares de difícil acesso. A fuga posterior de muitos outros incluindo senhores que decidiam viver em lugares mais seguros, teria originado o povoamento disperso no interior da ilha. A frequência dos ataques terá criado a necessidade de construírem funcos e da construção provisória teria resultado a definitiva pelo que surgiram “*imensos sítios com meia dúzia de funcos, com o decorrer dos tempos transformados em casas rectangulares ou quadradas*” (Carreira, 1983: 375). Refere ainda que os criminosos forros e brancos também fugiam das sanções devido às penas leves ou graves, por serem pobres e por não terem pedido apelo às condenações atempadamente, e juntavam-se aos escravos fujões.

Hoje o funco de pedra e cobertura de palha está quase em extinção. Encontrava-se ainda no meio rural santiaguense em 1960, na ilha do Fogo e nas outras ilhas, mas servindo de casa provisória dos guardas de corvos durante a sementeira, e de cozinha ou arrecadação nas casas rurais como se pode verificar na imagem que apresentamos no anexo 15.

O funco de palha e caniço, feito de elementos vegetais, é apenas utilizado como habitação pelos rebelados na ilha de Santiago. Refere Luís Carvalho que as comunidades dos rebelados, espalhas pelo interior de Santiago, no concelho de Tarrafal, teriam surgido na década de 40 como sinal de resistência às mudanças da Igreja Católica no arquipélago. Novos padres (Congregação do Espírito Santo) com uma forma nova de transmitir ensinamentos da religião católica, provocaram uma resistência feroz de um grupo de crentes que seguiam pelos antigos mandamentos e se opõem às datas de certas celebrações desta época. As rezas e as ladainhas são rituais respeitados e celebrados com preceitos antigos. É com base nas antigas escrituras que se preparam, com uma fé cega. Entretanto há ventos de mudança. Nos últimos anos mais de 50 jovens saíram da comunidade, como disse o líder destes: “*Olham a vida fora da comunidade com mais interesse, e desinteressam-se pela vida dos rebelados que é uma vida pobre*”. E acrescenta: “... *tenho até um filho que já abandonou a comunidade*”.²¹ Assim, já se vêem casas de blocos do outro lado da

²¹CARVALHO, Luís. (1996). Rebelados de Santiago - um símbolo de resistência. *Fragata*-Revista de bordo dos TACV, 10, 42-44.

estrada. É pertença dos que já abandonaram a comunidade pois, diz o líder, “*o rebelado que se preza vive em um funco de caniço e palha*”. Apresentamos um exemplar de um funco de Espinho Branco representada na figura 13.²²



Figura 13 - Funco de palha confeccionado pelos rebelados de Espinho Branco.

A Comunidade vive do artesanato, da criação de animais, da agricultura ou de profissões liberais.²³São ao todo cerca de dois mil rebelados que vivem em grupos comunitários (duzentas a trezentas pessoas por grupo) nas seguintes localidades da ilha de Santiago: Porto Madera, Lapa Catchor, Lagoa Gémea, Fundura, Santos e Bia - Curta.

De entre as várias regras da comunidade, destacamos o facto de viverem apenas em casas feitas de colmo e/ou ramos de palmeira, como piso de terra batida, porque acreditam que Cristo nasceu pobre e numa manjedoura e por este facto, não aceitam outro tipo de habitação. Pela mesma razão, “*só se sacrificam e zelam por aqueles que moram no funco*”,²⁴ pelo que não acodem àqueles que vivem doutra forma dado que não se sentem responsáveis por eles, afirma o líder do grupo. São portanto, comunidades muito fechadas.

²² Fonte: Foto do postal da autoria de Dr. Pitt Reitmaier, com a referência: Espinho_Branco_02p.

²³ CARVALHO, Luís. (1996). Rabelados de Santiago - um símbolo de resistência. *Fragata*-Revista de bordo dos TACV, 10, 42-44.

²⁴ SPÍNOLA, Danny. (2001, Abril/Maio). Rabelados. *Arte e Letra*, 9.

Uma ex-emigrante da Suíça, a Mizá, lidera projectos em Porto Madeira apoiada pelo Centro Cultural Francês e ONG's. Tem trabalhado no sentido de valorizar o trabalho artístico e artesanal dos rebelados o que tem favorecido a sua integração na sociedade moderna da Ilha de S. Tiago. É aceite pela comunidade desde que realize projectos que vão de encontro às regras estabelecidas e seguidas pelos membros (Pereira: 1999).

Luís Romano refere-se aos rebelados e suas crenças e religião do seguinte modo: “Os “rebelados da Ilha de Santiago parecem-nos ser adeptos de um primitivo messianismo, que se vai modificando com a admissão de outras expressões religiosas populares. Será bem difícil a recolha de elementos para o estudo da sua etnografia, devido à desconfiança e hermetismo dos seus componentes em presença de pessoas estranhas ao clã. *“É gente mística que não se separa dos seus amuletos, talismãs, rosário de orações ocultas, vivendo praticamente isolada, alimentando-se com determinadas regras proibitivas, por vezes falando entre si uma linguagem característica e codificada. Entretanto essas práticas vão rareando lentamente, englobadas pelo animismo e fragmentos de outras religiões, de que resulta uma confusão onde é difícil distinguir as raízes originais.”* (Romano, 1987: 21). Segundo este, o que existe é um inconsciente folclórico sem conhecimento de causa e significado.

No início do século XIX na Vila da Praia ainda se evidenciavam com casebres cobertas de palha, incluindo as modestas construções de forma circular (Valdez: 1864). Travassos Valdez, que tinha estado na Praia em 1864, havia dito que encontravam-se bastante palhoças além de casas particulares e do governo, muito cómodas e bem construídas. Entretanto, a 14 de Janeiro de 1870, o Comendador e vereador da Câmara e Presidente e administrador do Concelho da Cidade da Praia, escreveu um ofício ao Secretário-geral dizendo a dado passo que tinha a honra e a satisfação de comunicar à Sua Ex. que, naquele momento em que escrevia aquele ofício, já tinham desaparecido as palhoças que haviam sido proibidas havia 17 anos pela postura municipal de 10 de Março de 1852.²⁵

²⁵ SANTA RITA VIEIRA, Henrique. (2000). Urbanização da Vila de Santa Maria da Esperança e da Cidade da Praia de Santiago. Revista *Construção*, Ano III, 4, 31 - 41.



«S. Tiago - Praia», Edição de Levy e Irmão.

Figura 14 - Imagem da cidade da Praia.

A zona que circundava a cidade havia palmeiras e árvores de grande porte onde se praticava a agricultura. Ainda nos anos 60/70 existiam casas tradicionais nesta zona, desde funcos de pedra com cobertura de palha a casas de planta quadrangular e rectangular, como as que vemos na imagem da figura 14²⁶ que apresenta casas de planta rectangular e um funco, na zona dos armazéns perto da Alfândega, em Chã de Areia, localidade que fica próxima do porto da praia da Gamboa. Não pudemos apurar a data da realização da imagem mas teria sido posterior à construção do cais. Este foi construído nos finais da década de 1920 e inaugurado em 1930 segundo o historiador Lourenço Gomes (Gomes: 2010).²⁷

Actualmente já não se constroem habitações feitas exclusivamente de elementos vegetais, ramagens, e folhas de palmeira como se verificava ainda em 1960/70 nos arredores da cidade da Praia. Apenas as comunidades de rebelados continuam a construir estas casas.

²⁶ Fonte: Imagem gentilmente cedida.

²⁷ GOMES, Lourenço. (2010). *Urbe, Memória e Crítica da Arte: Centro Histórico da Praia- Extremo Sul (de 1840 à actualidade)*. Praia. Uni-cv, Colecção Memória & Património.

Teriam existido também em toda a ilha de Santiago e nas outras ilhas também. Exemplificando, apresentamos a imagem da figura 15²⁸ que representa um funco ao lado de uma casa tradicional rural de planta rectangular, ambos cobertos de colmo, que existia em S. Vicente, em Pé de Verde. Infelizmente não foi possível a indicação da data em que esta imagem foi realizada.



Figura 15 - Um Funco e uma casa de planta rectangular em Pé de Verde, S. Vicente.

O funco de palha existente na ilha de Santiago difere do funco feito de pedra solta e com cobertura de colmo que existe nesta ilha e nas demais do arquipélago. Existem funcos nas ilhas de Santiago, Fogo, Maio e Brava, bem como em ilhas de Barlavento pois ainda surgem no interior dessas ilhas servindo de cozinha ou de casas para guardar mantimentos durante as águas e o trabalho de guarda – corvo, refere Lopes Filho (Lopes Filho:1976).

“Funco”, lexema, poderá também ser utilizado apenas para minimizar, menosprezar, rebaixar ou “carcuti” (o maldizer, costume muito arreigado no Fogo) ou indicar a origem humilde, de quem nunca passou da cozinha para a sala, lugar dos brancos ou ricos, ou os que, mesmo não sendo brancos, como os mulatos emigrantes, ostentam uma certa riqueza. Dizer a uma pessoa, com desdém, que mora num funco, é sempre no sentido de mostrar a sua origem ou classe social,

²⁸ Fonte: Imagem gentilmente cedida.

inferior às demais, da mesma maneira que, para desprezar uma pessoa, mostrando a sua origem humilde, se diz nas discussões ou repreensões: conversa de salão ainda não chegou à cozinha.

Manuel G. Fernandes, na sua obra, *Cidades e casas da Macaronésia*, (Fernandes: 1996) no capítulo VI, intitulado “A casa rural das ilhas”, refere-se a casas de cobertura de palha, comparando-as com as casas de paredes de madeira existentes nos Açores e na Madeira, do seguinte modo:

“ As casas com paredes inteiramente de pedra, mas com cobertura de palha (usando o colmo, de centeio, de trigo), encontram-se nos vários arquipélagos, e na Madeira (Santana) apresentam muitos aspectos comuns com as de paredes de madeira (têm quatro águas inclinadas e a mesma cozinha destacada em anexo) ” (Fernandes, 1996: 301).

O mesmo autor, referindo-se às origens do funco e das casas de planta rectangular de Cabo Verde corrobora com as ideias de Lopes Filho e faz a seguinte referência:

“Em Cabo Verde, a sua situação muito próxima de África, bem como o tipo de colonização efectuado com intensa participação de elementos de raça preta, (da Guiné e Senegâmbia) e branca (do continente e das ilhas, como a da Madeira) faz co-existir respectivamente dois tipos bem distintos de casa com cobertura de palha: o de planta circular e o de planta rectangular” (Fernandes, 1996: 301).

João Lopes Filho (Lopes Filho: 1976) caracteriza-a explicando que a casa circular existente na ilha de Santiago é um modelo de habitação com paredes baixas, geralmente de pedra solta, cobertura cónica de colmo, uma porta, ou no máximo duas no mesmo enfiamento e constituída por uma única divisão. Acrescenta que está circunscrita a algumas regiões. Quanto à sua origem refere que “o modelo parece ter tido origem mais provável no “funco”, habitação de tipo circular africano e não no tipo de abrigos pastoris, formalmente análogos, que existem em Portugal desde a Idade do Ferro. Faz também referência à posição de Pourbaix que analisou o que ele chama de “hipótese africana” e “hipótese portuguesa” em que apresenta a possibilidade da origem castreja

e lusa do funco como bastante defensável. Defende este a sua posição, referida por Fernandes, apresentando as seguintes justificações:

- Não teria sido fácil aos escravos africanos e seus descendentes desenraizados nas ilhas a reconstituição dos modelos de habitat originais num espaço de vida muito diferente;
- Porque os modelos de casa redonda existentes hoje na África Ocidental não são idênticos ao “funco”, enquanto as “choças” portuguesas o são;
- Porque a estrutura da “choça” é em pedra, enquanto na Guiné utilizam-se materiais vegetais.

Segundo Manuel G. Fernandes, a hipótese do “funco” cabo-verdiano ser um modelo de síntese é mais uma vez viável. Apresenta a seguinte conclusão a que chegou Pourbaix:

“Enfin, on peut imaginer que des « funcos » des deux origines ont pu apparaître simultanément ou a des moments différents et que des Portugais et des Africains aient bien bâti des constructions circulaires qui ne pouvaient que se ressembler vu la contrainte des matériaux disponibles (Pierre, petits arbres, mais, coco) et que “funco” et “casa de fumo” ²⁹se soient confondus ... En tout état de cause, la question reste ouverte” (Fernandes, 1996: 301). Por sua vez, Luís Polanah, professor da Universidade do Minho, tem-se debruçado sobre as comunidades castrejas onde existiram habitações primitivas de planta circular semelhantes aos funcos.³⁰

António Germano Lima, (Lima, 2008: 267-279) na sua “Proposta de uma tipologia para o estudo da habitação tradicional da Boavista”: sec. XVI a XIX, refere que “... para António Carreira funco era, tanto na Guiné-Bissau como em Cabo Verde, uma “*habitação pobre e miserável*”, enquanto para Almada³¹ funco era uma das dependências da habitação do rei entre os Sapes, destinada à administração da justiça. Distingue quatro tipos de funco que teriam existido na ilha

²⁹*Fumo* é o nome que se dá a um chefe de tribo em África, segundo o Dicionário Prático Ilustrado. Lello & Irmãos _ Editores, Porto, 1972.

³⁰ Disponível em: <http://www.geira.pt/tongobriga/page6.htm>. Acesso a 12.11.2010.

³¹ ALMADA, André Alvares de. (1946). *Tratado Breve dos Rios da Guiné (1594)*. Edição de Luís Silvestre. Lisboa.

da Boavista: o funco simples, cónico e de colmo; o funco misto, cónico e de colmo a que se associou uma base circular de pedra seca; o funco de pedra seca, circular e coberto de lona ou ramagens de coqueiro; o funco de pedra seca quadrado, coberto de lona ou ramagens de coqueiro. Acrescenta que hoje servem de cozinha nas povoações mais afastadas de Bofareira e Cabeça dos Tarafes, referindo que nos primeiros anos da ocupação da ilha, senhores também moravam em funcos que foram substituídos por casas de planta rectangular, mais tarde, segundo pôde apurar de informantes (LIMA: 2008). Por sua vez, António Carreira na sua obra, *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)* apresenta, no documentário fotográfico da referida obra, funcos da ilha de Santiago, do Fogo e do Maio habitados, alguns com uma porta e uma janela, um cerco de pedra solta à volta, que comprovam a utilização de materiais locais na sua construção como se pode observar no anexo nº 16 (Carreira: 1983).

Elucidativa da existência de habitações similares em África, circulares, quadradas e rectangulares, feitas apenas com elementos vegetais é o trabalho do arquitecto Gonzalo Velez Jahn, da Faculdade de arquitectura da Universidade Central da Venezuela, intitulado “*Barro, vento e sol. Raízes de uma arquitectura africana*”, da qual destacamos a seguinte apreciação feita à arquitectura de juncos: “*Para os arquitectos, as raízes da arquitectura vernácula africana representam uma fonte inesgotável de inspiração amparada na força de sua expressão criativa e autêntica que nunca deixou de maravilhar e de servir de exemplo a muitos de nós...*”³²

Nesta linha, a chamada “Arquitectura de juncos” do Senegal, exemplificada no anexo nº17 é considerada um exemplo de uma obra ordenada, de elevada artesanania, que aproveita ao máximo a matéria-prima disponível, difícil de apreciar à primeira vista, em que “*a força expressiva desta é um esforço colectivo espontâneo e harmonioso*”.³³

Encontram-se também em comunidades africanas, das mais rústicas habitações, feitas grosseiramente, às mais refinadas maneiras de utilizar os elementos vegetais. Outras simples mas requintadas no modo de “tecer” a palha, como por exemplo, os “tetos tecidos de palma” dos

³² Disponível em: www.senado.gov.br/senado/ilb/asp/PR-consul (mistura racial no Brasil). Acesso a 12.11.2010.

³³ Disponível em: www.senado.gov.br/senado/ilb/asp/PR-consul (mistura racial no Brasil). Acesso a 12.11.2010

Camarões, conhecida internacionalmente, muito semelhantes aos tetos de palha entrelaçada existente em Santiago, representada no anexo 18.³⁴

No que se refere ao lexema “funco, Lopes Filho alude-se a Almada³⁵ que na obra “Tratado breve dos rios da Guiné” explica que é originária de língua africana ignorada, registada em textos do sec. XVI e que deve ter chegado a Cabo Verde acompanhando a técnica de construção muito utilizada em África, durante a época escravagista. Carreira defende a mesma tese afirmando que o aspecto morfológico do funco cabo-verdiano é idêntico ao da palhota circular africana. Explica ainda Almada, citado por João Lopes Filho, que funco é um vocábulo do Reino dos Sapes, que começa no Cabo da Verga e que vai até aos baixos de Santana, onde havia casas grandes com alpendre redondo, a que chamam funco, onde repousa o rei, e que tem um assento como tribunal de audiências. Refere ainda que em Santiago e no Maio registava-se um maior número dessas construções, que, transplantadas da África, se conservaram nessas ilhas, de maior percentagem de negros e menor de mulatos, pois a população branca foi sempre mais reduzida.

Um elemento esclarecedor da existência do bairro dos Sapes e de elementos ou um grupo de pessoas pertencentes ao grupo/tribo dos Sapes está presente nos escritos de Iva Cabral na História Geral de Cabo Verde. Refere que na Ribeira Grande existia o Bairro dos Sapes pelo que a influência linguística desses moradores escravos estarão provavelmente na génese do aparecimento da nomenclatura “*funco*”. A cidade da Ribeira Grande de Santiago albergava pois um bairro periférico, denominado bairro dos Sapes. A mesma interroga-se sobre a possível discriminação existente na época, não definindo claramente se seria devido à situação económica ou racial. Tudo leva a crer que a população era da mesma origem a que se refere Almada citado por Carreira e Lopes Filho, e que a influência desta população pode estar ligada às habitações construídas na época, especificamente à construção de funcos.

A literatura das ilhas apresenta obras em verso e de ficção em que as habitações representam espaços de vivência do quotidiano das ilhas. Exemplificaremos com João Rodrigues (Rodrigues:1981) no seu conto “Casas e casinhotos” e “Ilhéu de Contenda” de Teixeira de

³⁴Disponível em: www.senado.gov.br/senado/ilb/asp/PR-consul (mistura racial no Brasil). Acesso a 12.11.2010

³⁵ ALMADA, André Alvares de. (1964). *Tratado breve dos Rios da Guiné*. (1954). Lisboa. Edição de Luís Silveira.

Sousa, onde encontramos referências a casas rectangulares e a casinhotos em oposição aos sobrados. Na poesia destaca-se um poema de Jorge Barbosa que menciona o casebre humilde devastado pela seca (Ferreira, 1975: 100).

Não temos informações de funcos cónicos ou quadrados cobertos de colmo, habitados, na ilha de Santiago. Visitamos no entanto um funco cónico habitado na ilha do Fogo que analisamos no item que se segue.

2. Um Funco habitado

No nosso trabalho de pesquisa quisemos apresentar as casas tradicionais populares pela importância que têm na simbologia das tipologias habitacionais de Cabo Verde, ao lado das casas senhoriais e dos sobrados.

Localizamos um único funco habitado na zona de Cova Vicente, representado na figura 16. Fica a cerca de 2 quilómetros da Cidade dos Mosteiros, na ilha do Fogo. Ao lado do funco existe uma habitação de planta rectangular, coberta de elementos vegetais, com dois compartimentos, um alpendre coberto, pertencente à mesma pessoa, que foi construída posteriormente ao funco.



Figura 16 - 1ª imagem: Mosteiros, vista de Cova Vicente. 2ª imagem: funco habitado – Cova Vicente.

A imagem de uma vista dos Mosteiros apresentada na figura 16, foi tirada do local. Incluímos uma outra, igualmente representativa no anexo 19, que apresenta a fachada principal da habitação contígua de planta rectangular, ocupada pela mesma moradora. A paisagem vista de Alto Vicente representada na imagem é linda, como se pode constatar na figura 16. Reconstituímos a planta do funco e da casa de planta rectangular, que apresentamos na figura 17 abaixo representada.

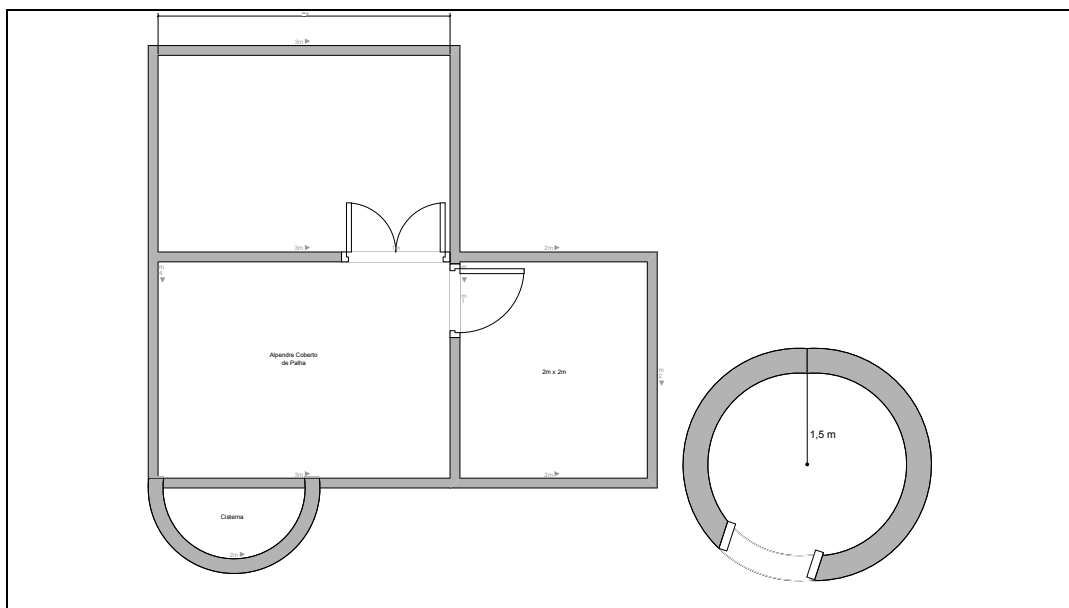


Figura 17 - Planta reconstituída do funco e da casa de planta rectangular localizados em Alto Vicente.

O Funco em causa pertence a Benvinda Pires Barbosa, conhecida por “Nininha-mama”, de 78 anos de idade. Foi construída pelos seus pais em 1960, tendo a construção terminada em Abril daquele ano. O pai faleceu em 1963 ficando a morar ali, ela e a mãe que veio a falecer em 1983. Depois desta data ficou a morar sozinha. Adoptou um rapaz, de nome Djenilson Centeio, quando este tinha quatro anos, para a acompanhar nesse “ermo” como diz a moradora quando se refere à localidade de Cova Vicente.

Referiu que a casa já foi reparada várias vezes, por isso se mantém de pé. A cobertura é renovada com palha nova sempre que necessário. A proprietária e moradora referiu que, para além de não ter recursos para construir uma melhor, conserva e mora nesta casa, pois, mesmo não sendo moderna e aparentando ser velha, é como se representasse a vida da mãe dela, pois é a única

recordação da mãe que a família possui. A mesma vive da horta que circunda a casa que ela mesma mantém, e da criação de aves de capoeira.

Dentro da casa não há mobiliário. Apenas uma cama de pau de gravilha feita toscamente pela mesma, em substituição a uma outra que tinha sido feita pela mãe. Todos os utensílios, pilão, moinho, cestos e cisterna/reservatório para água, varal para pendurar roupas, ficam na parte dianteira da pequena casa contígua de planta rectangular, que tem um alpendre coberto de colmo, que dá acesso ao pequeno quarto de meia água onde dorme o rapaz, ladeado por um poial de pedra. Do lado direito deste compartimento fica um quarto, também de meia-água, ambos construídos posteriormente. Ao lado da fachada lateral direita fica a capoeira. Uma pequena horta localiza-se nas traseiras da habitação.

O funco e os restantes quartos de planta rectangular são de pedra solta, sem reboco e sem pintura e a cobertura das casas é confeccionada de elementos vegetais. Há sinais de que o funco foi reparado com argamassa de cimento e areia na parede que suporta a lateral direita da porta de entrada. A pequena cisterna tem também reboco feito recentemente com argamassa de cimento e areia como se pode ver na figura 18.



Figura 18 - Casa rectangular contígua ao funco.

Para além de tudo o que apresentamos acerca deste funco habitado e da habitação de planta rectangular, a zona é muito pitoresca e tem uma paisagem linda, com vista para o mar, donde se contemplar os Mosteiros, como se pode constatar na primeira imagem da figura 16.

Miguel Alves, (Alves: 1996) a respeito destas casas tradicionais explica que o povo denomina-as de “fontexo” em S. Filipe no Fogo, dado que estas casas localizavam-se em Fonte-Lexo, periferia da cidade de S. Filipe, representada no anexo 20. Os funcos e casas situadas no local onde se situam hoje a maternidade e o hospital, algumas casas de rés-do-chão e o edifício do projecto Alemão Fogo-Brava, teriam sido demolidos por volta de 1927, para neste espaço se construírem estes edifícios. Actualmente restam poucos funcos na ilha e encontram-se sobretudo no interior, em zonas afastadas.

O exemplar de Cova Vicente analisado mostra a importância da preservação das casas tradicionais que vêm desaparecendo com o tempo, sobretudo o funco, que está em extinção. É um exemplo que merece ser acarinhado pelas autoridades e que pode servir para se apresentar aos turistas como sendo um exemplo vivo de como é que se vivia e de como se vive nas localidades afastadas e habitadas por gente humilde e com poucos recursos. A valorização da casa e da paisagem circundante deve ser potencializada pela Câmara Municipal para o bem da população local, do município e do país em geral, que deve procurar inventariar e explorar zonas com o mesmo potencial turístico.

É de extrema urgência também que se tomem medidas para a preservação dos locais onde se tinham construído os antigos bairros habitados por gente humilde, valorizando as casas tradicionais ainda existentes.

3. Habitação tradicional de planta rectangular como marca do estilo de vida mais comum em Cabo Verde

A habitação tradicional, mais concretamente, os modelos de casas de planta rectangular surgidas em S. Tiago, são de suma importância para o estudo do património edificado nas zonas rurais desta ilha e de outras ilhas montanhosas e agrícolas como a ilha do Fogo. As ilhas povoadas mais tarde seguem a mesma tipologia habitacional e os mesmos modelos de S. Tiago (Lopes Filho:1976).

Numa economia agrícola como a que se desenvolveu na ilha de S. Tiago, assim como na do Fogo, após o início do povoamento, o estilo de vida está intimamente ligada à tipologia habitacional. João Morais, no artigo “Tipos de povoamento em S. Antão e o impacto da idade urbana” incerto na revista *Montanha*³⁶, afirma que no estudo da evolução da sociedade humana consideram-se as seguintes etapas: nómada, rural e urbana, a cada uma correspondendo uma organização social e uma ideologia. Cabo Verde cujo povoamento começou na segunda metade do século XV com gente vinda da Europa e África, como é óbvio, não conheceu a etapa nómada. O povoamento de Cabo Verde começa pois na etapa rural, a que corresponde uma economia agrícola e uma organização social da aldeia.

Sendo limitadas as possibilidades económicas da população, os materiais locais são o principal suporte para a construção de habitações tradicionais, que se caracterizam pela sua simplicidade, embora as diferenças económicas das classes sociais permitisse algumas diferenças entre elas. João Lopes Filho refere que presentemente, a habitação vulgar das zonas rurais é, sem dúvida, a casa de planta rectangular, com paredes de pedra e cobertura linear, que mesmo em formas grandes, evoluídas e mais complexas, mostra igual carácter e feições um tanto rudes das primeiras construções, nomeadamente das casas donde terá derivado directamente e para as quais pode, porventura, servir como elemento de interpretação (Lopes Filho: 1976).

A planta rectangular deverá ter sido uma evolução da quadrangular que por sua vez teria substituído a circular. A evolução da sociedade teria sido seguida pela evolução das habitações. João Lopes Filho explica a este propósito que a casa de planta rectangular, habitação tradicional das zonas rurais santiaguenses (com pequenas diferenças de tamanho, divisões e acabamento, mais ou menos definidas na razão directa dos estratos sociais) deve ser uma evolução das construções de planta quadrangular (que pouco a pouco substituiu a de planta circular) com paredes de pedra e cobertura cónica confeccionada à base de elementos vegetais e que, pela maneira como se processou o aproveitamento do seu interior passou de uma construção qualitativamente primitiva para uma habitação semi-evoluída (Lopes Filho: 1976). A mesma situação está expressa em várias localidades de Portugal continental. Um dos exemplos mais

³⁶MORAIS, João. (1991). Tipos de Povoamento em S. Antão e o impacto da idade urbana. Revista de informação Regional – *MONTANHA*, p. 2.

característicos de Portugal é Tongobriga, onde construções de pedra de planta rectangular sobrepõem-se a construções de pedra de planta circular do sec. I.³⁷

Acreditamos que essa evolução se tenha verificado em algumas povoações do interior, que teriam começado pela construção de casas precárias, funcos, aquando das fugas dos escravos fujões e de brancos e mulatos criminosos ou à procura de maior segurança para o interior, dos mais humildes foros também, e que tenham evoluído ao longo dos tempos. Porém se tivermos em conta que no início do povoamento, para além dos nobres e “senhores”, as ilhas foram povoadas por “casais” do norte e do sul de Portugal, colonos, e portanto sem muitas posses, por funcionários da corte da classe mediana, e se tivermos em conta a existência de “foros” ainda no sec. XVI, a construção de casas modestas de planta rectangular cobertas de elementos vegetais teriam sido feitas também logo no início do povoamento, como atestam as casas da rua da Banana da Cidade da Ribeira Grande. Após a valorização e incremento da agricultura e da pecuária, o desenvolvimento da vida rural teria sido acompanhado da evolução das povoações do interior e das habitações, através de mais e maiores construções, aproveitamento, preservação e reformulação das existentes (Lopes Filho: 1976).

No que respeita à caracterização destas habitações, Lopes Filho considera que “o modelo mais simples da casa rural de planta rectangular tem 6 a 8 metros de comprimento e 3 a 4 de largura, em que as paredes são feitas pela sobreposição de blocos de basalto, sem argamassa a unir os blocos. A espessura das paredes é de 40 a 60 cm e a altura de 3 metros. Não apresenta reboco nem caiação e o pavimento é de terra batida. Uma porta de 2 m de altura e 1 de largura e duas janelas laterais de 1m por 70 cm feitas de madeira dispõem-se na fachada principal. Um tabique, uma esteira ou uma parede separa as duas divisões dianteiras. Refere ainda o autor que pode também ser construída de pedra e barro, com ou sem reboco interior ou totalmente caiada. Anexos completam este modelo, como cozinha, despensa, currais. Explica ainda que “*o número de quartos, o revestimento do chão, o material da cobertura, o aspecto geral da casa, depende muito da situação económica do dono ou morador*” (Lopes Filho, 1976:19 e 20). Apresentamos

³⁷ Disponível em: <http://www.geira.pt/tongobriga/page6.htm>. Acesso a 21.10.2011.

um destes modelos presente na obra citada, na figura 19³⁸, em que se pode observar casas justapostas tendo ao lado, no exterior, uma pequena cozinha, de planta quadrangular com teto de colmo de meia água, um terreiro pequeno murado à volta e plantações a circundá-las.

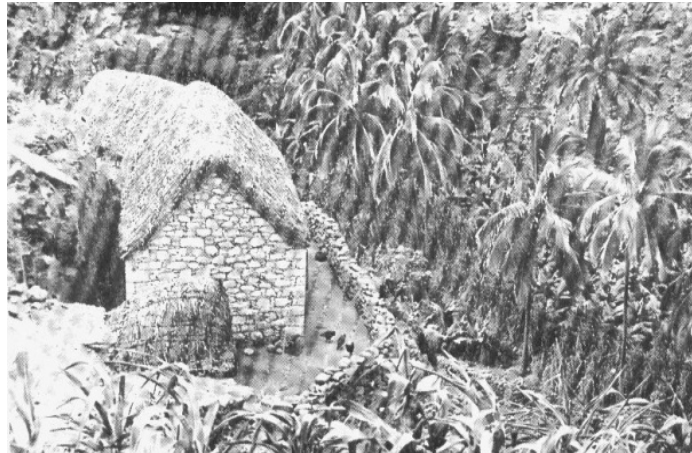


Figura 19 - Casas de pedra solta, de plantas rectangulares, justapostas, cobertas de palha.

Na ilha do Fogo deve ter havido as mesmas habitações que em Santiago, pela história do povoamento desta ilha, a que já nos referimos. Nesta, devido ao vulcanismo, agricultores e pastores da zona das erupções habitam em casas de pedra negra, da cor das lavas.

São casas de planta circular e rectangular, as mais antigas de pedra solta e sem reboco, de duas ou quatro águas, cobertas de colmo. As mais recentes são construídas com blocos e argamassa de cimento e areia, cobertas de betão.

Essas habitações convivem num mesmo espaço. “*É o contraste, o teto de colmo amarelecido e as paredes das casas feitas de lava negra*”, como se pode apreciar na imagem da figura 20 (Pereira, 2003:20 a 25)³⁹ que representa uma habitação tradicional de planta rectangular, ao lado de um funco de planta circular, feitas as paredes com blocos de lava negra, localizadas na zona de Chã das Caldeiras, perto do vulcão. Por esse e outros motivos, diz-se que a Ilha do Fogo foi e ainda é uma ilha de contrastes.

³⁸ LOPES FILHO, João. (1976). *Apontamentos Etnográficos*. Lisboa: Edição do Autor.

³⁹ PEREIRA, Marilene (2003). Sob o signo do Fogo. *Fragata*-Revista de bordo dos TACV, Série II-1, 20-25.



Figura 20 - Casa de planta rectangular e funco de planta circular, feitas com blocos de lava negra.

4. Habitações tradicionais de planta rectangular na Cidade Velha e noutras localidades do interior de Santiago.

Na Cidade Velha, em Santiago, ainda em 1964, evidenciavam-se habitações tradicionais de planta rectangular, bem acabadas, pintadas, de teto de quatro águas, cobertas de telha, varanda grande, murada, e casas rurais mais humildes, de duas e quatro águas cobertas de colmo que conviviam no mesmo espaço, como se pode ver na imagem da figura 21 recolhida da obra, “Cabo Verde, a Terra e os Homens”, de Ilídio do Amaral, obra escrita em 1964, data provável das imagens apresentadas na mesma (as imagens não foram datadas).



Figura 21 - Habitações de diversa tipologia em Ribeira Grande.

Hoje, porém a paisagem é diferente pois, quase todas foram remodeladas ou construídas de novo. Dezassete casas foram remodeladas na primeira fase, com apoio da cooperação espanhola. Destacamos uma, bem preservada a seguir descrita, que se localiza na Rua Direita ao Forte que visitamos e fotografamos durante o nosso trabalho de campo (figura 22). Vamos a seguir apresentar a caracterização da casa representada na imagem da figura 22 e a sua comparação com uma Casa Senhorial que adiante apresentaremos.



Figura 22 - Imagem que representa o aspecto exterior das casas, todas contíguas.

Possui uma porta e uma janela tendo um único compartimento no corpo da casa. As restantes casas tradicionais próximas da habitação em referência possuem uma porta e duas janelas

Segundo um dos moradores, o senhor Cândido Semedo, antes da remodelação da casa feita pela cooperação espanhola, a mesma já tinha sofrido alterações introduzidas pelo pai da esposa, já falecido, que era o proprietário. Informou-nos que era uma casa de terra batida que tinha um único compartimento, com paredes de pedra solta e que o teto tinha cobertura de colmo. Não havia quintal, apenas uma área livre sem paredes. O pai da esposa havia construído as paredes do quintal e substituído o teto por telha de barro (na casa ao lado é de fibrocimento) mas não tinha nenhuma imagem da casa anterior à remodelação actual para nos ceder. Disse-nos que nesses tempos não havia fotografias.

Actualmente, foram construídos uma cozinha e dois quartos de dormir pela esposa que é proprietária actual da mesma casa. No entanto, afirmou que todas as casas tradicionais dessa rua tinham a cobertura feita de elementos vegetais quando foram construídas. Todas as casas dessa rua apresentam uma varanda feita com paredes de pedra sem reboco, com uma abertura com dois ou três lances de escada também de pedra, pelo que podemos entender que seriam regras de construção exigidas pela edilidade, em conformidade com a “ordem” e o “ritmo” referidos por Pires (Pires: 2010).

Na mesma rua, e em linha recta, apresentam-se várias casas de planta rectangular que beneficiaram também de conserto e preservação através da Cooperação Espanhola, em que se manteve a traça original.



Figura 23 - Casa contígua ao exemplar em estudo, que apresenta uma porta e duas janelas laterais.

O morador, Cândido Semedo, um ancião de 92 anos, esposo da proprietária já falecida, que era natural da Cidade Velha, herdeiro por casamento, veio a instalar-se com a esposa, que havia herdado a casa que pertencia a seus pais. Mora actualmente nesta casa com a neta.

Ultimamente, com apoio da Cooperação Espanhola, a casa recebeu um novo reboco no interior e no exterior, elementos decorativos na porta e nas janelas, um forro arrematado com elemento decorativo, e pintura. O dono não permitiu a substituição das paredes de pedra por paredes de

blocos como se pretendia no projecto de preservação. Após as obras de preservação o dono mandou revestir o pavimento do único compartimento da frente com mosaicos. Um muro exterior com uma entrada aberta a separa da rua.

A casa actualmente tem reboco e pintura exterior, molduras no beiral do telhado. As portas e janelas são de madeira e os lintéis de betão armado. A casa contígua do lado direito tem o telhado de fibrocimento, as janelas são envidraçadas e a porta de madeira. Não tem molduras mas um friso a arrematar o telhado (figura 23). Esta rua tem casas contíguas de uma porta e duas janelas que foram também contempladas pelo projecto.

O interior da casa do morador Cândido, que era de pedra solta sem reboco, apresenta actualmente reboco e pintura interior, (figura 24) forro de lamelado de madeira e um friso a arrematar as placas do forro na parede lateral (figura 25), que segue o desenho do telhado.



Figura 24 - Interior da casa depois de preservada.

O mobiliário actual e a decoração são modernos (figuras 24 e 25).

O interior ficou mais confortável e com uma certa leveza proporcionada pelo teto alto com forro e pela pintura a cores claras e suaves como se pode apreciar nas figuras 25 e 26.

O teto está pintado de branco e as paredes de creme como se vê na figura 26 . O piso que era de terra batida, depois de cimento nos anos sessenta e foi actualmente revestido de mosaicos de cor castanha.



Figura 25 - Mobiliário moderno substitui o antigo.

O ancião disse-nos que antes havia uma mesa e bancos e uma cama tosca no único compartimento. O mobiliário moderno foi comprado pela neta, que terminou o curso de engenharia e trabalha no INIDA – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário. Resta no entanto o hábito do uso banco tradicional de madeira que se encontra ao fundo, ao lado esquerdo da cristaleira.



Figura 26 - Teto com forro e com friso.

Esta casa demonstra a importância que tem a preservação dessas casas tradicionais, que podem ser aproveitadas para a visita de turistas. Dever-se-ia também manter uma casa original destas, assim como o mobiliário e os utensílios caseiros, para que se pudesse reconstituir o modo de vida da população que as ocupava anteriormente, a evolução dessas casas no referente à sua modernização, que está relacionada com a evolução económica e social desta localidade e de Cabo Verde no geral, bem como a importância da preservação. O valor que detêm estas casas pode ser potenciado pelo incremento do turismo. O mesmo se pode dizer relativamente às casas da rua da Banana⁴⁰ representada na figura 27.

Apresentamos a seguir a análise de uma casa tradicional da rua da Banana que mantém os traços originais e poderá servir de elemento de comparação com as demais já referidas.

Segundo o técnico do Instituto da Cultura, Francisco Moreno, a rua da Banana é constituída hoje por casas de plantas semelhantes às que foram construídas na época do povoamento da cidade da Ribeira Grande. As construções actuais foram feitas por cima das antigas.

⁴⁰ FONTE: BARROS, Arminda. (2002). Praia Rural quer ser Concelho. In. Revista *Praia, Santa Maria*, nº 2, 5.



Figura 27 - Casa tradicional da Rua da Banana.

A habitação analisada, a quarta a partir do fundo da rua citada, tem dois compartimentos no corpo da casa. Uma divisória construída actualmente para separar a sala do quarto, confere mais intimidade a este. Antigamente havia uma cama instalada ao fundo de um único compartimento. Tem actualmente um quintal grande que originalmente era amplo e tinha animais de capoeira e cabras, mas que agora alberga uma cozinha, que era de três pedras e ao ar livre, e mais um quarto de dormir.

A casa tem uma pequena varanda de pedra e mantém-se sem reboco o que permite ver que é feito de pedra solta. Está pintada de branco e as aberturas, uma porta e duas janelas são de madeira. A cobertura foi feita de elementos vegetais que pode constatar-se pela cor das camadas que é renovada periodicamente. A parte interior deixa ver o forro de folhas de palmeira entrelaçada, as varas de caniço e tábuas de madeira que suportam o telhado como se pode ver na figura 28. As paredes internas estão com reboco de cimento e areia e pintura a cal, mas originalmente eram de pedra solta. O piso que antigamente era de terra batida está revestido de cimento.



Figura 28 - Interior da casa. Teto de palha sob forro de folha de palmeira entrelaçado.

O único compartimento é dividido por uma parede que não atinge a altura do teto, e que separa a sala do quarto. Inicialmente um tabique de esteira fazia esta divisória (figura 29).



Figura 29 - Divisória do compartimento lateral que serve de quarto de dormir.

Noutras localidades de Santiago, como nos Engenhos, verifica-se a mesma situação o que demonstra que esta ilha desenvolveu-se muito, pois já não se encontram funcos e raros são as casas de planta rectangular de pedra solta cobertas de colmo. Mas nos Engenhos ainda se encontram em 1964 e em 1966, comunidades habitando em funcos de palha, como se a modernidade não tivesse chegado a este recanto⁴¹ (figura 30). O interior de Santiago onde actualmente é raro encontrar casas cobertas de colmo ou feitas exclusivamente de elementos vegetais, excepto as comunidades dos rebelados, apresenta-se porém mais moderno do que a vizinha ilha do Fogo, por exemplo, em que encontramos ainda muitas casas rurais de pedra solta cobertas de colmo nas zonas mais recuadas.

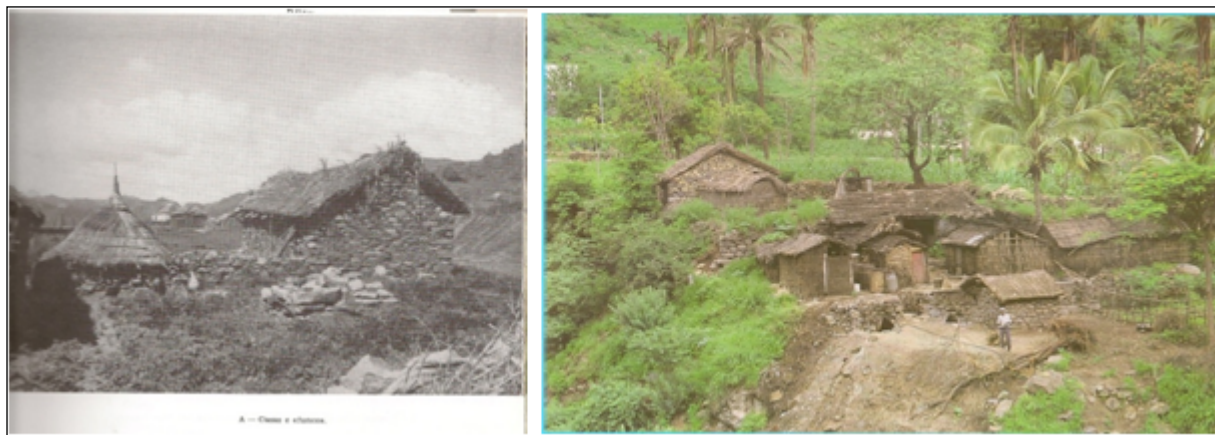


Figura 30 - Casas de planta rectangular e funcos nos Engenhos, S. Tiago, em 1964 (1ª imagem) e 1966 (2ª imagem).

5. Técnicas construtivas do “ontem” e na actualidade.

Na zona rural, as paredes das casas podem ser feitas de pedra solta, de diversos tamanhos e formas, sem qualquer aparelhamento, sem pintura ou apenas caiadas, dispostas irregularmente. Essas paredes de pedra solta são também utilizadas na construção de muros exteriores. É também usual na construção de muros nas estradas ou para dividir propriedades, servindo também de

⁴¹ 1ª imagem - Casa rural de planta rectangular de duas águas e funco na Ribeira dos Engenhos. FONTE: AMARAL, Ilídio do (1964). Santiago de Cabo Verde - A Terra e os Homens. Mem. Junta de Invest. Ultram. 2ª sér. Nº 48. Lisboa. 2ª imagem – casas de planta rectangular cobertas de colmo e funcos de palha na Ribeira dos Engenhos. FONTE: CARVALHO, Luís. (1996). Rabelados de Santiago - um símbolo de resistência. *Fragata*-Revista de bordo dos TACV, 10, 42-44.

suporte à construção de socalcos. Na Cidade Velha, actual Cidade da Ribeira Grande de Santiago, apresenta casas de pedra solta cobertas de colmo, caiadas de branco, do tempo da colonização, hoje preservadas, como se pode verificar na imagem da figura 31. O material utilizado na construção de paredes de pedra solta é o basalto, abundante nas ilhas montanhosas. Na ilha do Fogo, pedras de vulcão talhadas, eram utilizadas para a construção de paredes de pedra solta.

É possível observar uma casa tradicional localizada na Rua Direita do Forte, bairro de S. Sebastião, que exprime o espírito de reabilitação das mesmas, mantendo a traça original e ao mesmo tempo deixando à vista as técnicas construtivas na figura 31.



Figura 31 - Casa de planta rectangular preservada.

A pedra solta vem sendo substituída gradualmente por construções mais modernas, de pedra argamassada, que evoluiu de argamassa de barro para a de cimento que liga os blocos de pedra de basalto, e pela mistura de cal, areia e cimento representada na figura 32⁴². Nesses casos, a pedra já é aparelhada, mesmo que seja toscamente, é calibrada e bem assente, sobretudo nos cunhais. As construções ficam mais caras pois recorre-se a pedreiros mais peritos, conforme as possibilidades económicas dos moradores (Lopes Filho:1976).

⁴² Fonte: ARAÚJO, Luís (1989). Espaços Arquitectónicos Cabo-verdianos – Tipos de habitação. Revista de Letras, Artes e Cultura – *Fragmentos*, Ano II- 5 e 6, 27.

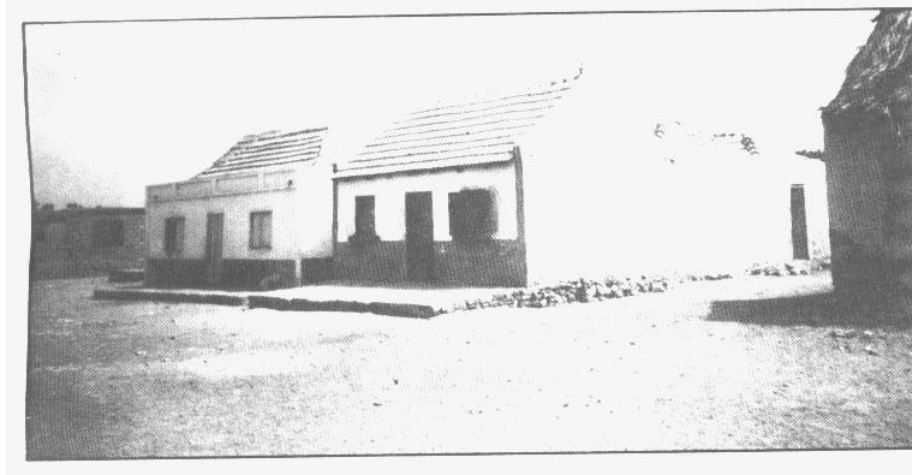


Figura 32 - Casas de pedra aparelhada com argamassa e reboco.

As casas de pedra aparelhada com argamassa podem ou não levar reboco. Este poderá também ser feito apenas no interior ou totalmente. O reboco era feito com e areia e cal importada das ilhas de Boa Vista e Maio. O reboco com cal ou cimento e areia em proporções exactas, apenas as famílias mais abastadas é que se davam ao luxo de o fazer, dado o seu maior custo. O aspecto interior e exterior das casas é menos rústico do que as de pedra solta, portanto. Outras vezes, no entanto, este primitivismo não corresponde a níveis sociais inferiores, mas sim a particularidades devido aos condicionalismos locais de zonas recuadas dos centros urbanos, de difícil acesso o que dificulta o transporte de materiais de construção (Lopes Filho:1976).

Luís Araújo refere-se à habitação tradicional rural e à casa tradicional urbana, englobando os funcos e as habitações rurais de planta rectangular de duas e quatro águas na primeira, e a casa tradicional urbana e os sobrados na segunda categoria. Segundo este, o modelo urbano resultou de uma evolução do modelo rural, distinguindo-se deste, muitas vezes, apenas pela qualidade do acabamento, que se apresenta mais refinado, em que se praticam os mesmos modelos de cobertura, de duas águas e de quatro águas, como se pode verificar na figura 32. Explica que na casa tradicional urbana, os alicerces em pedra são mais profundos do que no modelo rural e que revelam, tecnicamente, um trabalho mais perfeito, sendo as paredes em pedra espessas (40 a 50 cm) e bem construídas, a pedra aparelhada assente com argamassa de terra ou de cal, as paredes revestidas nas duas faces com argamassa de cal e os pavimentos em soalho de madeira que, recentemente, com a introdução do cimento, passaram a ser revestidos de argamassa de cimento.

Quanto à cobertura refere: *“A cobertura em sólida estrutura de madeira é revestida com telha de cerâmica ou de fibrocimento sendo muito usado o tecto falso em madeira (plafond) que forra o teto e oculta a estrutura da cobertura, refrescando a casa e conferindo-lhe um aspecto agradável no interior”* (Araújo, 1989:28 a 29).

Na evolução havida neste tipo de habitação no plano construtivo, o bloco de cimento importado e o betão armado tiveram reflexo, principalmente na forma de cobertura que passou a ser horizontal, originando terraços que substituíram o telhado inclinado. A introdução do betão produziu mais variedades de modelos, *“quebrando assim a harmonia dos alinhamentos em altura e a uniformidade das coberturas inclinadas que enformam princípios clássicos do urbanismo que constituem, hoje, uma coerente urbanização herdada do passado”* (Araújo, 1989: 28 a 29).

Um outro aspecto que reflecte a evolução das técnicas construtivas da habitação tradicional refere-se à concepção do piso que se transformou em chão assoalhado ou cimentado consoante a apetência dos moradores, para algum conforto, mas também como repercussão das melhores condições de vida e impacto na situação sanitária da própria casa, e melhoria na aclimação do espaço habitacional, bem como a representação de certo luxo (Araújo: 1989).

Capítulo III - Os Sobrados ou Casas Senhoriais na Ribeira Grande de Santiago e em S. Filipe

“A casa exprime o nível social dos seus moradores. Os proprietários mais abastados, os comerciantes, os funcionários, os «americanos», habitam em ‘sobrados’ de um andar, construídos com esmero, quase sempre providos de larga varanda coberta pelo telhado, corrida ao longo de dois ou três lados da construção.” (Ribeiro, 1960: 153).

Este é o capítulo em que, antes de entrarmos verdadeiramente na análise dos sobrados ou casas senhoriais na Ribeira Grande de Santiago e S. Filipe, na ilha do Fogo, faremos uma breve

resenha sobre a fundação e o desenvolvimento das duas cidades. Em seguida, estudaremos, em pormenor, um exemplar de casa senhorial ainda firme na Ribeira Grande de S. Tiago, destacando-se: as referências relativas à posse e localização da casa; a descrição da habitação, as fases de degradação a que esteve sujeita o imóvel; e as possibilidades de reabilitação da casa na perspectiva de valorização da cidade na época contemporânea. Salientaremos o dado curioso da existência de um único sobrado habitado na Cidade Velha e por fim, as particularidades e simbolismo dos Sobrados de S. Filipe.

1. Breve resenha sobre a fundação e o desenvolvimento das cidades da Ribeira Grande de Santiago e de S. Filipe.

A fundação e o desenvolvimento das cidades da Ribeira Grande de Santiago e S. Filipe decorrem na sequência da criação, na ilha de Santiago, de duas capitâneas a partir das quais se deu início ao povoamento e desenvolvimento de Santiago. A primeira, doada a Diogo Gomes, teve pouca duração por ser de terrenos “salgados” e impróprios para a agricultura. Em 1515 passou-se a sede dos Alcatrazes para a cidade da Praia. A capitania da Ribeira Grande foi doada a António de Nolle. Com um bom porto, uma ribeira, bastante vegetação reunia condições para ser cabeça temporal e espiritual das ilhas (Carreira, 1982).

A prosperidade de Ribeira Grande, na sequência da criação, em 1462, pelo rei de Portugal, das duas capitâneas, a dos Alcatrazes, correspondente ao lugar hoje chamado de Baía, e a da Ribeira Grande, ex-Cidade Velha, hoje Cidade da Ribeira Grande de Santiago, devia-se ao comércio de escravos, exploração agrícola, criação de gado para exportação, a venda da urzela. A urzela era um corante vegetal muito apreciado que se utilizava na coloração de panos de algodão para exportação.

A cidade era um entreposto de escravos. O tráfico de escravos para o Brasil e para as Antilhas, onde o lucro era maior, durou até ao sec. XIX “ *mas foi no sec. XVI e XVII que em Santiago se registou um movimento mais significativo do tráfico de escravos* ” (Carreira, 1982:133).

Ao longo do sec. XVI, quase todas as rotas do comércio atlântico passavam por Ribeira Grande. A Coroa resolve dotá-la de infra-estruturas mínimas para fiscalizar de perto toda a movimentação do comércio com a costa da Guiné. Fazia-se a cobrança dos impostos devidos à Coroa, uma das principais fontes de receita do erário público. A valorização da Ribeira Grande resultava do comércio externo.

A pequena Vila de António, aglomeração de casas acantonadas no lado oriental da baía da Ribeira Grande, havia de experimentar um aumento demográfico nos anos seguintes devido ao desenvolvimento do seu porto, sendo as primeiras ruas indicadoras da sua ligação ao porto: a rua do Porto e a do Calhau. No outeiro a poente ficava a Capela de S. Sebastião, santo protector das doenças palúdicas que dizimavam a colectividade.

Iva Cabral, (Cabral, 2001: 225 a 357) afirma que o aglomerado humano da Ribeira Grande recebeu o estatuto de cidade a partir de 1533, aquando da instituição do bispado de Cabo Verde. Afirma que em torno do porto da Ribeira Grande, em finais do século XVI haveria “200 vizinhos” e as casas eram construídas com pedra que mandavam buscar de Portugal.

Os relatos da época, deixam crer que o crescimento da Ribeira Grande decorreu num ritmo bastante satisfatório e que conhecendo nesta altura o seu período áureo. O contador André Rodrigues, denunciando e criticando, entre outras coisas, o desinteresse a que a Ribeira Grande se encontrava votada (falta de instalações próprias e condignas para a instalação da feitoria e alfândega, por exemplo), diz, em 1549, que *«tirando a cidade de Lisboa nem duas cidades do Reino rendem tanto quanto ela porque vai em muito crescimento»* (Carreira: 1982, 49).

A 20 de Março de 1572 a Cidade da Ribeira Grande tinha duas freguesias, a freguesia de Nossa Sra. do Rosário e Nossa Sra. da Misericórdia, e 1800 habitantes. A ilha de Santiago estava habitada nos principais centros urbanos e a Ilha do Fogo contava com duas povoações, como se pode ver no quadro que se segue:

QUADRO I
NÚMERO DE FOGOS E POPULAÇÃO DOS CENTROS URBANOS E RURAIS EM 1572

Vila da Praia	30 Fogos	-----	Freguesia N. Sra. da Graça
Santo Amaro do Tarrafal	40 fogos	477 almas	Freguesia de S. Amaro
S. Nicolau Tolentino	143 fogos	-----	S. Domingos
S. João da Ribeira António	80 fogos	795 almas	Freguesia de Santiago
N. Sra. da Luz dos Alcatrazes	30 fogos	207 almas	-----
S. Jorge dos Órgãos	100 fogos	-----	-----
S. Catarina do Mato	370 fogos	-----	-----
S. Miguel da Ribeira dos Flamengos	50 fogos	360 almas	-----
Ribeira de Santiago	225 fogos	-----	-----
S. Filipe	150 fogos	-----	-----
S. Lourenço do Pico	90 fogos	-----	-----

FONTE: BALENO, Ilídio Cabral. (2003). *Povoamento e Formação da Sociedade*. In História Geral de Cabo Verde. Lisboa: Inst. de Investigação Científica e Tropical e Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde.

Pela análise do quadro, já se tem o número de fogos existentes em todas as povoações e centros urbanos. Contudo apenas em alguns se assinala o número de habitantes.

Entretanto, o período áureo é efémero. João da Silva Feijó escreve acerca da decadência da cidade mencionando que os edifícios que estavam em ruínas pareciam ser feitos “*em outro tempo*” de pedra e cal e cobertos de telha. Refere ainda: “*Ali residiam os seus bispos, Governadores, e Ministros; porém depois do saque de 1713, toda se despovoou, vindo a ser consequência a ruína dos seus edifícios, de que apenas restam a Catedral de instituição assaz antiga ...*” (Feijó: 1986, 3 - 4).

A decadência está expressa na saída em 1642 dos padres jesuítas. A estadia foi também curta de alguns frades de Ordem Terceira de S. Francisco que à cidade chegaram, a expensas de Joana Coelha, proprietária abastada que os mandou buscar do Reino. Mas a falta de residências obrigou que voltassem a Portugal. A cidade já estava em decadência.

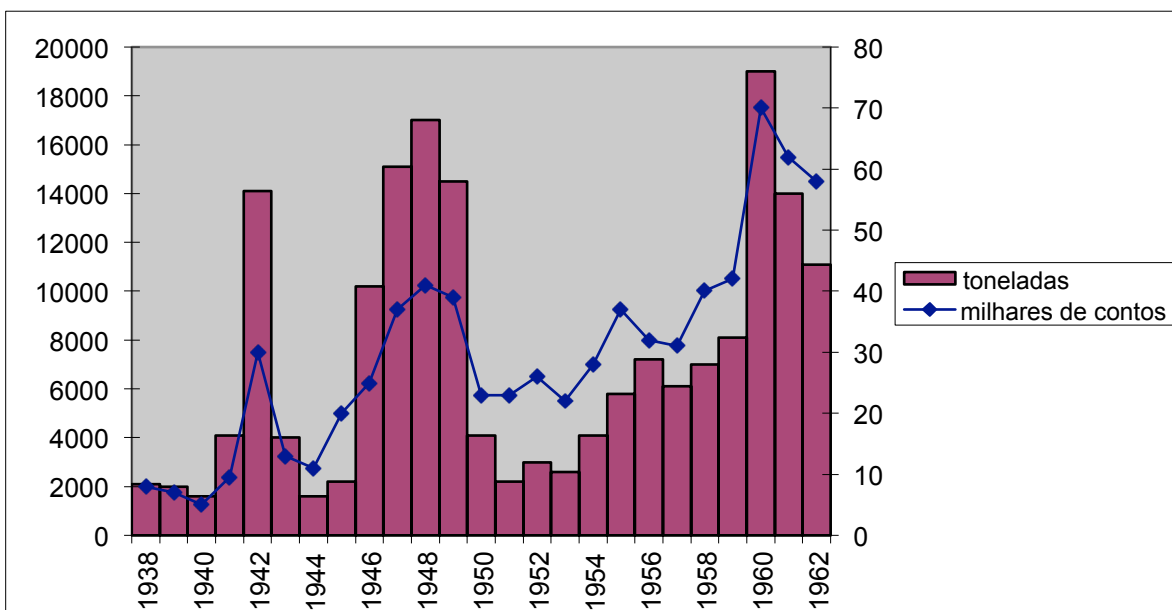
Nas últimas décadas do sec. XVIII a decadência era geral. As febres mortíferas assolavam a Ribeira Grande, levando vidas, dentre as quais muitos Bispos e governantes que morriam “*da doença da terra*”. Essa situação limitava o recrutamento de padres. A situação tornou-se tão grave que uma lei de 1781 obrigava os sacerdotes nomeados a ocupar o seu posto sob pena de sanção e, quando esta medida já não surtia efeitos, regalias foram introduzidas, como a que dizia que “*sendo mestres*” e tendo ido da metrópole (...) seriam eleitos priores logo que regressassem ao Reino segundo Cerrone (Cerrone: 1983). Segundo o mesmo autor, no século XIX a lei da escravatura dava mais um golpe à já fraca e debilitada economia das ilhas (Cerrone: 1983).

Ilídio do Amaral (Amaral: 1964) afirma que do esplendor da cidade restavam um monte de ruínas, a Sé demolida e muitas pedras extraídas das ruínas serviam de muros de casas e de depósitos de água. A Santa casa da Misericórdia com a sua torre sineira, que tinha sido uma das mais privilegiadas confrarias das conquistas, estava em ruínas. A mesma fora agregada à arquiconfraria de Roma pelo breve do papa Xisto V, tendo-lhe sido concedidos todos os privilégios que gozava a Santa Casa. O Convento de S. Francisco e a igreja de S. Roque também estavam em ruínas. A muralha estava meio-desfeita, e uma ou outra casa ainda estava de pé. A Fortaleza de S. Filipe estava em restauro, ainda lá estava o pelourinho de capitel lavrado em estilo manuelino numa praça frente ao mar.

As crises de fome e mortandade, situações de autênticas lutas do povo pela sua sobrevivência e dignidade pioravam a já debilitada economia da Cidade da Ribeira Grande. A primeira crise de que se tem notícia é a de 1580-82, notícia dada pelo bispo D. Frei Pedro Brandão, a 11 de Junho de 1592. As crises mais recentes, as de 1921-1923, as de 1941-1942 e as de 1947-1948 dizimaram boa parte da população. As de 1911-1913 e 1934-1936 foram de efeitos mais atenuantes. Entretanto, só a partir do século XIX/XX é que se encontram dados disponíveis sobre a economia das ilhas. Deste modo, exemplificamos com o gráfico I que indica as variações do

movimento do comércio externo e interno de Santiago no período de 1938 a 1962, que demonstra um nítido decréscimo nos anos de crise e de fome.

GRÁFICO I
VARIAÇÃO DO MOVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERNO E INTERNO DE SANTIAGO
(1938-1962)



FONTE: AMARAL, Ilídio do (1964). Santiago de Cabo Verde - A Terra e os Homens. Mem. Junta de Invest. Ultram. 2ª sér. N° 48. Lisboa.

Depois da crise, as epidemias grassavam. A Companhia de Grão Pará que tinha o monopólio da importação de géneros e escravos aproveitava-se da situação para aumentar os preços de produtos. Durante o século XIX continuaram as crises, sendo as que registaram mais mortandade, as de 1831-33 e 1864-66. O Governo de Portugal acudia com mantimentos, concedia terras por sesmaria, mandava abrir estradas sem nenhum plano, calcetar ruas, remodelar edifícios, apenas para matar a fome à população já depauperada que não conseguia, a maioria, escapar à hecatombe. A diminuição da produção durante as crises e a conseqüente debilidade da economia está bem patente neste gráfico que mostra um nítido decréscimo da produção e da economia nos anos de crise e de fome (Amaral: 1964).

Citando ainda Barcellos (136, parte I, p. 118) Ilídio do Amaral refere que em 1542 a cidade da Ribeira Grande começava a decair, oferecia tão pouca resistência que o mesmo até insinua que podia ser tomada por uma única nau.

Na fase da opulência destacam-se os edifícios particulares, como a casa da D. Violante Freire de Andrade, a do Coronel João Freire de Andrade, a da Companhia de Grão-Pará *que seriam importantes, pelo menos, fora do comum do resto das edificações* (Amaral, 1964:175 a 180). Os grandes sobrados testemunhavam a riqueza e ostentação dos proprietários. É entretanto efêmera esta fase devido à concorrência estrangeira na costa da Guiné. Surge mais um concorrente, uma outra potência, a Inglaterra, que, principalmente a partir da década de 60 do século XVI cria fortes dificuldades aos interesses da Coroa, e às medidas altamente restritivas do poder central.

O declínio da cidade deveu-se também ao clima, à localização pouco favorável do porto, aos ataques repetidos dos corsários e frotas inimigas, à proibição da escravidão, ao monopólio das Companhias e também ao abandono a que o arquipélago ficou votado durante a governação Filipina.

Da boa linhagem dos habitantes da cidade, testemunham as pedras tumulares armoriadas no interior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A Sé em ruínas e as pedras de mármore servindo de degraus de escadaria de algumas casas testemunham também os tempos áureos da cidade.

Na Planta da cidade de 1769 a aglomeração de casas acantonadas no lado oriental da baía da Ribeira Grande estava ainda representada. Na de 1778 (anexo nº 9) o autor marcou já as ruínas no mapa o que permite avaliar a decadência rápida da cidade a favor da Praia, onde passou a residir o Governador a partir de 1770. A planta de 1778 indica que eram 125 os edifícios e 787 os moradores, sendo 495 livres e 292 escravos. O mapa apresenta também os bairros, e as ruas: O bairro de S. Brás, o mais pequeno e que fica na zona setentrional; na zona central e mais baixa do vale, a que se chamava Figueira de Portugal, com cinco ruas e um beco; o Bairro de S. Sebastião, com quatro ruas e dois becos, onde ficava a Sé Catedral, o Palácio Episcopal e o Aljube, localizada na base do promontório da Fortaleza de S. Filipe. O centro da cidade ladeava

a ribeira, dispondo as casas nos dois lados. Na mesma planta estão mencionados ainda, os edifícios públicos, tais como a Câmara, a Misericórdia, a prisão e edifícios particulares (Pires: 2010). Na imagem do anexo nº 9 que representa a planta de 1778 está indicada a disposição e a constituição dos bairros e das ruas da cidade.

Correia e Silva (Correia e Silva, 2004: 143) em “Combates pela História”, no capítulo “Uma Cidade-Porto dos Mercadores”, refere que o povoado era uma base de armadores, escravos, pilotos e marinheiros e que um número significativo de moradores ricos era proprietário de navios que faziam a ligação entre o burgo e os diferentes Rios da Guiné. Apresenta citações do Padre António Brásio (Brásio:1962) que refere que segundo os escritos de um clérigo, “ (...) *para ouvir as alocuções religiosas, os senhores postavam-se às janelas de suas residências*”, afirmando que “*a gente principal têm muitas janelas*”. Correia e Silva apresenta ainda informações escritas referidas pelo mesmo que deixam deduzir a existência de sobrados na cidade: “*sobre este terreiro cai uma varanda com uma escada para fora* (Correia e Silva, 2004: 143). No Bairro de S. Pedro foram construídas as casas mais opulentas e os sobrados mais ricos pelos vizinhos honrados da Ribeira Grande, segundo a legenda da figura 11 do vol. II, 2ª Edição de 2001 da História Geral de Cabo.

Fernando Pires que apelida a zona portuária de “*cidade baixa*” para a diferenciar espacialmente da “*cidade alta*”, os bairros de S. Brás e S. Sebastião, refere no entanto que pouco se conhece dos assentamentos que nele tiveram lugar (Pires: 2010).

Quanto ao provável Bairro dos Sapes aludido por Iva Cabral, que estariam na origem da construção do funco, é urgente que se façam trabalhos de escavação e pesquisa pois, no nosso trabalho de pesquisa de campo na cidade da Ribeira Grande de Santiago, ex-Cidade Velha, não encontramos vestígios visíveis do Bairro dos Sapes.

A Cidade da Ribeira Grande, a partir de 1533, aquando da instituição do bispado de Cabo Verde, passou a ser reconhecida como a sede principal do arquipélago. Ribeira Grande foi, desde a sua fundação, a capital do arquipélago, seu centro sócio-económico, administrativo, militar e eclesiástico.

Com referência à Cidade de S. Felipe e à contextualização da Ilha do Fogo e do Concelho e de S. Filipe, começamos por contextualizá-la e localizá-la no Concelho do mesmo nome a que pertence.

O povoado de S. Filipe foi fundado nos finais do século XV e em 1513 já tinha o seu capitão donatário (Ribeiro: 1964). No documento régio de Janeiro de 1515 encontra-se a primeira referência a São Filipe. Antes desta data era conhecida por Vila de S. Filipe. Em 1922 ganhou o estatuto de cidade e era o centro administrativo mais importante da ilha. Localiza-se numa arriba que fica entre os 50 a 70 metros do nível do mar, numa falésia que fica sob uma extensa praia de areia negra, a praia de Fonte Bila. Esta deve o seu nome a uma antiga fonte que existia na desembocadura da Ribeira de Trindade, a norte, que começa na Praia de Nossa Senhora e termina no Vale dos Cavaleiros, onde fica o cais de S. Filipe. Essas duas localidades marcam o limite natural da antiga povoação.

A cidade de S. Felipe tem a sul a Ribeira de São João delimitando o primeiro casario, onde existia uma fonte de água salobra, a fonte de “Nhô Djilormo”. A oeste, perto à ribeira de S. João fica a primeira fortificação, o Fortim Dona Maria Carlota, que foi rainha de Portugal na época, e localiza-se no espaço onde a vila começou, isto é, a “Bila Baxo”. No Fortim instalou-se a antiga botica e também funcionou como cadeia civil há bem pouco tempo. Existem ainda neste local algumas peças de artilharia pesada que serviriam para a defesa, contra os ataques dos corsários. Acompanhando a falésia para o sentido norte, foi construída a primeira igreja que até 1570 se denominou, Igreja de S. Felipe.

A cidade de S. Filipe foi-se desenvolvendo, obedecendo aos limites naturais impostos pela própria geografia física da ilha. Antes da sua elevação à categoria de cidade era denominada de Vila e os habitantes distinguiam nela duas zonas: “Bila Baxo”, Vila Baixo e “Bila Riba”, Vila de Cima. A “Bila Baxo” começa no cimo das rochas do Boqueirão e termina pelo Norte, na rampa de Achada Pato. A sul fica a Ribeira do Lém e a Leste um barranco onde mais tarde foi construída um paredão formando o Alto S. Pedro. Segundo alguns investigadores como o arquitecto António Jorge Delgado, o paredão do Alto S. Pedro serviu de linha divisória entre “Bila Baxo” e “Bila Riba” e é fruto de rivalidades entre famílias da classe dominante. Segundo

outros, o paredão foi construído com a finalidade de proteger as pessoas que viviam na “Bila Baxo” pois devido ao declive ou inclinação do terreno, eram vítimas de cheias e lamas durante a época das chuvas.⁴³

S. Filipe é hoje o principal concelho da Ilha do Fogo. Esta é a quarta maior ilha de Cabo Verde e situa-se a 48° 58’ de latitude Norte e 24° 31’ a Oeste do meridiano de Greenwich. Ocupa a área de 476 Km² e tem cerca de 37.409 habitantes. Fica a sensivelmente 60 milhas da Ilha de Santiago, a 140 milhas marítimas da Ilha de S. Antão, a ilha que se encontra mais afastada e a 9 milhas da vizinha Ilha Brava. De seu primeiro nome, Ilha de S. Filipe, por ter sido descoberta no dia em que é homenageado o referido santo pela igreja católica, passou a ser chamada de Ilha do Fogo, devido às várias erupções vulcânicas verificadas após a sua descoberta. Apenas a vila manteve o nome original – S. Filipe. A descoberta da ilha está ligada à descoberta de Santiago e o seu povoamento deve ter sido antes do fim do século XV dado que em 1500 assinalava-se já a existência de uma igreja nesta ilha o que pressupõe a existência de um núcleo populacional importante, segundo C. J. De Senna Barcelos. No século XVI o oficial Valentim Fernandes escreveu que Santiago é povoada de muita gente, e em relação à Ilha do Fogo, que a ilha era povoada de gente (Ribeiro: 1960).

Por sua vez, Daniel A. Pereira refere-se a este assunto referindo que do povoamento do Fogo ter-se-ia verificado antes de 1493, pois a relação de entrega de alguns objectos de culto divino à essa ilha deixa pressupor isso, na medida em que existia uma igreja. Os povoadores seriam servos brancos de D. Fernando. Em outros documentos há a indicação de alguns povoadores, os primeiros da ilha, que seriam cativos de Ribeira Grande de Santiago, cidade já constituída (Pereira: 2005).

Os grandes proprietários dividiram a ilha entre si formando o seu património agrário, e começaram a construir as suas habitações. A habitação retratava o seu poderio económico, que

⁴³ PINA CORREIA, Maria Aleluia. (2006). Os edifícios particulares do Concelho de S. Filipe: na perspectiva da história da arte e património. [Tese de Licenciatura]: dissertação em Ensino da História apresentado ao ISE – Instituto Superior de Educação.

Orlando Ribeiro caracterizou de *casa como a alma e espelho do seu dono* (Ribeiro: 1960). As residências dos remediados ergueram-se ao lado da dos grandes proprietários.

Em meados do sec. XVI a vida social na ilha do Fogo era bastante desenvolvida o que se avalia pelas questões que eram postas ao reinado pelos corregedores e os habitantes que se envolviam em situações diversas, apoiados por uns e recriminados por outros. Porém a ilha do Fogo nunca se desenvolveu como a ilha de Santiago, devido à falta de água potável e água para a rega. Assim, no fim do século XVIII, a Ilha encontrava-se praticamente em abandono dado que passava por sérias dificuldades à semelhança da ilha de Santiago, em parte devido aos ataques de corsários e ao decréscimo do comércio de escravos.

No que se refere à sociedade, afirmam alguns historiadores que houve maior mestiçagem na ilha do que em Santiago. Segundo Simão Barros (1933-1935) citado por Elisa Silva Andrade (Andrade: 1996) no início do século XX a sociedade já estava estruturada em três classes sociais: os brancos autóctones, os mestiços e os negros (Andrade: 1996). Entretanto Teixeira de Sousa, (Teixeira de Sousa: 1940) nos artigos que publicou na revista *Claridade* explica como é que as classes sociais se relacionavam no século XX. Os artigos de Gabriel Mariano sobre este tema, “*Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou*” e “*A mestiçagem: seu papel na formação da sociedade cabo-verdiana*” que corroboram as ideias expressas por aqueles escritores, mereceram sempre uma grande importância dos estudiosos da cultura cabo-verdiana (Mariano:1991)⁴⁴.

2. Um exemplar de casa senhorial ainda firme na Ribeira Grande de S. Tiago.

Vamos apresentar uma Casa Senhorial que ainda existe na Cidade Velha, pertencente a Fátima Mendes dos Reis Andrade Duarte Lima, localizada no bairro de S. Sebastião, Cidade Velha.

⁴⁴Uma recensão feita por Isabel Lopes Ferreira, mestranda do 6º curso de Desenvolvimento Social e Económico de África do ISCTE, em 1997, divulgada num trabalho apresentado em “África Debate” estuda o mesmo tema e analisa estes dois artigos.

2.1 Referências relativas à posse e localização da casa

Trata-se de um prédio que pertencia a Jesuína Vaz Tavares, avó da actual proprietária, natural da freguesia do Santíssimo nome de Jesus, Cidade Velha, concelho da Praia, solteira, proprietária., A actual proprietária é neta paterna de Joaquim da Costa Andrade e de Vitória Augusta Pestana e neta materna de Manuel Monteiro e de Maria Esperança Vaz Tavares. Jesuína Vaz Andrade e Hipólito Olímpio da Costa Andrade, advogado, viúvo, natural da freguesia de S. Pedro, cidade do Funchal, Ilha da Madeira, eram ambos domiciliados no sítio de S. Sebastião, Cidade Velha. A mesma é proprietária de mais dois prédios rústicos de regadio, todos eles situados em S. Marta, Cidade Velha, sendo o primeiro de 17.092,063 m², designado por lote 02 – Santíssimo Nome de Jesus, nº 17, e o segundo, com 2.000 m². Um terceiro prédio rústico de regadio com 410.000 m² fica situado em Ribeirão de Cal, S. Domingos (a proprietária não nos forneceu nenhuma documentação disponível destes lotes). Todos estes prédios estão inscritos actualmente no nome dos herdeiros, sendo um deles, Fátima Mendes dos Reis Andrade Duarte Lima, nossa informante, residente na rua 5 de Julho, cidade da Praia.

O prédio rústico de S. Sebastião que vamos analisar foi pois construído dentro da referida propriedade que pertenceu a João de Deus Tavares Homem, que a herdou de seu tio Ambrósio Tavares Homem e a vendeu posteriormente a Jesuína Vaz Tavares. A proprietária não dispõe do croqui da casa. Entretanto, o único documento onde encontram-se os elementos que caracterizam fisicamente o prédio, o “ Translado”, foi feito em papel selado, com 100 reis de selos, passado pela Conservatória do Registo Predial da Comarca de Sotavento, Cabo Verde. O documento tem no cimo, em baixo do selo, a seguinte inscrição: 1908 – Abril 25 Nº 1, e uma assinatura em rubrica por baixo. Vamos por isso apresentar uma cópia do original (figura 33) e a tradução de parte deste documento para melhor elucidação deste assunto e para uma melhor compreensão do processo de transmissão.

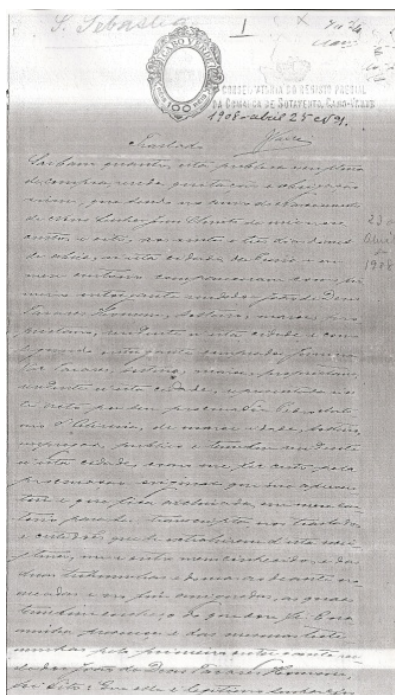


Figura 33 - Cópia do Documento original do Translado da habitação.

TRANSLADO

Saibam quantos esta pública escritura de compra, venda, quitação e obrigação, que sendo no ano de novecentos e oito, aos vinte e três dias do mês de Abril nesta cidade da Praia e em meu escritório compareceram como primeiro outorgante o vendedor João de Deus Tavares Homem, solteiro, maior, proprietário, residente nesta cidade e como segundo outorgante comprador Jesuina Vaz Tavares, solteira, maior, proprietária, residente nesta cidade, representada neste acto por seu procurador Pedro António d' Almeida, maior de idade, solteiro, empregado público e também residente nesta cidade, como me faz certo pela procuração original que me apresentou e que fica arquivada em meu escritório passado a transcrição dos trabalhos e certidões que se extraírem desta escritura, e outra meus conhecidos e das duas testemunhas e demais diante invocados e no fim omigerados, as quais também conheço do que dou fé. E na minha presença e das mesmas testemunhas pelo primeiro outorgante vendedor João de Deus Tavares Homem, foi dito: Que ele é legítimo e possuidor, por herança de seu falecido tio Ambrósio Tavares Homem de uma propriedade rústica que se compõe de terras de sequeiro e montado, situado no lugar denominado "Bairro de S. Sebastião, freguesia do santíssimo nome de Jesus, deste Juizado, e que confronta pelo lado sul com o mar, pelo nascente com a Ribeira

Leça e pelo norte e poente com o caminho público até à Sé Velha, e se acha registado no cartório desta comarca sob o número três mil quinhentos e sessenta: Que sobre esta propriedade não fica hipoteca nem outro algum encargo registado da conservatória em seu poder. Que assim tem contratado vendê-la e como de facto vende desde hoje para sempre, pela presente escritura e na melhor forma de direito à segunda outorgante compradora, Jesuína Vaz Tavares, a mencionada propriedade pela quantia de cinquenta mil reis, que neste acto recebeu pelo que dá à mesma segundo outorgante plena e geral quitação do preço desta renda, e para a referida outorgante compradora trespassa o direito, domínio, acção e posse que até agora tinha na dita propriedade, obrigando-se a pagar a dita renda e de ficar para sempre e a responder pela inscrição de direito. (...)

Dentro dessa propriedade foi construída a casa, que é referida no translado na altura da venda, do seguinte modo: “situada no lugar denominado “Bairro de S. Sebastião, freguesia do santíssimo nome de Jesus, deste Juizado, e que confronta pelo lado sul com o mar, pelo nascente com a Ribeira Leça e pelo norte e poente com o caminho público até à Sé Velha, e se acha registado no cartório desta comarca sob o número três mil quinhentos e sessenta.

A proprietária actual possui o documento de registo da referida propriedade e da casa de 21 de Abril de 1908, que a seguir apresentamos (figuras 34).

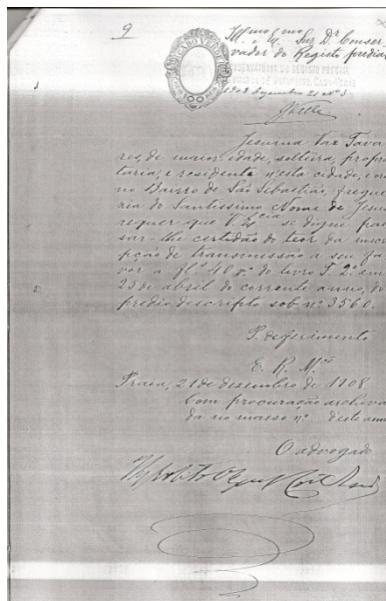


Figura 34 - Imagem da certidão do registo da propriedade.

Apresentamos igualmente a tradução da transcrição da nota de registo do prédio.

Transcrição da Nota de Registo

(O Documento apresenta-se em papel selado com 100 reis de selo).

Nota de Registo

Registada em 25 de Abril de 1908, a f. 40 ma e F 2, a favor de Jesuína Vaz Tavares, a transmissão do prédio a que este documento se referiu e que nela há descrição sob n° 3560, a pag. 564 N° 1°, b 30.

Conservatória do Registo Predial da Comarca de Sotavento de Cabo Verde, 21 de Abril de 1908.

O Conservador,

(assinatura do conservador)

Possui ainda a certidão do registo da casa de 21 de Dezembro de 1908, passado e assinado pelo conservador, mediante pedido da mesma, que apresentamos na figura 35.

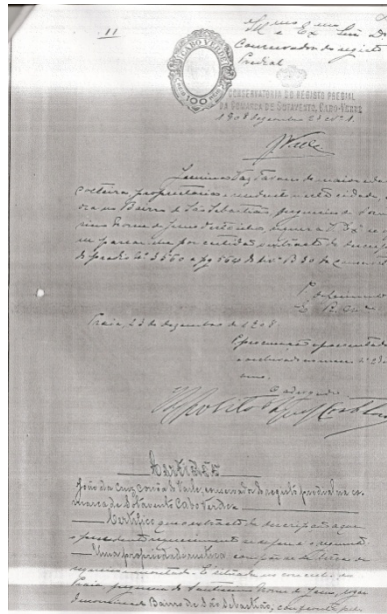


Figura 35 - Imagem da certidão do registo do prédio.

A proprietária solicitou e recebeu os seguintes documentos:

- Certidão de registo do prédio, pedido a 21 de Dezembro de 1908. Documento em papel selado (100 reis de selo).
- Certidão de Transmissão a seu favor, passado a 21 de Dezembro de 1908 - Documento em papel selado (15 reis de selo).
- Pedido de descrição do prédio nº 3560 à Conservatória Regional Predial da Comarca de Sotavento, Cabo Verde, a 23 de Dezembro de 1908 em papel selado (100 reis de selo), que lhe foi passada por João da Cruz Correia do Vale, Conservador Regional Predial da Comarca de Sotavento.

Nesta Certidão o Conservador certifica que a propriedade rústica tinha dentro uma casa construída, avaliada em novecentos e cinquenta mil reis, descrita do seguinte modo: *“... compõe-se de terra de sequeiro em montado... Dentro desta propriedade foi construída um prédio urbano de pedra e barro, coberta de telha marselhesa, composto por quatro assoalhadas e forrado, e de cozinha também coberta de telha marselhesa e de quintal murado, construção feita próximo da Sé Velha, valendo actualmente novecentos e cinquenta mil reis.”*

Observando a cidade do Largo do Pelourinho para o sudoeste, sobressai do Bairro de S. Sebastião, a Sé, e do lado esquerdo desta, uma casa em ruínas, denominada actualmente de “Quintalona” pelos moradores, a maior residência deste Bairro, que vamos analisar a seguir. Vamos apresentar pois a descrição dessa Casa Senhorial, localizada no Bairro de S. Sebastião, na Rua Direita ao Forte, na Cidade da Ribeira Grande de Santiago, ex-Cidade Velha, pertencente à D. Fátima Mendes dos Reis Andrade Duarte Lima.

A razão fundamental da nossa escolha prende-se ao facto do edifício em causa ser o maior e mais opulento deste Bairro e da cidade, uma casa senhorial digna de restauro e conservação. Nas nossas pesquisas ficamos a saber que há um plano de restauração e preservação da casa, pertencente à Câmara Municipal desta cidade, que vai ser efectivado.

Apresentamos na figura 36⁴⁵ a imagem antiga da Casa senhorial em estudo vista do Forte de S. Felipe e numa imagem mais actual, vista da Praça do Pelourinho.

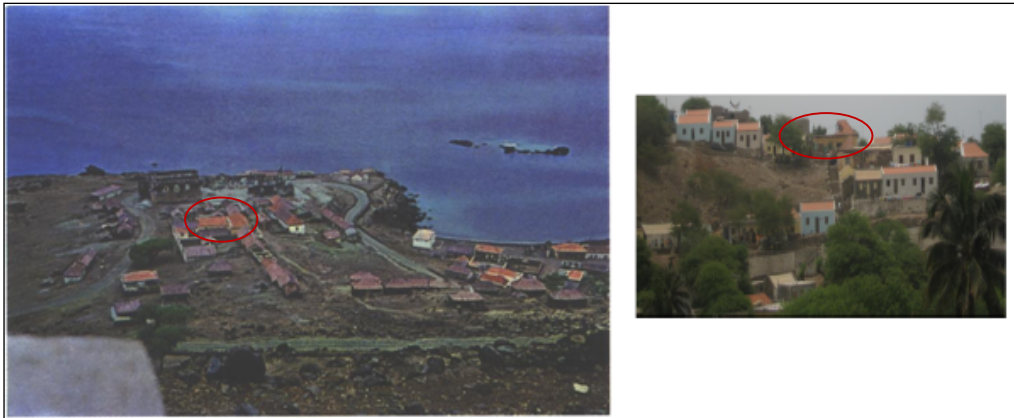


Figura 36 - 1ª imagem: Bairro de S. Sebastião e a casa senhorial em referência, por volta de 1980 vista do Forte de S. Felipe. 2ª imagem: Panorâmica actual do mesmo Bairro de S. Sebastião vista a partir da Praça do Pelourinho.

Esta Casa senhorial que serviu de residência da proprietária. Os filhos de Jesuína Vaz Tavares, o pai e a tia da actual herdeira D. Fátima, passaram a residir na Praia depois de adultos (ela não soube dizer-nos a partir de que data). Deram uma parte da casa ao Padre Campos para se instalar gratuitamente e a parte restante deram de aluguer, provavelmente até aos anos 85/90. Depois a casa ficou desabitada. A proprietária explicou que a renda era antiga e que não dava para fazer a preservação da mesma e que, devido ao abandono a que foi votada, a casa foi-se degradando. Depois que o último inquilino a abandonou a casa tem sofrido pilhagens. A mesma afirma que desde a morte da tia é informada sempre pelos moradores da localidade dos roubos que fazem, desde portas e janelas até ao madeiramento do telhado, mas que nada tem a fazer. Eis o estado actual da casa em apreço, apresentado na figura 37.

⁴⁵ FONTE: 1ª Imagem, gentilmente cedida. 2ª imagem: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.



Figura 37 - Imagem actual da casa.

Informou-nos (1/7/12/ de Abril de 2011) ainda que as outras propriedades localizadas em Santa Marta, estão na mão dos rendeiros que desfrutam e não pagam a renda e que, deste modo, é melhor vender. Segundo a mesma, mesmo assim, a situação é difícil pois vendeu uma outra por 12 mil contos tendo recebido 9 mil contos no acto da venda que fez a um rendeiro, sendo que devia entregar os 3 mil contos três meses depois como estava no contrato. Entretanto o comprador, antigo rendeiro dela, nunca mais pagou os restantes 3 mil contos pelo que o caso foi levado ao seu advogado a fim de resolver a contenda. Até à presente data a situação não se resolveu. Estas revelações foram feitas a 01/04/2011, a 08/04/2011 e a 12/04/2011, em entrevistas que fizemos à Senhora. Há elementos que não conseguimos apurar, sobretudo as datas, dado que ela já não se recordava.

A mesma afirmou que na época das chuvas a tia deslocava-se para o interior da ilha onde permanecia durante cerca de 3 meses para assistir à repartição das colheitas com os arrendatários das suas terras localizadas em Cidade Velha, Ribeirão de Cal e em Barril, S. Domingos, que assistia ao debulhe e ensacamento do milho e cereais (feijões) que eram transportados à cidade da Praia e armazenados na sua residência, em armazéns, para serem vendidos em atacado. Tinham por isso casas nas propriedades em Ribeirão de Cal e em Barril, S. Domingos e na Cidade Velha. A deu de arrendamento a rendeiros que nem pagam a renda. Actualmente, os

mesmos usufruem do terreno e produzem durante os anos de boas chuvas mas não pagam a renda nem dão nada à proprietária.

O pai, conhecido por Chencho, casado com Nha Tchã, ambos falecidos, morava na Rua 5 de Julho, antiga rua Sá da Bandeira. A casa, que ainda existe, pode ser considerada uma das melhores dessa rua principal da Cidade da Praia. Tem 1 sala grande, 2 quartos, 2 despensas, 1 quintal com árvores de fruto, uma área de serviço, 2 dependências no quintal (armazéns). A senhora não se disponibilizou em levar-nos para ver a casa pois encontra-se de aluguer. Não pode facultar-nos a planta.

Afirmamos já que os proprietários tinham terras e casas no interior da ilha e residências na Cidade da Praia, onde moravam. Deduzimos que esta família era uma destas famílias abastadas da cidade da Praia, referidas pelos historiadores.

2.2 Descrição da habitação

O prédio urbano, segundo a descrição passada pela Conservatória Predial da Comarca da Praia, foi construído próximo da Sé Velha, e valia, em 1908, a quantia de novecentos e cinquenta mil reis. Situa-se na Rua Direita, uma rua estreita mas rectilínea em que as casas se apresentam organizadas em linha recta. É construída de pedra e barro, com cobertura de quatro águas, de telha marselhesa, e composto por quatro assoalhadas, o teto é forrado interiormente por tábuas de madeira nobre bem como o pavimento de todas as quatro assoalhadas. A cozinha é ela também coberta de telha marselhesa sem forro, mas o pavimento devia ser térreo, pois não há referência no dito documento que fossem forrados o teto e o pavimento. O quintal era murado.

A Casa Senhorial em referência tem a fachada principal virada para o Largo do Pelourinho e para o Porto, localiza-se na rua Direita do Forte, que desce até à Sé Catedral. O Forte de S. Filipe localiza-se no cimo de uma elevação, a norte. Fica localizada no quarteirão C, consoante o estudo feito por Fernando Pires (Pires: 2007). É o 2º lote do 2º conjunto do quarteirão C, e tem as seguintes medidas - um lote base e meio de frente que corresponde a 30 palmos mais 15 palmos (30palmos+15 palmos) e 180 palmos de profundidade (90 palmos + 90 palmos). É portanto uma

construção que ocupou 1 lote e meio, ficando a fachada posterior na rua paralela. O quarteirão C tem na sua frente principal uma ocupação de lote e meio (L ½), uma ocupação de lote duplo (2 L) e duas ocupações de lote e meio 2 (L ½). Os fundos da casa ficam na rua paralela à rua Direita do Forte que contempla o quarteirão E, o quarteirão G e o quarteirão F.⁴⁶

Verificamos que nesta rua se teve em linha de conta a “ordem” pois todos os lotes estão alinhados e a rua também, aliás o próprio nome, Rua direita ao Forte, confirma a preocupação com a “ordem”, a “regularidade” e o “ritmo”. A rua paralela, embora mais larga, contempla as traseiras das casas da rua Direita e os quarteirões E, F G, onde se verifica também essa preocupação. No entanto, segue o padrão que se encontra em muitas zonas da cidade, 3 lotes de base formando um quadrado, que é considerado também regular como acima se afirmou, pois aproveitavam-se os espaços geográficos que permitissem a construção de casas nas vertentes.

O aspecto exterior desta Casa Senhorial mostra um beirado duplo a arrematar o telhado. Tem uma porta de entrada ladeada de uma janela e uma porta à direita e uma janela na fachada da frente e uma porta de serviço à esquerda, que dá para um corredor de acesso ao quintal, encimada por uma moldura em arco, como se pode verificar na imagem da figura 37.

O reboco, os elementos decorativos na parte superior da porta de serviço, os lintéis duplos das janelas e das portas na fachada dianteira demonstram uma certa preocupação estética. A pintura das paredes interiores com cal e ocre em moldes a decorar a pintura, o elemento decorativo hexagonal no forro também pintado a tinta de óleo verde, dão um certo requinte à casa. Há um murro a cercar um espaço dianteiro com duas aberturas de saída que dão para a rua - uma em frente à porta principal e uma em frente à porta de serviço.

Estas características a distinguem das casas tradicionais rurais, mais simples, sem reboco nem decoração, não apresentando pintura no interior ou, caso o apresente, é apenas a cal sobre as

⁴⁶ Os quarteirões D, F e G não chegam a ser quarteirões mas sim agrupamentos de três lotes de base que perfazem 90 palmos de frente (com variação de 10 palmos entre eles tendo sido considerados regulares). O quarteirão E tem uma só frente orientada para o poente e mede cerca de 150 palmos de frente, tendo uma ocupação de lote duplo (2 L) e duas ocupações de lote e meio 2 (L ½).

paredes de pedra solta, tanto no interior como no exterior, como se pode constatar nas que ficam na mesma rua. Esta casa teria beneficiado da construção de mais dependências posteriormente. De facto, constatamos durante a nossa visita ao local, escombros que se prolongam até à outra rua paralela a esta, que nos pareceram ser parte da mesma casa.

A cobertura desta casa Senhorial é de quatro águas e de telha marselhesa sobreposta em madeiramento de madeira nobre nos compartimentos da fachada principal da frente e nos compartimentos que se encontram no quintal de que falaremos a seguir. O telhado tem um beirado duplo que sobressai, apresenta duas filas de telha de canudo e elementos decorativos no suporte duplo do beirado, feito com argamassa de cimento, areia e cal.

O edifício tem um só piso e apresenta uma fachada principal com uma porta de serviço no lado esquerdo que dá acesso directo ao quintal, uma janela e uma porta ampla de um compartimento amplo, uma porta e uma janela do segundo compartimento do primeiro piso (sala de jantar e quarto de dormir). Uma porta liga estes dois compartimentos do primeiro piso. Há elementos decorativos na parte superior das janelas e das portas da fachada principal.

O edifício tem portanto duas portas na fachada principal e duas janelas laterais às portas, todas projectadas na mesma direcção. Uma varanda de paredes de pedra com reboco formando um parapeito de altura média localiza-se à volta da fachada principal, exceptuando a entrada de serviço. Uma porta de entrada a uma escada de três lances de acesso à varanda fica no meio da varanda. As paredes da varanda estão em ruínas sobrando no entanto uma boa parte exterior (figura 37). As portas e janelas já não existem, apenas os caixilhos duplos de madeira nobre mas na figura citada vemos que a porta de entrada alta e ampla era de madeira nobre com molduras e as janelas duplas altas e amplas com lintéis de madeira e forro exterior de madeira nobre. A porta de entrada de serviço já não existe também mas era de madeira a conjugar com as demais da casa. As paredes da fachada estavam com reboco de cal e cimento e pintadas a branco e ocre.

Na impossibilidade de consultar a planta original, (nem os familiares nem a Câmara Municipal têm a planta original) elaboramos uma planta a partir de elementos colhidos no local e nas imagens de que já nos referimos acima, representada na figura 38.

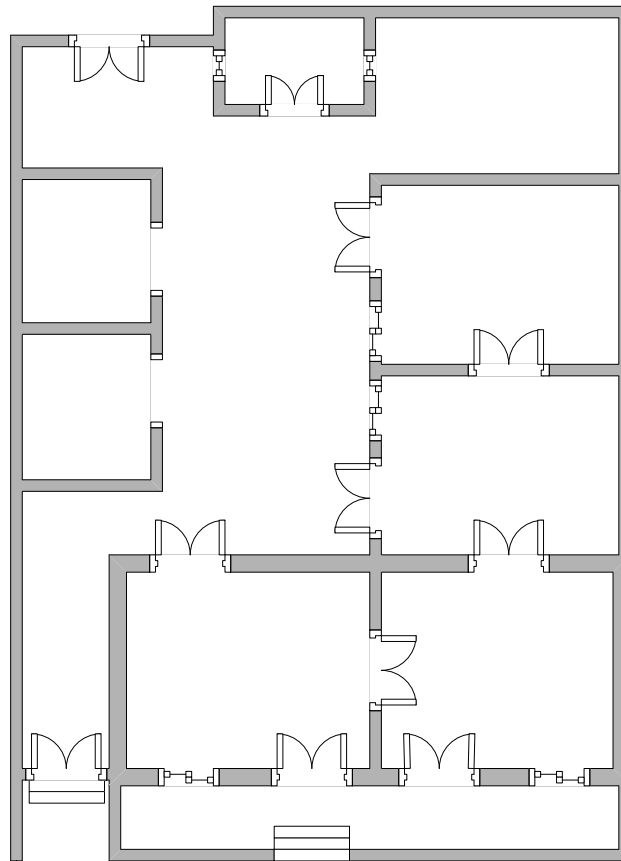


Figura 38 - Planta reconstituída da habitação senhorial em estudo.

Pela planta vê-se que o edifício tem os seguintes compartimentos interiores: dois compartimentos contíguos e ligados por uma porta entre si, separados do quintal por um corredor aberto, de passagem; dois compartimentos maiores no lado direito contíguos e ligados entre si por uma porta, ligados também ao compartimento do lado direito da fachada principal por uma porta, como se pode ver na figura 38. Cada um destes compartimentos tem também uma porta de acesso ao quintal.

Os compartimentos da frente têm cobertura de quatro águas, madeiramento de madeira nobre e forro. Os dois últimos compartimentos têm cobertura de telha de meia água, madeiramento de madeira nobre sem forro. Há ainda um compartimento no fundo do quintal com o teto de telha de meia água sem forro que servia de cozinha e que tem a fachada principal e uma porta voltadas para a parte traseira dos compartimentos do corpo do edifício. Uma porta que dá acesso à rua

paralela fica fachada posterior da casa, do lado esquerdo deste compartimento. O quintal é bastante espaçoso, tendo um espaço de entrada na lateral esquerda, ocupando todo o espaço central que fica entre os compartimentos que ladeiam a parte interior do edifício não ocupado pelo corpo do mesmo, e estendendo-se pelo espaço que completa o lote, tendo no interior árvores de grande porte. Serviam “para fazer sombra” que agasalhava os trabalhadores durante o tratamento das sementes que se armazenavam nos dois compartimentos da direita, como nos informou a proprietária. Estes tinham cobertura de telha sem forro.

O edifício segue as plantas em U próprias da época como se pode ver na imagem citada da figura 38. Toda a casa foi construída com pedra, cal e cimento, tem reboco de areia e cal e foi pintada de branco e ocre a um terço da parede, com cal ou tinta branca nos restantes dois terços nos compartimentos que ficam no corpo do edifício.

Fotografamos o interior das ruínas e o exterior também, como se pode ver nas imagens da figura 39, com o intuito de fazer a análise da estrutura interna e externa do edifício. Como se pode nestas imagens e nas figuras abaixo (figuras 40, 41 e 42), as paredes em que o reboco caiu, vemos que os cunhais das portas e janelas têm blocos de mármore sendo os lintéis das portas e janelas de madeira nobre o que demonstra que os donos eram pertencentes a famílias abastadas. (figura 40).



Figura 39 - 1ª imagem: exterior da casa senhorial em estudo. 2ª imagem: interior da casa senhorial em estudo.

O pavimento era assoalhado de madeira nobre e o teto tem madeiramento de madeira nobre como atesta a figura 40.



Figura 40 - Imagem que mostra o teto de quatro águas coberto de telha marselhesa.

O teto é revestido de madeira no interior como se fosse uma verdadeira cobertura de madeira, mostra-se em equilíbrio com o piso assoalhado de madeira forte e pesado. De realçar as peças de mármore nos cunhais das portas e janelas (figura 41 e 42).



Figura 41 - Peças de mármore na parede e forro de madeira nobre no lintel da porta.



Figura 42 - O forro no lintel da janela, em madeira nobre.

É de realçar também uma moldura hexagonal no meio do teto, um remate de madeira nos quatro lados e que está pintado de tinta de óleo esmalte verde, como se pode ver na figura 43.



Figura 43 - O forro do teto em madeira nobre e a moldura do centro.

O edifício foi construído de forma pragmática e racional e tudo leva a crer que foram tidas em conta as condições climáticas das ilhas pelo teto alto, pelo pé direito alto, que permite maior ventilação e aeração. A existência de portas e janelas altas e de teto alto de quatro águas, coberto de telha e com forro de madeira, explica a necessidade de garantir um bom escoamento da água das chuvas e uma boa climatização no interior da casa, numa época em que não havia outras formas de suavizar o clima.

A estética desta casa senhorial traduz a harmonia da arquitectura de estilo neoclássico da Europa que nos finais do século XVIII se disseminou por todos os territórios de influência europeia, nomeadamente para a América do Norte, e também pelas zonas de contacto com o velho continente, como é o caso de Cabo Verde. (Mauro: 1991)

É de destacar a simplicidade desta Casa Senhorial e a sua imponência apenas ultrapassada pela Sé Catedral. Relativamente às suas características exteriores é visível a ausência de ornamentação nas suas fachadas o que se opõe a pompa barroca difundida alguns anos antes (Janson: 1994). Ostenta na fachada principal duas portas e duas janelas simples rectangulares com ombreiras e lintéis a formarem um ângulo recto, e por isso sem a presença de quaisquer arcos. É pois evidente o esforço de simplicidade na representação da obra e a sua aparência, de algo muito “natural”.

O princípio da racionalidade está também patente dado que constata-se que ela traduz-se na geometrização, o que leva-nos a concluir que foi projectada com recurso a cálculos matemáticos muito precisos, presentes na respectiva planta reconstituída.

Não foi possível observar o recheio da casa, que nos permitiria ter uma ideia mais completa da abastança desta família.

2.3 Fases de degradação a que esteve sujeito o imóvel.

Pelas imagens que conseguimos colectar durante a nossa pesquisa, pareceu-nos ser possível demonstrar as fases da degradação a que esta Casa Senhorial foi votada. Pelas mesmas também pode-se constatar o desenvolvimento deste Bairro. Assim, na imagem da figura 44⁴⁷, sem datação, pode-se ver um aglomerado ainda pequeno no Bairro em que esta casa senhorial já existia apresentando-se em bom estado de conservação. A imagem do Bairro de S. Sebastião foi recolhida da obra “Cabo Verde, A Terra e os Homens” de Ilídio Amaral de 1964.

⁴⁷AMARAL, Ilídio do (2007). *Santiago de Cabo Verde - A Terra e os Homens*. Associação da Universidades de Língua Portuguesa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade e Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa. Estampa XXXIX A.

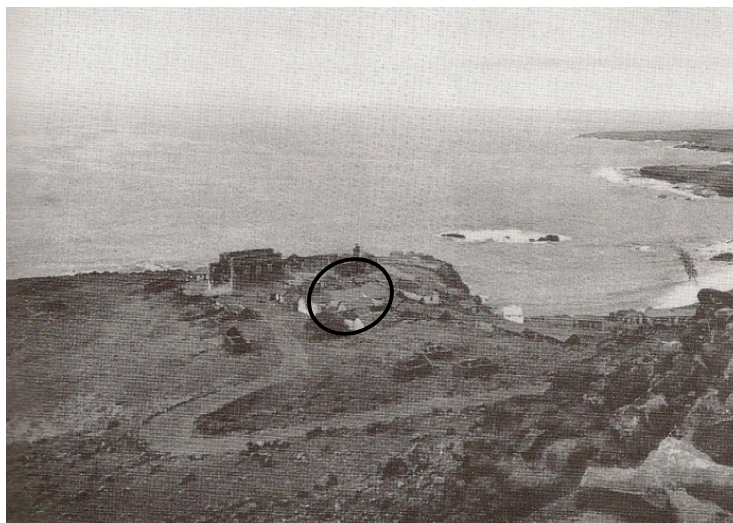


Figura 44 - Imagem e da casa senhorial e do Bairro de S. Sebastião (1964).

Na imagem da figura 44 pode-se observar a Sé Catedral em ruínas e dois aglomerados de casas, um em cada lado da rua Direita do Forte, sendo o do lado esquerdo, onde se encontra a Casa Senhorial em causa. Do lado direito as casas descem a ladeira e também perfilam-se outras justapostas a subir em direcção ao Forte.

Pode-se verificar na figura 45⁴⁸ também sem datação, a casa senhorial ainda totalmente de pé. Pode-se também ver a Igreja em ruínas, as casas da rua paralela e os quarteirões já referidos. Pressupõe-se que a casa senhorial nesta altura ainda estava em condições de habitabilidade.

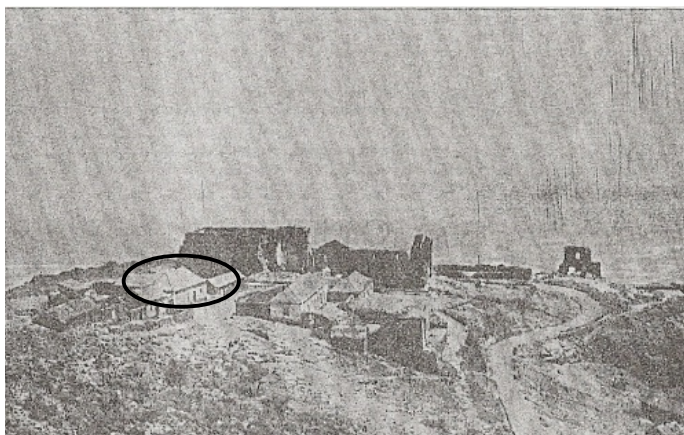


Figura 45 - Imagem da Casa Senhorial e do Bairro de S. Sebastião (sem datação).

⁴⁸CERRONE, Frederico. (1983). *História da Igreja de Cabo Verde (Subsídios): 450 Anos da Igreja em Cabo Verde*. Edição do Autor.

Na imagem da figura 46 ⁴⁹ pode-se ver a mesma casa senhorial ainda totalmente de pé mas em estado avançado de degradação. Talvez estivesse habitada nesta época. Não foi possível apurar a data em que a imagem foi recolhida.



Figura 46 - Casa Senhorial em degradação.

Segundo a herdeira, o padre Campos viveu nela e estava arrendada a famílias da zona que aí permaneceram até ela não oferecer mais condições, ou seja, nem as condições precárias. Disse a mesma que nunca foi à Cidade Velha ver a casa desde a morte da tia e que os ocupantes pagavam uma renda mensal baixíssima (não se lembrava do montante) que não permitia fazer despesas com obras para a preservar.

Segundo informações dadas pela herdeira, construiu outro prédio na cidade da Praia depois de se casar com um emigrante e desligou-se da agricultura após a morte da tia que se ocupava deste trabalho e, com as consecutivos anos de seca, a casa ficou à mercê dos inquilinos que passaram a não pagar a pouca importância da renda, e portanto a casa foi-se degradando. Assim, ficou ao abandono quando as famílias se mudaram. Não soube dizer a data certa deste acontecimento.

Os dados que conseguimos apurar apontam pois que esta casa senhorial começou a entrar em degradação mais profunda quando ficou desabitada.

⁴⁹Fonte: Postal - Cidade – Velha-04p. Foto: Dr. Pitt Reitmaier

Na imagem da figura 47 que ilustra a capa do livro de Daniel A. Pereira intitulada *A Importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago – Cabo Verde)*, publicada pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro em 2004, que representa uma parte do Bairro de S. Sebastião, podemos verificar que a casa já estava em degradação pois o quintal apresenta as paredes já meio desfeitas e escombros amontoados ao lado das paredes, o que aparenta um certo abandono ou falta de cuidado do proprietário. Se compararmos esta casa senhorial com as outras construções da localidade apresentadas na imagem, reparamos que é a única casa deste bairro que se encontra neste estado, sendo que as outras estão em bom estado de conservação. Esta imagem deixa-nos crer que o Bairro já havia aumentado pois casas circundam a Sé e a rua paralela à rua Direita do Forte estava organizada com casas pequenas com dependências no quintal, algumas cobertas de fibrocimento, com reboco, justapostas e rectilíneas, o que representa uma evolução em relação às imagens anteriores a esta.

De realçar que em todas as imagens já apresentadas, todas as casas mais pequenas das duas primeiras imagens, (44 e 45) aparentam ser de pedra solta, com cobertura de elementos vegetais podendo ser enquadradas na categoria de casas tradicionais rurais, e as habitações maiores tinham a aparência de habitações senhoriais rurais.

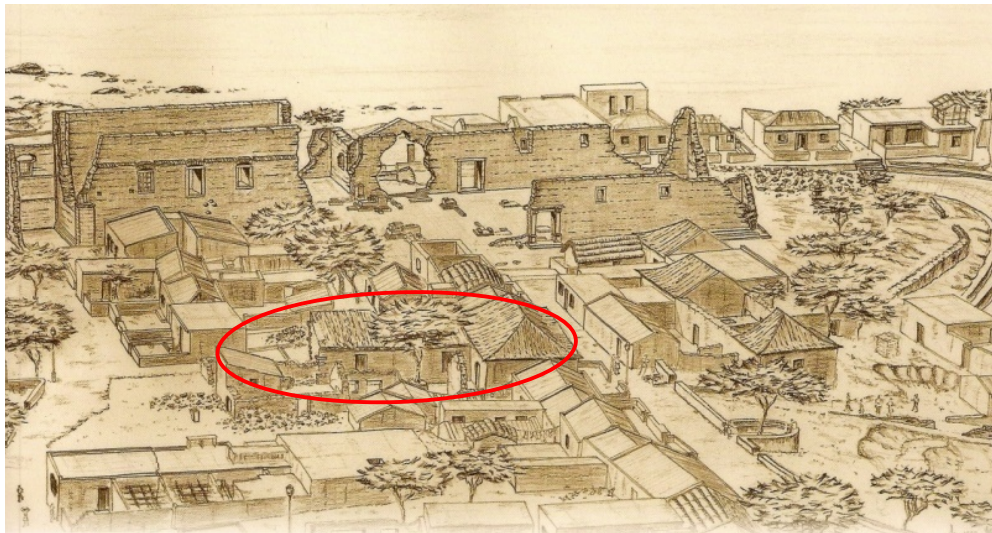


Figura 47 - Imagem da casa senhorial e de outras construções do Bairro de S. Sebastião.

A mesma habitação Senhorial apresenta-se actualmente em ruínas como podemos ver nas imagens das figuras anteriores que representam a fachada principal e vistas do interior. A própria imagem actual da Igreja mostra que foi restaurada mas já numa fase mais adiantada de degradação das ruínas, se a compararmos as imagens anteriormente apresentadas à imagem do livro em causa. Pode verificar-se na imagem da figura 47⁵⁰, algumas janelas da Sé já sem as paredes e os lintéis superiores do edifício, as paredes laterais da direita quase todas com uma boa parte, mais de um terço, caídas, e uma parte das janelas caídas. A parte central da igreja aparenta também estar em estado mais avançado de degradação. Assim, tanto a casa senhorial em referência quanto a Sé foram degradando-se com o tempo, como atestam as respectivas imagens a que nos aludimos, que foram recolhidas durante a nossa pesquisa de campo.

Pudemos constatar ainda que a fachada lateral e a fachada posterior estão em ruínas, restando apenas uma parede do quintal onde fica a porta de saída, como se pode ver nas imagens da figura 48.



Figura 48 - Imagem da fachada lateral e da fachada posterior em escombros.

Casas recentes foram construídas, outras foram remodeladas actualmente o que mostra o dinamismo existente na cidade e a preocupação em mantê-la preservada.

⁵⁰ FONTE: PEREIRA, Daniel A.. (2004). A importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago de Cabo Verde). Instituto da Biblioteca Nacional. Praia.

Como referimos no início deste capítulo, a Câmara Municipal da Cidade da Ribeira Grande de Santiago pretende preservar esta residência Senhorial. Vamos a seguir apresentar pois, o referido projecto de preservação.

2.4 Possibilidade de reabilitação da Casa senhorial na perspectiva de valorização da cidade na época contemporânea.

As qualidades estéticas, a inserção da casa em apreço numa textura urbana que interessa preservar fazem da mesma um elevado valor patrimonial, acrescida de particularidades simbólicas próprias das residências senhoriais que emergiram em Cabo Verde e já veiculam memórias representativas de realidades históricas concretas, pelo que impõe-se que seja salvaguardada. Esta atitude corresponde aos princípios inerentes a uma relação positiva com a herança patrimonial, compatível com a mentalidade herdada das ideias de Viollet-le-Duc (século XIX). Este paradigma da conservação de bens com valor histórico-cultural, engendrou o moderno interesse pelo património arquitectónico urbano, pela reabilitação de centros históricos e pela sua revitalização, na procura de, entre outros fins, a dinamização sócio-cultural, e assim fazer-se face a ambiguidades associadas à dinâmica de uma cidade no nosso tempo, que acaba de ser elevado a património da humanidade.

Daí a necessidade da valorização desse bem patrimonial, um pouco na linha da tradição mundial da preservação do património urbano histórico, expressa nas iniciativas universais da conservação do património edificado, cujo apogeu se verifica na época contemporânea, tal como refere Françoise Choay na sua obra, *Allégorie du Patrimoine* (Choay: 2006).

A valorização de obras arquitectónicas como é o caso referenciado, visa em última instância a procura de humanização do coração da cidade e pode promover a cultura da revitalização de cidades.

A tradição da valorização de bens patrimoniais tem tido expressão em iniciativas mundiais ao longo do tempo, tendo como principal impulsionador a própria UNESCO, no quadro das várias

convenções internacionais continentais e leis nacionais estimuladas. Ainda no plano internacional, outras diligências vêm sendo feitas por organizações corporativas tais como aquelas que congregam os Arquitectos e os Técnicos dos Monumentos Históricos. No caso de Cabo Verde, fundamentalmente, exprimem-se através de iniciativas governamentais como têm sido as várias intervenções visando a preservação de diversas casas tradicionais nas imediações da habitação senhorial em apreço.

Relativamente à possibilidade de reabilitação e valorização desta Casa Senhorial fomos informados pelo Senhor Francisco Moreno, técnico do I.I.P.C. (Instituto de Investigação do Património Cultural), que a Câmara Municipal da Ribeira Grande tem um projecto de preservação desta Casa Senhorial como indica a imagem da figura 49⁵¹, que este nos facultou e que apresentamos a seguir. Na imagem do anexo 21 pode-se ver a mesma planta, representando os dois ângulos laterais e os fundos. As obras para a sua preservação vão ser realizadas, tendo como base a planta original, a fim de não se desvirtuar a sua traça original.

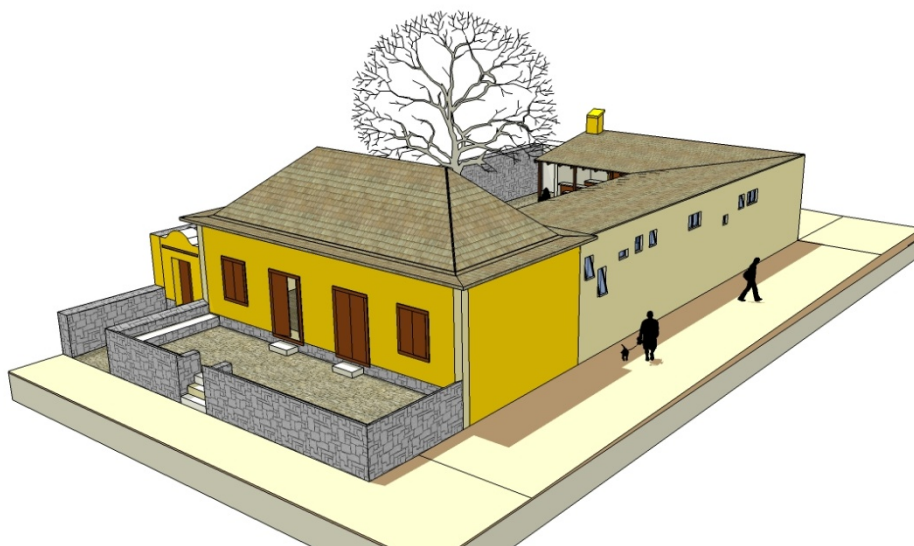


Figura 49 - Imagem do projecto de preservação cedido pelo IIPC.

⁵¹ Imagem cedida pela Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago.

No tocante à utilização da casa após a preservação deste património, há uma proposta de utilização desta Casa Senhorial da autoria de Natalino Semedo, na sua Tese de Mestrado intitulada⁵²“O Turismo Sustentável e a proposta museológica para a Cidade Velha” (Semedo: 2010).

O autor afirma na referida tese que desde há muito tempo que a localidade de Cidade Velha é uma localidade assumida pelos responsáveis de Cabo Verde como sendo um destino turístico de referência, embora na Cidade Velha sejam poucos os investimentos feitos na área das infra-estruturas básicas em particular. Para este, a Cidade Velha é uma localidade de forte potencial turístico facultando vários tipos de investimentos turísticos pelo que pensa que seria um destino turístico com mais qualidade caso houvesse a preocupação de se investir mais no turismo cultural do que nas outras áreas turísticas, na medida que esta localidade goza de um passado histórico auspicioso e singular a nível nacional e internacional (Semedo: 2010).

Nesse contexto, em prol do desenvolvimento do turismo cultural, o mesmo pretendeu formular uma proposta de criação de um ecomuseu e a musealização dos monumentos históricos da Cidade Velha, de modo que, desta forma, possa ser estudada a cultura local e também tê-la à disposição dos turistas, ao mesmo tempo que e a população local poderá conhecer a cidade e dá-la a conhecer às gerações futuras (Semedo: 2010).

A proposta de criação do ecomuseu e da musealização dos monumentos da localidade de Cidade Velha foi pensada na medida em que os museus e os patrimónios históricos e arquitectónicos são atractivos turísticos por excelência actualmente, graças ao forte relacionamento entre o museu e o turismo, em que vários museus procuram o seu auto-sustento com a venda de alguns produtos

⁵²Natalino Semedo é de opinião que é preciso mais investimentos nesta área sem deixar de realçar a existência de estruturas mínimas, algumas bastante precárias sendo poucas as que oferecem condições para a satisfação dos visitantes, nomeadamente a falta de equipamentos colectivos, pontos de informação e falta de organização do serviço turístico (até à data nesta localidade a rede de esgotos é menos de 2 km; as estradas da localidade excepto em Cidade Velha, encontram-se em péssimas condições excepto Praia/ Cidade Velha); Há também uma forte exclusão da população no investimento do turismo e as zonas periféricas da Cidade Velha estão geralmente desprovidas de acesso e portanto, de visitas turísticas.

regionais, de recordações aos visitantes, e com a instalação de restaurantes e cafetarias que atraem grande quantidade de público, e sobretudo, em maior quantidade, os turistas (Semedo: 2010).

Por outro lado, refere que os turistas por sua vez, vão ao museu motivados pelas novas formas de exposições e que lhes permite o acesso à informação concreta da realidade do lugar visitado bem como o acesso a conhecimentos científicos. Refere que os museus actuais possuem objectivos que vão muito além das funções tradicionais de classificação, conservação e arquivo e que as instituições museais se interessam cada vez mais em conhecer os seus visitantes culturais para uma definição mais clara do seu âmbito, da sua posição num determinado mercado. Corrobora as ideias de Camacho (Camacho 2008: 39) que ressalva que actualmente, devido a um público exigente (culto), os museus sentem-se na obrigação de abarcar com um plano de desenho de acção estratégica, baseado em programação, serviços e recursos.⁵³O mesmo é de opinião que a proposta da organização do ecomuseu para a Cidade Velha é indispensável para a diversificação das ofertas turísticas como também para o melhor desempenho dos serviços museológicos da localidade. O seu objectivo primordial resume-se em:

- Ensinar, persuadir e incentivar a população local à preservação e à valorização dos monumentos históricos da Cidade Velha;
- Estudar e valorizar a cultura local e geral de Cabo Verde;
- Contribuir para o estudo e a inventariação dos objectos;
- Dar a conhecer aos turistas a cultura local de uma forma científica;
- Criar emprego para a população do concelho de Ribeira Grande de Santiago;
- Contribuir para a formação dos jovens;
- Singularizar a cultura local;
- Contribuir para a expansão da cultura local para o exterior;
- Favorecer a venda da cultura local de uma forma sustentável.

⁵³Explica Natalino Semedo: O museu na sua diversidade e hierarquia simbólica tornou-se numa instituição de patrimonialização por excelência. Com efeito é importante realçar que atendendo às transformações das últimas décadas, as relações entre os museus e os públicos, em particular, têm sido incrementadas pelo desenvolvimento das funções de comunicações e acompanhamento (os serviços educativos) assim como serviços diversos de lazer e consumo, como por exemplo “lojas, restaurantes, espaços de deambulação”.

Segundo a proposta, o público-alvo deste ecomuseu será o seguinte: a comunidade e população local; os turistas nacionais e estrangeiros; as empresas ligadas ao ramo do turismo proporcionando-lhes a oportunidade de expor os seus produtos; as escolas básicas, secundárias e as universidades, as quais, em parceria com o ecomuseu, podem realizar trabalhos académicos e projectos de investigação. Neste âmbito ainda conta com as instituições e as ONG's de entre outras instituições do género.

Propõe que o espaço para a instalação do ecomuseu geograficamente aceitável seja a Casa Senhorial em estudo e propõe que seja o núcleo piloto do ecomuseu (Semedo: 2010).

No respeitante a estrutura do espaço do ecomuseu a proposta consistirá portanto em musealizar os monumentos históricos e culturais existentes na “Cidade Velha” e a organização do ecomuseu, como sendo o núcleo piloto, constituído por alguns serviços de lazer, de aprendizagem e consumo. Haverá um centro de estudo científico da cultura local. Será um ponto de criação de projectos de sensibilização, centro de informação, de comunicação, de ensino e de interpretação. Constitui-se do núcleo central subdividido em três partes fundamentais: uma parte com destaque arqueológico, uma outra com finalidade etnográfica, e por último um outro espaço com finalidade lúdica, didáctica e formativa.

No espaço arqueológico pretende-se facultar meios para uma aprendizagem e a interpretação dos objectos descobertos nas escavações feitas em Cidade Velha, as descobertas arqueológicas⁵⁴. No espaço etnográfico a perspectiva é preservar e valorizar os conhecimentos das mais antigas profissões do concelho de Ribeira Grande de Santiago. Haverá uma 3ª sala, o espaço de exposição dos objectos sobre a vida quotidiana da população local, com os diferentes tipos de

⁵⁴ Este espaço deve contar com uma exposição de peças, de uma forma cronológica, desde o descobrimento marítimo português à escravatura, passando pela guerra colonial e por fim a independência de Cabo Verde. É importante relembrar que alguns objectos que representam a época dos descobrimentos e da escravatura, foram encontrados no fundo do mar e são merecedores de muita atenção e cuidado por parte de todos. Ligada ao espaço arqueológico será enquadrada um itinerário para a descoberta e visita dos sítios arqueológicos, incluindo visitas guiadas aos monumentos da época quinhentista ainda existentes na Cidade Velha, nomeadamente o Pelourinho ou Picota a Forte Real de S. Filipe, Convento São Francisco, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, a Sé Catedral, a Rua de Banana de entre outros.

vestuário que fazem a caracterização das diferentes situações e circunstâncias sociais, culturais e religiosas, desde festas religiosas, baptizados, casamentos, festas e manifestações populares.

Nesta sala serão expostos os antigos utensílios domésticos, de objectos da cozinha e para cozer os alimentos. Como forma de permitir a colaboração da população local e de preservar os saberes dos mais antigos, pessoas da localidade de cada uma das profissões acima referenciadas, devem demonstrar os seus saberes, poderão ensiná-los aos turistas, aos visitantes. Este espaço ainda é reservado à participação da população que cede as peças e objectos necessários ao ecomuseu para se apresentar as habitações e sua existência quotidiana aos visitantes. Por fim, seguindo um itinerário etnográfico, o visitante além de visitar casas antigas, pode usufruir da visita para provar os pratos locais e conhecer os hábitos e costumes locais, para ouvir um proprietário a tocar um instrumento musical tradicional ou escutar as suas histórias e canções, como sendo os testemunhos da tradição oral.

O ecomuseu terá um espaço lúdico, didáctico e formativo, onde serão criadas condições para o lazer e o bem-estar dos turistas e dos residentes. Haverá uma biblioteca com sala de leitura, sala de estudo com computadores, projectores de imagens e outros materiais informáticos e uma sala de venda de alguns produtos regionais, um restaurante e uma cafetaria. O segundo espaço será um semi-auditório de multifunções (com 50 ou mais cadeiras e com todos os recursos e materiais para uma sala multi-média, que servirá de espaço para a realização de conferências, palestras, pequenos concertos, sala de apresentação e publicação de livros e outros trabalhos artísticos e académicos. O terceiro espaço lúdico e educativo terá um laboratório de estudos e de experimentação das peças, permitindo uma exposição dos materiais de uma forma científica e de forma fundamentada, os factos e os acontecimentos. Perspectiva-se uma quarta sala, com o papel de armazém ou depósito onde se guardam as peças antes e depois da exposição, que servirá de lugar onde também se podem guardar as peças em estudo e os objectos antigos para um restauro adequado.

Refere-se também Semedo (Semedo: 2010) à recepção dos turistas e aos impactos sociais, económicos, ambientais, culturais, ao papel do património enfim, ao desenvolvimento do turismo sustentável na Cidade da Ribeira Grande. A implementação desta proposta do ecomuseu em

Cidade Velha contribuirá para o estudo da cultura local e a sua exposição, não permitindo a venda da cultura local de modo desenquadrado dos acontecimentos e dos factos originais.

Em relação ao espaço para estabelecer o núcleo do ecomuseu, Semedo pensa que a melhor situação será no espaço chamado pela população de “Quintalona”, nome dado pela população à Casa Senhorial em ruínas que analisamos. Segundo o mesmo, será um espaço ideal para se instalar o núcleo piloto de ecomuseu pois fica situado no antigo bairro de São Sebastião, na Rua Direita ao Forte, sendo uma das casas da antiga cidade de Ribeira Grande de Santiago de características excepcionais, que se encontra quase em ruína, que faz lembrar a passagem europeia pela localidade e que importa recuperar e por ao serviço do ecomuseu. Afirma que ao edificar o ecomuseu nesta antiga casa, permitir-se-á ao mesmo tempo a conservação e a preservação do edifício que se encontra em péssimo estado de conservação. Refere que o edifício deveria ser merecedor de um maior cuidado, particularmente por parte dos responsáveis, tendo em atenção o seu valor histórico e cultural, na medida que possui uma ligação muito estreita à história e cultura da antiga cidade de Ribeira Grande de Santiago. Segundo ele, a instalação do núcleo do ecomuseu nesta casa poderá servir de exemplo para o restauro adequado de uma construção tradicional, onde será relatada cronologicamente a génese e a evolução da paisagem da localidade de Cidade Velha (Semedo: 2010).

Revela que este será um espaço ideal a se instalar o núcleo piloto de ecomuseu dado que esta localidade possui uma paisagem bastante diversificada com sol, mar, montanha, espaço verde, cultura e história e ainda dispõe de uma zona costeira bastante ampla e promissora que possibilita o desenvolvimento de inúmeras variedades de desportos náuticos. Refere-se também à recepção dos turistas e aos impactos sociais, económicos, ambientais, culturais, ao papel do património e ao desenvolvimento do turismo sustentável na Cidade da Ribeira Grande (Semedo: 2010).

Explica que Cabo Verde é considerado um país com grandes potencialidades para o desenvolvimento turístico e que embora o governo elegeesse esse sector como principal actividade para o desenvolvimento económico do país e ainda que tenha insistido muito num desenvolvimento sustentável do turismo, o modelo de funcionamento tem sido muito deficiente

pela qualidade do produto turístico que se pretende oferecer. Assim propõe que a Cidade Velha, sendo um destino turístico com forte potencial em recursos naturais para o desenvolvimento do turismo seja prioridade, fazendo com que os investidores, a população local e os responsáveis assumam atitudes tendo em vista um desenvolvimento equilibrado e sustentável, pois a Cidade Velha dispõe de vários recursos naturais e pode oferecer a médio e a longo prazo, um turismo de qualidade para Cidade Velha e para Cabo Verde em geral (Semedo: 2010).

De modo particular assume a importância que o mergulho desportivo, científico e cultural tem devido a existência de vestígios arqueológicos subaquáticos. Esta localidade possibilita ainda o desenvolvimento de uma indústria turística à volta da produção e comercialização do artesanato nacional e local⁵⁵.

Sugere a criação de um parque natural na zona de Águas Verdes (Antiga Ribeira da Maria Parda), que necessitará de uma equipa de excelente investigadores universitários nos domínios mais diversos que interessam ao ecomuseu: geologia, botânica, antropologia, história e ainda a sociologia rural. Chama a atenção para o facto de que no fundo da ribeira de Maria Parda encontram-se variedades de plantas e casas centenárias contando ainda com um grande número de antigas fornalhas onde se fabricava de modo artesanal a aguardente e outros derivados da cana-de-açúcar. A criação do parque natural pode contribuir para a valorização e a preservação das plantas e animais autóctones de Cabo Verde (Semedo: 2010).

A organização desta proposta de ecomuseu para Cidade Velha e o desenvolvimento desses futuros pólos será uma mais-valia para Cidade Velha e para Cabo Verde em geral, na medida em que a sua perspectiva tem a preocupação da preservação dos monumentos culturais, da cultura local, de satisfazer as necessidades dos visitantes, de diversificar as ofertas e atracções turísticas,

⁵⁵ Propõe Semedo a criação de alguns pólos culturais a desenvolver no futuro, a fim de melhor satisfazer os turistas e ao mesmo tempo que estes pólos contribuirão para o desenvolvimento e a diversificação das ofertas turísticas na localidade de Cidade Velha. Sugere a criação de escolas de artesanato para formação dos jovens no fabrico de produtos e exploração dos recursos locais (argila, madeira, carro lata e outros) e ainda trabalhos manuais com imagens e semelhantes aos monumentais históricos de Cidade Velha que poderão servir de recordações aos turistas. A criação de um aquário com várias espécies marinhas como pólo de preservação das espécies marinha extinção em Cabo Verde, acessível a visitas turísticas.

e ainda tem a preocupação de integrar e envolver a população local, para assim se chegar a um equilíbrio. No seu entender de Semedo (Semedo: 2010) a médio e longo prazo, estas medidas criarão um impacto muito forte nessa região, permitindo o desejado desenvolvimento sustentável para Cidade Velha, como também de Cabo Verde.

Segundo Semedo (Semedo: 2010) o concelho de Ribeira Grande de Santiago possui condições favoráveis, como podemos citar, uma excelente situação geográfica, a suavidade do clima, a abundância de recursos naturais não explorados, um forte potencial para a prática dos desportos náuticos e, por último, a condição da localidade de Cidade Velha ser Património Mundial da Humanidade. Entretanto, às condições precárias existentes, soma-se o facto de que este destino carece de uma imagem de marca que identifique o seu produto turístico e o diferencie no meio dos concorrentes. Afirma ainda que há quem diga que os produtos locais de Cidade Velha têm uma marca por natureza, marca esta que é “*Cidade Velha*”. No entanto, a seu ver, somente a marca “Cidade Velha” não chega e, neste contexto, sugere que o poder local em parceria com as entidades credoras deveriam elaborar critérios e medidas a serem respeitadas e cumpridas por todos os interessados em oferecer um produto local com qualidade e marca. Mostra-se convicto que o resultado depende da colaboração e da união entre os responsáveis em prol do desenvolvimento sustentável e equilibrado para Cabo Verde⁵⁶.

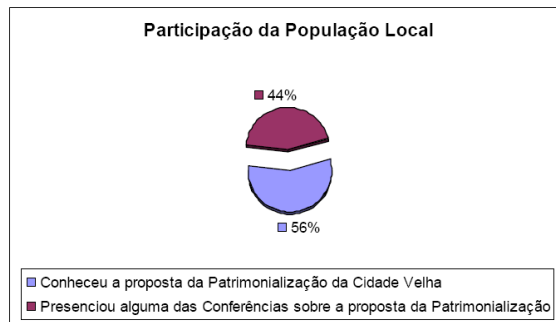
É de opinião que devem ser realçados alguns pontos indispensáveis à melhor forma de usufruir do investimento turístico e que deverá passar, sem dúvida, por maior atracção e motivação dos visitantes, diversificando as ofertas turísticas. Ou seja, pensa que é fundamental a integração de todas as zonas do concelho de Ribeira Grande de Santiago no plano do desenvolvimento turístico mas que é importante conhecer o perfil dos turistas e as suas motivações, coordenar as políticas e os organismos envolvidos (autoridades locais, operadores de transportes, gestores de atracções e universidades), sendo que o ponto fulcral consiste em maximizar e melhorar a distribuição dos

⁵⁶ Com o seu trabalho mostra que foi possível também conhecer o processo da preservação dos monumentos, analisar a sua conservação e perspectivar a sua inventariação e, com as suas propostas apontaram-se alguns caminhos capazes de projectarem um desenvolvimento equilibrado e sustentável para o Concelho de Ribeira Grande de Santiago, um passo para um futuro caminho traçado rumo ao desenvolvimento sustentável deste concelho.

benefícios entre os vários grupos envolvidos, com alta prioridade para os residentes locais (Semedo: 2010).

Corroboramos inteiramente estas ideias e sugestões e pensamos que tudo se deva fazer para que a cidade seja um Museu Vivo. De facto, o melhor caminho será a escolarização e a formação dos residentes não só nas áreas turísticas e no desenvolvimento dos recursos locais mas, acima de tudo, em diversas áreas, as ambientais, económicas, de saúde, de segurança e na de apoio social. Um outro ponto merecedor da sua atenção que aplaudimos tem a ver com a preservação do património monumental da Cidade Velha, pois os monumentos históricos merecem o total respeito nosso. Somos também de opinião que há que se ter em conta as leis existentes e a criação de outras, mais específicas. Pensamos que o primeiro passo deste processo de consciencialização começa por se criar e/ou melhorar as leis de salvaguarda do património cultural de Cabo Verde, na medida que a referida lei sobre a Preservação de Património Cultural de Cabo Verde datada de 1990, com o decreto nº 121/90 de 8 de Dezembro, apresentam lacunas, prejudiciais à conservação e preservação dos monumentos. As leis existentes são de carácter geral e não respondem a todas as necessidades e exigências actuais. Com efeito, como refere Semedo (Semedo 2010) reveste-se de extrema importância o estudo, a conservação e a revitalização do património monumental existente mas é necessário um projecto de reestruturação de Cidade Velha/Cidade da Ribeira Grande de Santiago que não exclua a população local pois a história e a vivência local fazem parte da proposta entregue à UNESCO. Refere Natalino Semedo é do conhecimento de todos que a população local encontra-se descontente com o desenrolar do plano de revitalização desencadeado na Cidade Velha, na medida que houve pouca participação desta no projecto.

GRÁFICO II A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL.



FONTE: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). Cidade Velha: Património, Musealização e Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

Apresentamos o gráfico II em que se pode verificar, da sua análise, que numa amostra de 95% (aceita-se 5% como margem de erro amostral) foi possível apurar que 56% da população teve conhecimento da proposta da patrimonialização da Cidade Velha e somente cerca de 44% da população presenciou ou participou em conferências ou debates sobre a patrimonialização da Cidade Velha (Semedo: 2010).

Explica Semedo que existem famílias constituídas por um número elevado de pessoas (14 pessoas numa família, e as suas casas são modestas), com necessidade de espaço para reestruturar as suas casas, não o poderão fazer porque o plano de revitalização tem alguns requisitos a ser cumpridos pelos residentes. Esses requisitos em alguns casos são excessivos em termos económicos e demorados em termos de tempo cronológico, constituindo sérios embaraços à população. Expressa a opinião de alguns, que pensam que a patrimonialização da Cidade Velha trará consequências negativas na medida em que em termos de espaço, a Cidade Velha tem pouco espaço para receber tanta gente ao mesmo tempo, além de outras consequências nomeadamente, o vandalismo, a prostituição, o álcool, a droga de entre outros problemas sociais. No entanto, pelos resultados aferidos, uma percentagem de 49% é de opinião que a Patrimonialização da Cidade Velha trará benefícios para a Cidade Velha enquanto 33% da população afirma que a patrimonialização da Cidade Velha não trará consequências negativas ou

que as consequências negativas serão insignificantes, se houver um bom plano de gestão, e 18% pensam que terá consequências negativas, como se verifica no gráfico IV (Semedo: 2010).

GRÁFICO III
A PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO LOCAL ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS DA PATRIMONIALIZAÇÃO



FONTE: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). Cidade Velha: Património, Musealização e Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

A Câmara Municipal e o Governo devem tomar medidas preventivas para minimizar esta situação.

Conclui que deve-se por à disposição dos turistas as tradições, os costumes, enfim zelar pela promoção da localidade e da cultura local. Por isso a mudança de atitude não só será um elevado contributo à preservação do património monumental como a preservação do património cultural imaterial e que este é pois o método mais adequado para a conservação do património material e imaterial da cidade.

2.5 Um único sobrado habitado na Cidade Velha.

Na imagem adiante indicada na figura 50⁵⁷, que faz parte das ilustrações da obra “*Cabo Verde – a terra e os homens*” de 1964, da autoria Ilídio do Amaral (Amaral: 1964), sendo a imagem presumivelmente deste ano, destaca-se um sobrado situado à entrada da cidade

A imagem mostra uma grande degradação das casas da então Cidade Velha, situação também referida por Amaral na mesma obra. Na época, casas em ruína e escombros conviviam com casas cobertas de colmo de duas e quatro águas, havendo apenas uma rua a separar dois aglomerados de casas desta cidade, como testemunha a imagem da figura 50.

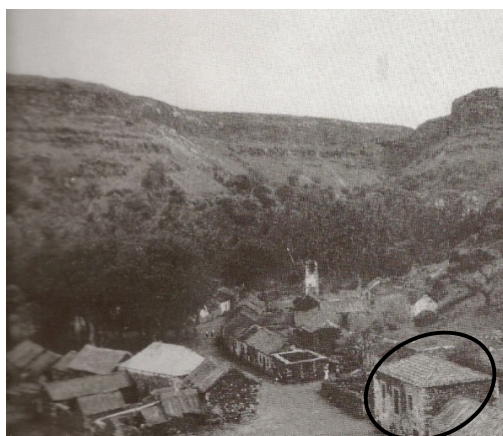


Figura 50 - Sobrado situado na entrada da cidade e outras habitações mais humildes, algumas degradadas.

O sobrado em causa aparece na mesma imagem, muito degradada, podendo-se observar os pormenores da construção deste na figura 51.

⁵⁷ FONTE: AMARAL, Ilídio do (1964). Santiago de Cabo Verde - A Terra e os Homens. Mem. Junta de Invest. Ultram. 2ª sér. Nº 48. Lisboa.



Figura 51 - O mesmo Sobrado, também degradado, nos anos 60.

De realçar as pedras e blocos de mármore nos cunhais da casa, o primeiro piso que servia de armazém, tal como hoje ainda, o 2º piso que servia de residência, tendo uma porta central avarandada de ferro forjado e duas janelas amplas, as portas e janelas de madeira nobre, e a cobertura de quatro águas revestida de telha.

É curioso que na nossa pesquisa tenhamos localizado apenas este único sobrado na Cidade Velha. É um sobrado habitado e preservado, também construído em meio U. Nas figuras 52 e 53 apresentamos as imagens da fachada principal e lateral esquerda que tem acesso a um pátio que tem mais compartimentos e dependências.

Este sobrado pertenceu a Egídio Barbosa, natural do Fogo e da 1ª esposa, Eugénia Barbosa, chamada de Nha Bonga, que era irmã do Padre Nicolau Ferreira. Egídio Barbosa casou em segundas núpcias. Esta informação foi-nos dada por Maximiliano Veiga Mendonça, em Junho de 2011. É marido da filha que Eugénio Barbosa teve pelo 2º casamento. O sobrado foi preservado e é habitado pela sua família.



Figura 52 - Sobrado preservado e habitado – fachada principal.



Figura 53 - Sobrado preservado – fachada lateral esquerda e quintal.

Analisadas as características de uma casa tradicional e de uma casa senhorial cujas observações foram feitas na Cidade da Ribeira Grande de Santiago, é chegado o momento de se apresentar um quadro comparativo que mostra, com clara evidência, as diferenças entre os dois modelos de habitação.

QUADRO II

TABELA COMPARATIVA DA CASA TRADICIONAL E DA SENHORIAL OBSERVADA DURANTE O TRABALHO DE CAMPO NA CIDADE VELHA

Casa tradicional	Casa Senhorial
<ul style="list-style-type: none"> • Casa pequena com uma porta e uma janela, ou uma porta e duas janelas no alçado principal, com tamanhos proporcionais à dimensão da casa. • Cobertura a 1 ou 2 águas. • O beirado não sobressai para além da parede. • As molduras são simples e finas. • Os lintéis da porta e da janela são, geralmente, concebidos de pedra. • A casa não tem entrada independente. • As portas e as janelas são simples. • Os tetos geralmente deixam - se com armadura e cobertura à base de elementos vegetais. • O piso apresenta-se de terra batida ou com cimento, fruto de um processo evolutivo • A parede apresenta-se com ou sem reboque • Não há utilização de madeira nobre na construção. 	<ul style="list-style-type: none"> • Casa grande com várias e amplas aberturas no alçado principal (exemplo: 2 portas e 2 janelas) • Cobertura a 4 águas. • O beirado sobressai à parede e evita que as águas residuais do telhado escorram directamente sobre a parede e sobre as fachadas. • Molduras largas e grossas. • Os lintéis da porta e das janelas são, geralmente, de madeira. • A casa pode ter entrada independente. • As portas e as janelas podem ser duplas e forradas de madeira. • Os tetos podem apresentar-se com forro de madeira nobre e com rebordo, pintura e decoração, a esconder o telhado • O piso apresenta-se geralmente assoalhado de madeira nobre ou revestido em cimento com óxido de ferro • A parede é rebocada, caiada e pintada, com uma faixa em ocre a um terço da sua altura. • Construção com madeira nobre vária, nomeadamente como armação na parte superior das portas e janelas.

Fonte: Quadro elaborado durante este trabalho de pesquisa, pela autora.

3. Sobrados de S. Filipe: particularidades e simbolismos.

As particularidades dos sobrados de S. Filipe reforçam o seu valor simbólico que também é expresso no esforço das autoridades e dos respectivos proprietários na sua preservação e valorização.

3.1 O simbolismo associado aos sobrados de S. Filipe

O simbolismo numa construção habitacional tem muito a ver com o lugar onde é edificada e mais do que isso, existe em função da sua proximidade a bens de elevado valor patrimonial como a Igreja Matriz, o Paço do Concelho e outras construções monumentais de uma urbe que geralmente ocupam o coração da cidade ou vila, isto é o Centro Histórico (MOTA: 2005).

Na realidade, a Cidade de S. Filipe, considerada a mais asseada urbe de Cabo Verde, confere um simbolismo especial aos sobrados⁵⁸ edificados, particularmente no seu Centro Histórico e nas ruelas salpicadas de casarões centenários e sobrados típicos, como por exemplo, a Casa da Memória, o Museu, que contam um pouco da história da ilha e das velhas famílias de latifúndios, evocados por Teixeira de Sousa nas suas obras “*Ilhéu de Contenda*” e “*Xaguete*”⁵⁹. Manuel Veiga dá ênfase ao simbolismo dos sobrados descritos por Teixeira de Sousa no romance “*Xaguete*”, nos artigos que escreveu na Revista *Fragmentos*⁶⁰.

⁵⁸ No Novo Dicionário Enciclopédico Luso Brasileiro de Lello & Irmãos Editores, Porto, de 1972, refere-se que Sobrado, substantivo, vem do latim *superatu, de superare* e tem o seguinte significado: Pavimento ou soalho, geralmente de madeira, no interior das casas. Sobradar, verbo, significa: Fazer sobrado em. Sobradar um quarto. O mesmo que soalhar.

⁵⁹ Este tema é analisado ainda em:

- Emergência da Nação cabo-verdiana - Cabo Verde, o tiro pela colatra. Acesso a 27.10.2008. Disponível em:

África debate <http://aad.iscte.pt/ad1%20isabel%20lopes%20ferreira%202.htm>

- HOPFFER ALMADA, José Luís. (...) “A Formação da Sociedade Fogueense em Ilhéu de Contenda – Tese, antítese”. *Fragmentos*, 9/10, 107.

⁶⁰ VEIGA, Manuel. (1989). A leitura do simbólico em *Xaguete* de Henrique Teixeira de Sousa -1. *Fragmentos*, 9/10, 9-16; VEIGA, Manuel. (1989). A leitura do simbólico em *Xaguete* de Henrique Teixeira de Sousa - 2. *Fragmentos*, 11/15, 128-134.

S. Filipe é uma das mais antigas povoações de Cabo Verde e, à semelhança da Cidade Velha, tornou-se numa sociedade predominantemente escravagista na qual predominaram, nos séculos XVI, XVII e XVIII, três classes sociais: brancos, mulatos e mestiços, e negros. Após a abolição da escravatura, a elite da ilha era formada principalmente por mulatos e "brancos da terra", donos de propriedades e de sobrados, de onde emanavam ordens aos "capatazes" que tratavam de organizar o trabalho agrícola. Daí os conflitos entre os escravos e os capatazes.

Segundo Orlando Ribeiro (Ribeiro: 1960), com a abolição da escravatura e a decadência dos morgados, os mulatos emigrantes ocupam o vértice da pirâmide, em Santiago e no Fogo, quer na posse das propriedades quer nas funções administrativas anteriormente apenas ocupadas por brancos. Refere ainda que os brancos de então continuaram a guardar uma certa distância em relação aos mulatos e que o relacionamento não era amistoso, mas de ódio e rancor, sobretudo no Fogo. Assim, os mestiços não constituíam uma classe independente como os mulatos que sempre lutaram e triunfaram a ponto de serem hoje os grandes comerciantes e agricultores, mais as famílias brancas que resistiram a tudo e a todos. Os mestiços, passando a vida a evocar a sua paternidade branca, filhos bastardos, sem herança, foram incapazes pois, de progredir (Ribeiro: 1960).

Os sobrados dos "falhados" brancos foram para as mãos dos mulatos e assim, a pirâmide social, branco, mulato mestiço e populares, não tinha uma base étnica. Mestiços e mulatos podiam ascender à categoria de brancos e vice-versa, consoante as possibilidades económicas ou sociais. Porém, a aceitação de mulatos e mestiços na categoria dos brancos era rara no relacionamento entre as famílias. O contrário era mais corrente (Ribeiro: 1960).

Refere o mesmo que havia famílias brancas na classe média que a decadência consumiu e que passaram a viver na miséria. Tiveram de trocar o sobrado por casas mais humildes, casas de um só piso, de duas águas ou de quatro águas, afastadas do centro da cidade, enquanto mulatos endinheirados trocavam o funco e casas humildes pelos sobrados de brancos em decadência. Portanto, os populares eram os negros descendentes de escravos que não emigraram, os mestiços humildes, e os brancos "falhados". Moravam nos arredores da cidade de S. Filipe e na periferia, ocupando-se de pequenos empregos e de profissões liberais. No Romance "Ilhéu de Contenda"

de Teixeira de Sousa esta situação ficou bem definida (Teixeira de Sousa:1964). Orlando Ribeiro refere ainda que algumas famílias medianas brancas ou decadentes do Fogo habitavam muitas vezes o sobrado, mas o aspecto interior perdia o requinte. Flutuavam entre a tradição aristocrática e a miséria do povo, perdiam a ostentação e só ficava a arrogância (Ribeiro: 1960).

A sociedade fogueense é bem caracterizada pelo escritor Teixeira de Sousa, nos ensaios, “*Sobrados, lojas e funcos - Contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo*” (Sousa:1940) e “*A estrutura Social da Ilha do Fogo*” (Sousa: 1947) bem como no romance, “*Ilhéu de Contenda*” da autoria do mesmo escritor. A capa da 1ª edição da referida obra traz a frase: “*Sobrado que sobrou dos sobrados soçobrados orgulho ilusão duma classe que o tempo destroçou*”, sendo a ilha do Fogo considerada como um “*Painel das grandezas e miséria do tempo colonial*”, frase esta inscrita na contra capa da 1ª edição (Teixeira de Sousa:1978). O poema “*Moça do Sobrado*” de António Nunes e “*Rainha*” de Onésimo da Silveira (mencionam o sobrado como habitação senhorial, tendo este último comparar o sobrado à habitação de uma rainha (Ferreira: 1975). A ilha é também caracterizada por Orlando Ribeiro na obra “*Erupções da Ilha do Fogo*” (Ribeiro: 1960) e por Ilídio do Amaral na obra, “*Santiago de Cabo Verde - a terra e os homens*” (Amaral: 1964).

Entretanto, a sátira segundo a qual, antigamente o macaco morava na rocha, o negro no funco, o mulato na loja e o branco no sobrado (Teixeira de Sousa: 1960), caracteriza muito bem a estrutura social da ilha do Fogo, durante a primeira fase de povoamento e exploração da Ilha. As mudanças a advir são também profetizadas e satirizadas pelo mesmo escritor na referida obra, que se refere a um dia, num futuro vindouro, em que o macaco havia de correr com o negro do funco (deixando as rochas e montanhas), o negro com o mulato da loja e este com o branco do sobrado. A segunda parte desta sátira indica o sentido da evolução operada na sociedade fogueense, das descobertas aos nossos dias, passando pela época colonial. Teixeira de Sousa caracteriza a sociedade fogueense de 1940 e de 1947, definindo 4 classes sociais e a classificação piramidal também caracterizada no seu romance “*Ilhéu de Contenda*”. O património construído é tido pois nesta sátira e portanto, pela sabedoria popular, como símbolo do status social e como tal, mereceu o nosso interesse neste estudo.

Alguns sobrados dão a S. Filipe o toque típico de uma cidade colonial como, por exemplo, os edifícios públicos, geralmente instalados nos sobrados, a Aguadinha, a Praça, onde se encontra o busto de Serpa Pinto que foi Governador-Geral de 1894 a 1897, para além do coreto, do quiosque e dos jardins, bem cuidados e asseados.

Os sobrados da Cidade de S. Filipe fazem parte do Património Cultural e estão intimamente ligados ao povoamento e aos seus primeiros habitantes. Os primeiros sobrados foram edificados à volta da Igreja Matriz em meados do sec. XVII. De entre estes, o Museu e a casa da Memória passaram recentemente a fazer parte do itinerário das visitas turísticas. O primeiro sobrado foi mandado construir pelo padre Amaro de Sacramento Monteiro.

As técnicas de construção efectuadas eram de um edifício com uma estrutura específica que se adaptou ao clima que se fazia sentir nas ilhas e à sociedade existente na época, em que a segregação e a hierarquia se faziam distinguir pelo edifício habitacional. A arquitectura exterior ao edifício apresenta uma varanda de madeira com cobertura em telha que a protegia dos raios solares, e janelas avarandadas. Apresentamos um exemplar muito comum na figura 54, uma janela com varanda em madeira nobre (guarda ou grade) num sobrado em ruínas da cidade de S. Filipe.



Figura 54 - Janela com varanda em madeira nobre (guarda ou grade) num sobrado em ruínas da cidade de S. Filipe.

O edifício comporta a estrutura superior (1º andar) onde ficava a residência e o rés-do-chão onde se instalavam o escritório e a loja ou armazém. Conforme fosse o espaço e as posses do dono, estes sobrados apresentavam um ou dois quintais, que serviam para o tratamento das sementes, para o lazer, para a cisterna que armazenava a água das chuvas, e albergava algumas vezes um estábulo e outras dependências.

Apresentamos como exemplo de uma casa senhorial, no Anexo 22 e 23, a casa Grande onde nasceu Amílcar Cabral, localizada na ilha de Santiago e nas imagens das figuras dos anexos 24, 25 e 26 apresentamos outros exemplos sugestivos: o edifício e o croqui da “Casa-Grande de S. Martinho” apresentado por António Carreira a ilustrar a capa da sua obra *“Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)”*; a imagem da “Casa-Grande dos Engenhos”, pertencente a José Coelho Serra, construído em 1887. Segundo o autor, é *“uma das últimas reminiscências da época escravocrata”*. O referido croqui foi feito em 1972.

O sobrado era a residência dos ricos proprietários de terras e de escravos em que os senhores e a família habitavam normalmente no piso superior da casa, e no andar térreo se instalavam armazéns, lojas e dependências para outros trabalhos. A zona de residência dos “senhores” não era acessível aos escravos, abrindo-se apenas uma exceção por altura das festas de Santa Cruz, quando se celebrava a libertação dos escravos. Referindo-se aos proprietários, descendentes dos primeiros povoadores brancos, Orlando Ribeiro afirma que nalgumas dessas propriedades que encontravam-se casas de tipo sobrado, nas quais os morgados viviam senhorialmente e, nos anexos jaziam em condições desumanas, os escravos que trabalhavam as suas terras (Ribeiro:1960).

Quanto à arquitectura, os sobrados são edifícios de dois pisos, rés-do-chão e 1º andar. O edifício principal tem vários compartimentos e anexos e um pátio interior, o “quintal”. No primeiro andar uma varanda ladeia a fachada principal e às vezes também as laterais que dominam as propriedades circundantes. A varanda simboliza a maior ou menor abastança e o status social do proprietário, de tal modo que muitos se gabavam de morar numa casa com varanda, querendo assim mostrar o seu status social. No rés-do-chão estão dispostas, para além do armazém e da loja, a cozinha, a arrecadação, e os anexos dos escravos. Com o fim da escravatura e a

decadência do Morgadio, a parte baixa que albergava os escravos é transformada em estabelecimento comercial, armazém e arrecadação. Geralmente o proprietário trabalhava na loja com a ajuda de filhos mulatos, tidos por este em relacionamentos fora do casamento.

No que respeita à construção, as sólidas fundações e paredes em pedra aparelhada assente com argamassa de barro ou cal e areia, torna-a mais sólida e imponente que as outras construções de planta rectangular. A assoalhada era de madeira, bem como as ombreiras e os lintéis das portas e janelas, exemplificada na figura 54⁶¹ e 55⁶², também em madeira e envidraçadas, com persianas, as varandas guarnecidas em ferro forjado ou em madeira, conferem aos sobrados dos mais abastados uma opulência deveras de cobiçar. A construção, pela sua altura, alçando 4 metros a pé-direito, confere ao sobrado esse ar de imponência em relação às outras construções e juntamente com a Igreja, confere a mesma imponência à cidade.



Figura 55 - Exemplares de varandas e uma varanda de madeira nobre coberta de telha.

⁶¹FONTE: Disponível em:

http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809.

⁶² Fonte: Os centenários sobrados do Fogo. Fragata (1998) - Revista de bordo dos TACV, 17, 35-39.

Esses casarões exprimiram, num determinado momento, a existência de famílias abastadas que construíam sobrados na vila e nas zonas rurais. Para estas últimas, deslocavam-se na época das chuvas, ou das “azúguas”, para seguirem os trabalhos agrícolas. Havia famílias que se instalaram no interior e aí construíram sobrados para habitarem.

Orlando Ribeiro afirma que o ambiente desses sobrados, “é o das velhas cidades ou vilas da província”, em Portugal. Este tema é tratado por Paulo Azevedo que analisa e caracteriza as habitações senhoriais portuguesas em “*Solares Portugueses*” (Azevedo: 1988).

Reforçam o valor simbólico dos sobrados as mobílias de madeiras do Brasil, cadeiras de balanço, piano, quadros e retratos de famílias, paninhos de renda, ornatos de faiança, que constituíam o seu recheio. Além do mobiliário e dos objectos de decoração da tradição portuguesa, que podem ser encontradas nas habitações do mesmo estilo nos Açores, na Madeira ou no Brasil, peças de mobiliário dos Estados Unidos da América perfazem a decoração e completam o mobiliário dessas casas. Teixeira de Sousa (Teixeira de Sousa: 1960) alude-se à presença discreta das senhoras que se sentia no arranjo impecável das salas, mas furtava-se discretamente aos olhos do visitante.

Refere ainda Orlando Ribeiro, que os sobrados dos “americanos”, emigrantes que adquiriram por compra aos brancos empobrecidos, tinham a opulência exterior das anteriores, mas que o interior mostrava mobílias desirmanadas, ausência de vidros nas janelas, holografias baratas e páginas de revista americanas nas paredes. Obviamente, o simbolismo de outrora ficou apenas na composição edificada. Explica que à classe mediana da Ilha do Fogo se pode juntar as famílias decaídas, brancos empobrecidos, e que essa gente flutua entre a tradição aristocrática e a miséria desleixada do povo, uns por falta de meios, outros por indolência. Apresenta ainda um outro exemplo, o de donos de cafezais de Mosteiros que viviam isolados, raras vezes saindo de suas casas, desconhecendo o conforto, desprezando as viagens e o convívio, e enterrando inutilmente lucros que não sabiam como empregar (Ribeiro: 1960).

Orlando Ribeiro afirma que “*A casa exprime o nível social dos seus moradores*” (Ribeiro, 1960: 153) Caracteriza-as explicando que os proprietários mais abastados, os comerciantes, os

funcionários e os «americanos», habitavam em sobrados de um andar, construídos com esmero, quase sempre providos de larga varanda coberta pelo telhado, corrida ao longo de dois ou três lados da construção. Tinham os muros de pedra e a varanda de madeira que têm várias divisões, geralmente muito amplas e de grande pé direito. O telhado é formado por quatro águas, coberto de telha de barro ou de madeira. As divisões compreendem sala, casa de jantar, quartos, cozinha, não raro mobiladas com conforto e com gosto. A casa tem quase sempre em anexo um pátio ou quintal, com árvores e flores. O acesso ao andar faz-se por uma escada de madeira, que às vezes é exterior e abre para a varanda. Os baixos servem de arrecadação, celeiro, etc., e raras vezes servem de morada (Ribeiro:1960).

O sobrado é um tipo de construção que hoje já não se constrói. Entrou em decadência com o regime de latifundiário que esteve na sua origem. Entretanto, verifica-se ainda hoje, na ilha do Fogo, um grande contraste entre a vila, com sobrados da época colonial e essas zonas de casas pequenas, humildes, de pedra solta, sem reboco, cobertas de palha, e outras mais “remediadas” feitas de blocos de cimento e cobertas de betão armado.

Os sobrados de S. Filipe assemelham-se aos de Portugal, Açores e Madeira, da mesma época. São semelhantes também a alguns exemplos de sobrados do início da implantação da sociedade escravocrata no Brasil como, por exemplo, a Cidade de S. Cristóvão, a cidade de Recife e a de Santos. Até a apresentação dos equipamentos da cidade, as praças com quiosques, se assemelham à da cidade de S. Filipe.

3.2 Intervenções visando a recuperação de sobrados: alguns exemplos

Na actual cidade de S. Filipe encontramos vários sobrados recuperados e casas de planta rectangular a conviver no mesmo espaço. A figura 56⁶³ representa S. Filipe vista de cima numa fotografia aérea feita por uma descendente da família Macedo que se interessa pelos sobrados e fez já uma lista dos mais importantes.

⁶³FONTE: Disponível em:

http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809 . Fotoblog de 25-11-2008 acedido a 7.2. 2011



Figura 56 - S. Filipe vista de cima numa fotografia aérea.

Vê-se que os todos quarteirões à volta da Igreja são constituídos por sobrados e é possível observar algumas pequenas casas na periferia dos sobrados. Podemos ver os sobrados mais importantes: o que está marcado é o sobrado de Nha Noquinha, propriedade actual da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Na esquina da Praça João Pais, o sobrado de Nha Candiana, pintada de azul claro, o sobrado de Senhor Manuel Ferreira, filho de Nha Candinha Ferreira, ao lado da praça pequena, vendido à Igreja Adventista do 7º dia. No mesmo quarteirão pertencente todo ele à mesma família Macedo, temos um sobrado pintado de amarelo claro a fazer esquina com outro sobrado do mesmo dono, tendo antes um murro branco.

Atrás do prédio verde gritante temos o sobrado de João Vasconcelos Monteiro que foi sempre loja e escritório. Atrás deste, o Vulcam Bar, rés-do-chão com 3 portas e atrás deste o sobrado de João Monteiro de Macedo vendido ao Senhor João Lopes Cardoso. Hoje é propriedade do Senhor Pires de Luzia Nunes. A seguir, o lindo sobrado de Luís Gomes Barbosa que o vendeu ao Senhor Isacc Anahory Silva, tio do poeta Terêncio Anahory Gomes Barbosa, que por sua vez o vendeu ao Senhor José Santos Baptista. É uma das mais bonitas de S. Filipe com uma linda entrada e uma grande escadaria. A varanda foi retirada, colocando-se uma varanda fechada com

vidros e o telhado foi reformado e transformado em terraço. Na ponta esquerda, um pedaço do sobrado pintado de rosa, que pertenceu à pessoa que fez esta foto.

Ao fundo, na outra margem da Ribeira, situa-se o cemitério. O sobrado que foi residência do Administrador o período colonial (figura 57)⁶⁴ encontra-se também em bom estado de conservação. Foi construída nos finais dos anos 1960 no local da antiga cadeia e ao fundo está o jardim do Presídio. O nome deste jardim, desta zona alta, vem da Cadeia que existiu neste local até 1965.



Figura 57 - Sobrado onde residia o Administrador na época colonial.

Apresentamos também como exemplos de preservação bem sucedidos o sobrado de João Monteiro de Macedo, no canto superior direito da figura 58⁶⁵, o sobrado de João Sacramento Monteiro, um dos mais bonitos de S. Filipe, no canto inferior esquerdo. No canto inferior esquerdo aparece o sobrado de Francisco de Monteiro e Amélia do Sacramento Monteiro, os últimos morgados do Fogo. No canto inferior direito apresenta-se a igreja ladeada por sobrados.

⁶⁴ FONTE: Disponível em:

http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809. Fotoblog 18-12-2008 acedido a 7.2 2011.

⁶⁵FONTE: Disponível em:

http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809. Fotoblog 18-12-2008 acedido a 7.2 2011.



Figura 58 - Exemplos de sobrados e a Igreja de S. Felipe.



Figura 59 - Sobrado de Nhô Agnelo.

Quanto ao sobrado de Nhô Agnelo apresentada na figura 59, o autor do artigo “Sobrado Nhô Agnelo vira Hotel – restauro custa 35 mil contos”⁶⁶ expressa-se assim: *“A ideia da renovação, valorização e do engrandecimento deste edifício simbólico e a sua transformação numa unidade turística, nasceu nos anos 90 do século passado, mas só se tornou realidade, no ano transacto, graças à parceria com o Governo italiano, no âmbito da contrapartida do Fundo de Ajuda Alimentar.”*

⁶⁶ FONTE: Sobrado Nhô Agnelo vira Hotel – restauro custa 35 mil contos. (2007). *Sobrados* – Revista da Câmara Municipal de S. Filipe – Fogo, 1, 15.

Nesta linha de restauro, enquadram-se também outras casas senhoriais em trabalhos de preservação, segundo um artigo em que não se indica o autor, inserto na revista *Sobrados*, publicação da Câmara Municipal de S. Filipe, como as obras do Museu Etnográfico, praticamente concluídas, cuja intervenção faseada, ultrapassou os dez mil contos. Outras casas, preservadas e remodeladas, bem conservadas, encontram-se em espaços afastados do centro onde foram construídos os sobrados, nos bairros periféricos, como podemos ver na figura seguinte (figura 60)⁶⁷.



Figura 60 - Casas de planta rectangular bem conservadas em S. Filipe, Fogo.

Alguns sobrados foram vendidos e os novos donos recuperaram-nos como podemos constatar. Temos o exemplo do sobrado de Nha Martina, com a varanda a ladear a fachada principal e as laterais, na figura 61⁶⁸. Estava em ruínas em 2008, foi comprado aos donos e hoje mostra o seu esplendor de outrora.

⁶⁷FONTE: Disponível em:

http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809, Fotoblog 18-12-2008 consultada a 7.2. 2011.

⁶⁸ FONTE: Disponível em:

http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809, Fotoblog 18-12-2008 acedido a 7.2 2011.



Figura 61 - Sobrado de Nha Martina, recuperado e em bom estado de conservação.

Numa foto de inícios do sec. XX tirada do Livro “Postais antigos de Cabo Verde”, de João Loureiro, (figura 62) pela Senhora Amélia Monteiro, podemos ver os sobrados que a rua João Pais mostrava, já nesta altura imponentes e o largo onde actualmente fica a praça. O coreto, foi construído no mesmo local numa época mais recente⁶⁹.



Figura 62 - Imagem antiga da rua João Pais.

Pode-se constatar ainda hoje que estes sobrados mantiveram a sua traça original e que as varandas corridas eram todas de madeira. Nesta imagem, no lugar onde havia apenas algumas árvores, fica a Praça João Pais, e ao lado a Rua João Pais. À volta da praça dispõem-se os

⁶⁹FONTE: Livro “Postais antigos de Cabo Verde”, de João Loureiro, pela Senhora Amélia Monteiro disponível em:http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809. Fotolog de 18-12-2008 acedido a 07.02.2011.

sobrados, hoje com cara nova e ao fundo desta rua localiza-se a Igreja de S. Filipe, como se pode apreciar na imagem da figura 63⁷⁰.



Figura 63 - Imagem mais recente da rua João Pais.

A preservação de habitações na época contemporânea, do funco às outras tipologias de casa tradicional (rural e urbana) e às habitações senhoriais, permite devolver estes edifícios à sociedade e permite reavivar a sua funcionalidade, quer como residência com outros usos, quer com funções museológicas, possibilitando a salvaguarda destes edifícios. A valorização da sua história faz perdurar no tempo edificações recheadas de simbolismo e que representam a vivência do passado das comunidades.

A preocupação das edilidades locais e do Governo em preservar e salvaguardar estas casas vai de encontro a uma vasta legislação em matéria de preservação do património cultural, em que se inscreve a herança edificada. Esta legislação carece de regulamentação para que melhor sirva os propósitos para que foi criada. No entanto, constata-se que as intervenções realizadas na cidade Velha, hoje Cidade da Ribeira Grande de Santiago e na cidade de S. Filipe como também nas antigas vilas das outras ilhas, todas elas hoje cidades, conheceram o seu incremento há poucos anos. Com efeito, após a independência, assiste-se à promulgação de uma série de leis tendentes à valorização e salvaguarda do património cultural onde se incluem os bens edificados

⁷⁰ FONTE: Disponível em:

http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809, Fotoblog 18-12-2008 acedido a 7.2 2011.

com valor simbólico⁷¹. A legislação vigente dá corpo a uma preocupação internacional no que respeita o Património Cultural, expressas na Carta Internacional sobre a Conservação e a restauração de Monumentos Históricos (CIATMH) elaborada em Veneza no segundo Congresso Internacional de Arquitectos e de Técnicos dos Monumentos Históricos, que decorreu de 25 a 31 de Maio de 1964. Vai de encontro às ideias expressas na Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração de Monumentos (CICRM) que define a noção de monumento histórico, de sítio histórico e incluem as outras obras modestas que adquiriram uma significação cultural com o passar do tempo.

Constata-se que a legislação cabo-verdiana tem seguido as recomendações patentes na carta, bem como as da Convenção de Paris. Por outro lado, a Unesco debruçou-se sobre a protecção do património mundial, cultural e natural, apontando resoluções científicas, administrativas, jurídicas e financeiras destinadas a evitar a degradação sistemática do património em geral. É de notar que as iniciativas da Unesco nesta área remontam ao ano de 1945 no quadro do surgimento da ONU e detinha a prerrogativa de zelar pelo progresso da Educação, da Ciência e da Cultura. Esta tinha a atribuição de defender, zelar e reconstruir o panorama natural dos países.

As iniciativas nesta área remontam ao sec. XIX e estão expressas nos alertas respeitantes aos perigos da destruição da herança edificada, por vários defensores do património, dentre os quais Victor Hugo, no ano de 1832 em França, a que se segue a legislação sobre o assunto elaborada pela Inglaterra em 1908 e as cartas de Atenas de 1931. Assim, uma série de medidas a favor da defesa e conservação do património foram promulgadas, nesta época do pós-guerra em que a perda da herança cultural estava patente e visível pela colectividade. Por sua vez, a Convenção Europeia de 19 de Dezembro de 1954 comprometia-se a tomar as medidas necessárias para a salvaguarda do património cultural comum da Europa, o que permitiu que ainda na época colonial a Ribeira Grande beneficiasse, durante o Estado Novo em Portugal, da implementação de tais medidas (Gomes: 2010).

⁷¹ Há que ser destacada a lei nº 102/III/ 90, Lei de Base do Património Cultural Cabo-verdiano In. Suplemento ao B.O. nº 52/90.

O Governo e as Câmaras Municipais devem ser mais actantes, estando atentos a casos de lesa-património, devendo promover a sua prevenção, nomeadamente pela salvaguarda do património habitacional, civil e militar, apoiando também a salvaguarda dos bens privados, as habitações e construções residenciais de privados, através de projectos exequíveis.

As acções desenvolvidas pelas Câmaras Municipais e pelo Governo nesta área devem ser continuadas no sentido da introdução de projectos de reabilitação da memória colectiva ligados às habitações, nomeadamente à reconstituição da vida quotidiana nesses espaços, nos funcos e demais habitações tradicionais ainda existentes, bem como nas habitações senhoriais. Esta valência pode proporcionar um maior incremento do turismo.

Conclusão

A elaboração deste trabalho vem enriquecer os estudos do património na época contemporânea. Permitiu, antes de tudo, responder à questão central que visava clarificar a possibilidade de se evidenciar o valor patrimonial de habitações tradicionais e de exemplares de sobrados ou casas senhoriais que emergiram, enquanto bens que representam a herança edificada em Cabo Verde. Partimos assim do pressuposto que nas sociedades contemporâneas tem havido um interesse pelo património, pela sua preservação e valorização.

Pudemos constatar que as tipologias habitacionais existentes em Cabo Verde surgiram num contexto que propiciou a emergência de casas tradicionais e senhoriais, e proporcionou a instalação da vida urbana na Cidade da Ribeira Grande de Santiago. Pôde consolidar-se então a primeira fase do povoamento que decorreu na segunda metade do século XV.

Este contexto revela que no século XVI a população aumentou na Ilha de Santiago onde se instalou uma sociedade escravocrata que havia de se afirmar em Cabo Verde e durar até ao sec. XIX. A pirataria e o corso, atraídos pela posição estratégica e dinâmica económica das ilhas a partir do século XVI impulsionaram a construção de fortificações. Vários edifícios religiosos e civis foram sendo implantados. A ocupação rural intensificou-se e instalaram-se nas melhores

terras para a produção agrícola grandes morgados que aí edificaram as suas habitações senhoriais. A Ribeira Grande de Santiago experimenta um aumento significativo da sua população e S. Filipe, na ilha do Fogo, que se povoou por livre iniciativa dos habitantes de Santiago, revelou-se ser um grande produtor de algodão que se exportava em grande quantidade. O “Anónimo”, citado por Carreira, havia dito em 1784 que os homens brancos, naturais e principais da terra, descendentes dos primeiros povoadores, tinham “casas bastante opulentas” porque eram “senhores” da maior parte das terras da ilha e “que se tratavam à lei da nobreza, tendo brasões de armas, que ainda hoje se manifestam em alguns monumentos” (Carreira, 1983: 23).

Pudemos verificar que o povoado de S. Filipe, fundado nos finais do século XV, em 1513 já tinha o seu capitão donatário, altura em que se assinalava já a existência de uma igreja na ilha o que pressupõe a existência de um núcleo populacional importante (Barcelos: 1889). Durante muito tempo aí se desenvolveu um núcleo populacional com uma estrutura económica que visava o apoio à Ribeira Grande e em 1922, a sua vila que era o centro administrativo mais importante da ilha, ganhou o estatuto de cidade. Nesta ilha, moravam nos sobrados as famílias brancas, descendentes dos antigos povoadores europeus que posteriormente foram passando para as mãos de outros proprietários não brancas.

A contrapor a essas habitações, quer na ilha do Fogo quer em Santiago, as famílias comuns viveram durante muito tempo em habitações mais modestas que pudemos demonstrar que podem ser analisadas segundo diferentes tipologias que as distinguem dos modelos de habitação senhorial. Umas e outras foram analisadas ao longo deste trabalho permitindo assim salientar aspectos do quotidiano das famílias, os respectivos níveis de vida e estatutos sociais através da sua casa, bem como as práticas de construção utilizadas nos edifícios habitacionais em Cabo Verde que envolveram, no passado e no presente, técnicas construtivas, materiais locais e trazidos do exterior.

Ao mesmo tempo pudemos analisar o valor patrimonial de exemplares de sobrados ou casas senhoriais e casas tradicionais passíveis de serem preservadas e valorizadas nos dois espaços estudados, pela estética que representam e pela sua importância histórico-cultural. Ficou por

consequente claro neste trabalho que é possível identificar e estudar em Santiago e no Fogo bens culturais, na forma de habitações tradicionais e senhorias cujo interesse enquanto património cultural impõem a sua preservação/valorização, à luz de paradigmas da época contemporânea relativos à herança edificada.

Apuramos ainda que os bens estudados representam uma herança do passado destas ilhas bem como do quotidiano dos seus habitantes e podem fazer parte de roteiros turísticos, quando seleccionados segundo o seu contexto e interesse histórico-cultural e quando demonstrados como exemplos vivos de como é que se vivia e ainda se vive, em distintos espaços habitados por gente humilde.

A evolução sócio-económica e cultural destas duas ilhas, possibilitou a instalação do primeiro burgo em Ribeira Grande, onde além várias tipologias construtivas que são objecto deste trabalho, fez emergir também, desde os primórdios da ocupação desta ilha, edifícios religiosos tais como igrejas e capelas, para servirem de espaços de culto dos moradores e assim criarem as condições para o desenvolvimento do cristianismo, a começar pela ilha de Santiago, com a chegada de missionários e com a criação da diocese em 1532 (Santos, 1995:371).

Toda a evolução histórica ocorrida contribuiu para o aparecimento de imponentes edificações que, nos variados casos, representam momentos áureos da História de Cabo Verde e o prestígio das elites, a par de construções mais modestas que exprimem a reconhecida decadência ocorrida a partir de finais do Sec. XVI e séculos seguintes, bem como condições de vida mais desfavoráveis dos habitantes das ilhas.

Realçamos igualmente os trabalhos de recuperação em curso, as perspectivas futuras, no que respeita a preservação e valorização dessas construções, a sua relação com o desenvolvimento do turismo, que tem servido para acelerar o trabalho de recuperação e conservação de algumas casas tradicionais, de alguns sobrados, de igrejas, catedrais, edifícios civis, religiosos e militares, particularmente na cidade da Ribeira Grande e de S. Filipe.

A presença de construções bem representativas do passado de Cabo Verde justifica o esforço de patrimonialização da Ribeira Grande de Santiago. Pelo seu valor, foram realçados na parte

contextual do trabalho onde pudemos referenciar: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário construída, na sua primeira fase, em 1495; a Sé Catedral iniciada em 1556 pelo episcopado de D. Frei Francisco da Cruz; a igreja convento de São Francisco mandada construir a partir de 1640 (Pereira, 2004: 22-24), entre outros, como os monumentos com evidente interesse histórico-cultural, integrantes do sistema da defesa da cidade de Ribeira Grande de Santiago. Desse grupo de construções com valor patrimonial faz parte o Pelourinho ou “Picota” símbolo da justiça real que localiza-se na zona baixa do porto, edificada em 1512.

A patrimonialização da Ribeira Grande de Santiago e a conseqüente activação do seu património construído pela intervenção das autoridades com vista à sua protecção evitará a continuidade dos crimes de lesa-património da nossa herança edificada, devendo tal decisão estender-se a outros bens patrimoniais do arquipélago. Esta problemática tem merecido a atenção de alguns estudiosos em que destacamos Natalino Semedo, que apresenta no seu estudo, as perspectivas futuras dos responsáveis: o Ministério da Cultura de Cabo Verde, a Câmara Municipal e a população local.

A cidade da Ribeira Grande enquanto sítio histórico relevante para Cabo Verde e para o mundo, é o berço da nacionalidade e da cultura cabo-verdiana e marco de Cabo Verde como plataforma angular na história universal. A sua importância devido à sua elevação a património mundial é hoje reconhecida, o que trará benefícios económicos que o aumento do turismo vai propiciar (Semedo: 2010).

As habitações tradicionais e senhoriais que emergiram nas urbes da Ribeira Grande e de S. Filipe fazem parte da herança arquitectónica cabo-verdiana. No caso de S. Filipe, essa herança é muito visível ainda hoje nos variados tipos de construções. Ao lado das habitações foram implantadas construções em vários espaços da urbe destacando-se a área fortificada representativa da presença da autoridade militar, que testemunha a importância económica da ilha e do seu porto, construções religiosas, como a Igreja Matriz de S. Filipe, e o edifício da Câmara Municipal, representativo da autoridade local. A habitação da tipologia sobrada tem um grande destaque nessa cidade.

Os estudos de caso sobre a habitação tradicional apresentados, tais como o funco habitado localizado na ilha do Fogo, são contrapostos com análises de exemplares de habitações senhoriais, evidenciados em S. Filipe do Fogo e da Ribeira Grande de Santiago, sendo de ressaltar uma, bem representativa de uma época próspera da Cidade da Ribeira Grande.

No que respeita à habitação tradicional pudemos demonstrar que:

O funco cónico de pedra com cobertura de palha de planta redonda, antes habitação dos escravos e dos escravos fujões, foi mais tarde habitação dos fugitivos a penas de prisão, e dos mais pobres da ilha de Santiago, tendo-se disseminado para as outras ilhas. Apresenta características semelhantes em todas as ilhas diversificando-se na utilização de materiais locais, como afirma e exemplifica João Lopes Filho (Lopes Filho: 1987), ideia corroborada e exemplificada por António Carreira e por Germano Lima que apresenta o exemplo da Boavista.

No referente às características gerais do funco cónico de pedra e com cobertura de colmo, apresentamos as definidas por Lopes Filho, citamos Manuel G. Fernandes e a sua obra, Cidades e casas da Macaronésia, (Fernandes: 1996) assim como Germano Lima (Lima: 2008) que corroboram com as ideias de Lopes Filho quanto à definição das características do funco e das habitações de planta quadrangular e rectangular. O funco, em fase de extinção, surge no interior das ilhas servindo de cozinha ou de casas para guardar mantimentos durante as águas e o trabalho de guarda-corvo.

A tipologia de habitação tradicional de planta rectangular evidencia-se como sendo a marca de um estilo de vida mais comum em Cabo Verde pelo que realçamos a sua existência em Santiago, na Cidade Velha, noutras localidades do interior desta ilha e noutras ilhas do nosso arquipélago, como prova de tal desiderato. De realçar que na Vila da Praia foi proibido desde 1852 e só veio a desaparecer em 1870. Debruçando-nos sobre casos de estudo na Cidade Velha, nomeadamente uma casa na rua da Banana e outra no bairro de S. Sebastião, ambas preservadas e habitadas. A planta rectangular deverá ter sido uma evolução da quadrangular que por sua vez teria substituído a circular. A evolução da sociedade teria sido seguida pela evolução das habitações segundo João Lopes Filho (Lopes Filho: 1987).

A análise da documentação consultada permite-nos salientar que a evolução das construções habitacionais teria seguido os seguintes momentos:

- Algumas povoações do interior teriam começado pela construção de casas precárias, funcos, aquando das fugas dos fujões para o interior, ou dos mais humildes foros, que tenham evoluído ao longo dos tempos. Existiriam provavelmente no bairro dos Sapes.
- No início do povoamento, para além dos nobres e “senhores” as ilhas foram povoadas por “casais” do norte e do sul de Portugal, colonos, e portanto sem muitas posses, por funcionários da corte da classe mediana, e se tivermos em conta a existência de “foros” ainda no sec. XVI, a construção de casas modestas de planta rectangular cobertas de elementos vegetais teriam sido construídas logo no início do povoamento, como atestam as casas da rua da Banana da Cidade da Ribeira Grande.
- Após a decadência do comércio com a costa da Guiné e a conseqüente valorização e incremento da agricultura e da pecuária, o desenvolvimento da vida rural teria sido acompanhado da evolução das povoações do interior e das habitações, através de mais e maiores construções e aproveitamento e preservação e reformulação das existentes (Lopes Filho: 1976).

A análise dos sobrados ou casas senhoriais na Ribeira Grande de Santiago e S. Filipe, na ilha do Fogo, permitiu-nos a localização de um belo exemplar desta tipologia de habitações na Ribeira Grande de S. Tiago, identificando-o como um bem com valor de património cultural, situado no Bairro de S. Sebastião. Realçamos o estado avançado de degradação do imóvel, o que lhe valeu o nome de “Quintalona”.

Apesar de evidenciar uma relativa simplicidade, a monumentalidade desta Casa Senhorial e a sua imponência apenas é ultrapassada pela Sé Catedral. A sua construção obedeceu a princípios de racionalidade que se traduzem na forte geometrização. Ostenta na fachada uma estética que espelha a harmonia da arquitectura de estilo neoclássico que triunfou na Europa nos finais do século XVIII e que se disseminou por todos os territórios de influência europeia, nomeadamente para a América do Norte, (MAURO: 1991) e também pelas zonas de contacto com o velho continente, como é o caso de Cabo Verde. Infelizmente, não temos uma ideia mais completa da

abastança desta família através do recheio original da habitação, uma vez que já não existe. É de extrema urgência que se tomem também medidas para a preservação deste tipo de construção, dos locais onde se tinham construído os antigos sobrados e que se façam trabalhos de escavação e pesquisa pois, no nosso trabalho de pesquisa na cidade da Ribeira Grande de Santiago, ex-Cidade Velha, apenas encontramos um único sobrado preservado.

Esta preocupação das edilidades locais e do Governo vão de encontro a uma vasta legislação em matéria de preservação do património cultural em que se inscreve a herança edificada, que vai de encontro aos impulsos internacionais que visam a salvaguarda de edifícios históricos, expressa na Carta Internacional sobre a Conservação e a restauração de Monumentos Históricos (CIATMH) elaborada em Veneza no segundo Congresso Internacional de Arquitectos e de Técnicos dos monumentos Históricos, que decorreu de 25 a 31 de Maio de 1964.

As Câmaras Municipais da Ribeira Grande de Santiago e de S. Filipe têm feito um esforço enorme no sentido de preservar os edifícios que têm história, nomeadamente as habitações senhoriais, bem como as habitações tradicionais, que deve ser continuado com a introdução de projectos de reabilitação da memória colectiva ligada às habitações, a reconstituição da vida quotidiana nesses espaços, uma valência que pode proporcionar um maior incremento do turismo e, em últimas instâncias, o desenvolvimento, na sua acepção mais ampla.

Deparamos, ao longo deste trabalho, com algumas dificuldades que se prendem com o facto das produções científicas sobre o tema em específico serem escassas, bem como as muitas dificuldades de acesso a fontes, nomeadamente aos arquivos e bibliotecas de países estrangeiros, dado que não tivemos financiamento para tal, contanto exclusivamente com o nosso esforço financeiro.

A dispersão de documentos acrescida da ausência de datas em muitos deles, sobretudo das imagens mais antigas, a necessidade de nos deslocarmos a espaços diversos não constituiu um entrave para a realização deste trabalho, mas só foi exequível graças aos contactos que mantivemos com técnicos ligados às Câmaras Municipais e particulares, que nos cederam informações e permitiram as visitas de recolha de dados que realizamos.

O facto de associarmos os nossos compromissos profissionais a este estudo constituiu um grande desafio que não se mostrou fácil de se conciliar.

A pesquisa que propusemos elaborar foi porém aliciante e suscitou em nós novos alentos para, quiçá, novas caminhadas, novos projectos que se seguirão, com empenho redobrado mas na certeza porém que, estudos mais aprofundados e de melhor qualidade, exigirão melhores condições de trabalho, tendo em conta os constrangimentos a que nos expusemos ao longo deste percurso.

Em moldes de conclusão final retomamos a sátira aludida por Teixeira de Sousa no romance “Ilhéu de Contenda”, segundo a qual, antigamente, o macaco morava na rocha, o negro no funco, o mulato na loja e o branco no sobrado, que esquematiza nitidamente a estrutura social da ilha do Fogo, e também a de Santiago, durante a primeira fase de povoamento e da colonização. Ainda segundo a mesma sátira, um dia viria em que o macaco havia de correr com o negro do funco (deixando as rochas e montanhas), o negro com o mulato da loja e este com o branco do sobrado, o que nos evidencia o sentido da evolução social operada durante o período colonial, e ainda no período pós-colonial na sociedade fogueense e santiaguense. O património construído é tido pois, nesta sátira, pela sabedoria popular, como símbolo do status social e, como tal, mereceu o nosso interesse neste estudo.

A preservação ou não destruição completa dos modelos de habitações estudados e outros que pudemos observar durante o trabalho de campo, como o funco, a casa tradicional rectangular e as habitações senhoriais, permitiu devolver os edificios em causa à sociedade civil e a manter a sua funcionalidade, quer como residência ou instituição ligada ao poder civil, ou com funções museológicas, que permitem a salvaguarda do edificio, a valorização da história e fazem perdurar no tempo edificações recheadas de simbolismo, que representam a vivência do passado das comunidades e da vida contemporânea.

Esperamos que este trabalho venha a representar um contributo para o aprofundamento das questões do património no nosso meio e seja uma referência sob ponto de vista académico.

Bibliografia

Obras Gerais e Auxiliares

ALBUQUERQUE, Luís de. (2002). *O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde*. In: História Geral de Cabo Verde. 2ª Edição, vol. 1. Instituto de Investigação Científica Tropical, Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Cultural.

ALVES, Miguel. (1996). *Cabo Verde, Ilha do Fogo: S. Filipe, sua evolução até à categoria de cidade, sobrado que sobrou*. Praia: Edição do Autor. Gráfica da Praia.

AMARAL, Ilídio do (1964). *Santiago de Cabo Verde - A Terra e os Homens*. Mem. Junta de Invest. Ultram. 2ª sér. Nº 48. Lisboa.

AMARAL, Ilídio do (2002). *Cabo Verde - Introdução Geográfica*. In: História Geral de Cabo Verde, 2ª Edição vol. I. Inst. de Invest. Cient. Tropical. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Cultural. Praia.

ANDRADE, Elisa. (1996). *As Ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” à Independência Nacional (1460-1975)*. Paris: Ed. L’Harmattan.

ARGAN, Julio e FLAGIOLO, Maurizio. (1992). *Guia da História da Arte*. Editorial Estampa. Lisboa.

AZEVEDO, Paulo (1988). *Solares Portugueses*. Mem. Martins. Livros Horizonte. Lisboa.

AZEVEDO, Paulo. (1981). *Preservação do Património Cultural e Arquitectural Histórico de Cabo Verde (Traduzido do original francês)*. UNESCO (Relatório de Missão). Direcção Geral da Cultura. Cabo Verde.

BALENO, Ilídio (1991). *Povoamento e Formação de Sociedade*. Maria Emília Madeira Santos, Luís de Albuquerque (Coordenação). In: História Geral de Cabo Verde. Vol. I. Lisboa. Instituto

de Investigação Científica Tropical, Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Cultural. Cabo Verde, Praia.

BAPTISTA, José Manuel. (2001). *Património Cultural, Memória de um Povo – A Casa Tradicional em Salgueiro do Campo – subsídios para o seu estudo*. Centro de Formação da Associação de Escolas dos Concelhos de Castelo Branco e V. Velha de Rodão.

BARCELOS, Cristiano José de Sena. (1899). *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Parte I. Academia Real das Ciências de Lisboa.

BENAVENTE, Luís. (1997). ANTOLOGIA. *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos*. (Versão Portuguesa sobre o texto original do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza, 25-31 de Maio de 1964).

BRÁSIO, António. (1963). *Monumenta Missionária Africana - África Ocidental (1500-1569)*. (2ª série, vol. II AGU). Lisboa. Agência Geral do Ultramar.

BRÁSIO, António. (1964). *Monumenta Missionária Africana - África Ocidental (1500-1569)*. (2ª série, vol. III). Lisboa. Agência Geral do Ultramar.

BRÁSIO, Padre António. (1968). *Monumenta Missionária Africana - África Ocidental (1500-1569)*. (2ª série, vol. IV AGU). Agência Geral do Ultramar. Lisboa.

BRITO SEMEDO, Manuel. (2006). *A construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional.

CABRAL, Juvenal. (2002). *Memórias e Reflexões*. Praia: Edição do Instituto da Biblioteca Nacional.

CARREIRA, António. (1977). *Cabo Verde: Classes sociais, estrutura familiar, migrações*. Lisboa: Biblioteca Ulmeiro.

CARREIRA, António. (1983). *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.

CARREIRA, António. (1985). *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro.

CHOAY, Françoise. 2006. *A Alegoria do Património*. Edições 70 Ld. Lisboa.

CERRONE, Frederico. (1983). *História da Igreja de Cabo Verde (Subsídios): 450 Anos da Igreja em Cabo Verde*. Edição do Autor.

CORREIA E SILVA (2003). Dinâmicas de composição e recomposição de Espaços e Sociedade. In. *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa: Inst. De Investigação Científica e Tropical e Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde.

CORREIA E SILVA, António Leão de Aguiar. (1990). *A Influência do Atlântico na Formação de Portos em Cabo Verde*. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Série Separata 228. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa.

CORREIA E SILVA, António Leão. (2004). *Combates pela História*. Praia: Edições Splen.

CORREIA E SILVA, António. (1998). *Espaços Urbanos de Cabo Verde - O tempo das Cidades Porto*. Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. CNCDP.

CORREIA, Ivone. (1998). *Dicionário fundamental de artes visuais*. Lisboa: Bertrand Editora.

DIAS, Pedro. (2000). *História da Arte Portuguesa no Mundo*. Espanha: Círculos de Leitores e Autor.

FAZZINO, Enzo. (1991). *Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da Cidade da Praia*. Edição da Comissão das Comunidades Europeias. Cabo Verde.

FEIJÓ, João da Silva. (1983). *Ensaio e Memórias Económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (sec. XVIII)*. Praia: Colecção “Estudos e Ensaios”, Instituto Cabo-verdiano do Livro.

FERNANDES, José Manuel. (1996). *Cidades e casas da Macaronésia*. Porto: FAUP Publicações.

FERNANDES, Valentim. [etal] (2002). *História Geral de Cabo Verde (1508-1510)*. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira (coordenação). (Vol. III). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação e Património Culturais de Cabo Verde.

FERREIRA, Manuel. (1975). *No Reino de Caliban: Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa*. (1º Vol.). Lisboa: Seara Nova.

FRANÇA, José-Augusto. (1980). Lisboa: *Urbanismo e arquitectura*. 1ª Edição. Vol. 53. Biblioteca Breve. Instituto da Cultura e Língua Portuguesa e Ministério da Educação e Ciência.

FURTADO, Cláudio. (1988). *“As transformações das estruturas agrárias numa sociedade em mudança - Santiago, Cabo Verde*. Universidade de São Paulo.

GOMES, Lourenço. (2010). *Urbe, Memória e Crítica da Arte: Centro Histórico da Praia-Extremo Sul (de 1840 à actualidade)*. Praia: Edições Uni-CV, Colecção Memória & Património.

HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE. (2001). 2ª Edição vol. I. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical, e Instituto de Investigação Cultural, Praia.

HISTOIRE GENERALE DE L'AFRIQUE NOIRE, DE MADAGASCAR ET DES ARCHIPELS. (1973) Press. Univers. de France. Vol. II. Bordeaux. Paris-Bruxelles-Montréal.

JANSON, H. W. (1982). *História da Arte*. Fundação Calouste Goulbenkian.

KIZERBO, Joshef. (1972). *História da África Negra II*. Lisboa: Publicações Europa América, Biblioteca da Universidade.

LOPES FILHO, João. (1976). *Apontamentos Etnográficos*. Lisboa: Edição do Autor.

LOPES FILHO, João. (1981). *Cabo Verde - Subsídios para um levantamento Cultural*. Plátano Editora. Lisboa.

LOPES FILHO, João. (1983). *Contribuição para o Estudo da Cultura Cabo-Verdiana*. Ulmeiro. Lisboa.

LOPES FILHO, João. (1985). *Defesa do património Sócio - Cultural de Cabo Verde*. Ulmeiro. Lisboa.

LOPES FILHO, João. (2003). *Introdução à Cultura de Cabo-verdiana*. Gráfica da Praia. Praia: Instituto Superior de Educação.

MARIANO, Gabriel. (1991). *Cultura cabo-verdiana - Ensaios*. Lisboa: Ed. Palavra Africana.

MARIANO, Gabriel. (1991). *Do Funco ao Sobrado ou o Mundo que o mulato criou*. In: Ensaio da Cultura cabo-verdiana. Lisboa.

MARROU, Irénée. (1991). *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa: Ed. Rei dos Livros.

MARTINS, João Augusto. (1981). *Madeira, Cabo Verde e Guiné*. Lisboa.

MATOS, Artur Teodoro de. (2005). *A colonização Atlântica*. Editorial Estampa. Lisboa.

MINISTÉRIO DA CULTURA DE CABO VERDE. (2008). *Cidade Velha, Inscrição no Património Mundial - 2009*. Praia.

PARAJD, G. Mester de. (1984). *Protection du Patrimoine Culturel et Naturel*. N° de Série : FMR/CLT/ CH/84/163. Cap Vert – Cooperation Technique Internacional et activités de préinvestissement. Unesco. Paris.

PEREIRA DA SILVA, João. (s/ data). *A reforma das estruturas agrárias de Cabo Verde*. Edição do Gabinete da Reforma Agrária. Praia.

PEREIRA, Daniel A.. (2004). *A importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago de Cabo Verde)*. Instituto da Biblioteca Nacional. Praia.

PEREIRA, Daniel A.. (2005). *Cabo Verde - Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo*, Praia: Alfa Comunicações.

PEREIRA, Daniel A.. (2005). *Estudos da História de Cabo Verde*, 2ª Edição (Revista e aumentada). Alfa Comunicações. Praia.

PEREIRA, Daniel A.. (2009). *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*, 2ª Edição (Revista e aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia.

PIRES, Fernando. (2007). *Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano_ Séc. XV – Séc. XVIII*. Praia. Edições UNI-CV.

PROGRAMA DE PLANEAMENTO URBANO DA CIDADE DA PRAIA _ PLANO DETALHADO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO. (1991). Fascículo nº 1. Comissão das Comunidades Europeias. Delegação da República de Cabo Verde.

- QUIVY, Raymond. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Ed. Gradiva. Lisboa.
- RAPOSO, Isabel. (2005). *Cidades Africanas*. Lisboa: Caderno da Fac. de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.
- RIBEIRO Orlando. (1955). *Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde*. Faculdade de letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando. (1960). *A ilha do Fogo e suas erupções vulcânicas*. (2ª Edição). Junta de Investigação do Ultramar-Memórias: Série Geográfica.
- RODRIGUES, João. (1981). *Casas e casinhotos*. Publicações Gráfica do Mindelo Lda. S. Vicente. Cabo Verde.
- SAMPAIO, Jorge Ferreira de Botelho, Cândida de Arruda. (2000). *Casas Portuguesas e Brasileiras - Duas visões, dois testemunhos*. Edições INAPA.
- SANTOS, Maria Emília e SOARES, Maria João. (1995). *Igreja Missionação e Sociedade*. In: HISTORIA GERAL DE CABO VERDE, Vol. II. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural de Cabo Verde.
- SEMEDO, José Maria e TURANO, Maria R.. (2007). Cabo Verde: *O Ritual das Festas das Bandeiras da Ilha do Fogo*. Edição do IIPC.
- TEIXEIRA DE SOUSA, Henrique. (1978). *Ilhéu de Contenda*. Lisboa. Editorial: O século, (Colecção Palmeira).
- UPJOHN, M. Evered e Outros. (1998). *História Mundial da Arte*. Vol. I. Lisboa: Bertrand.
- VASCONCELOS, Flório. (1984). *A Arte em Portugal*. Lisboa: Verbo Juvenil.

Dicionários e Enciclopédias

DARLING, Kindersley. (1993). *Dicionário Visual de Arquitectura*. Lisboa: Editorial Verbo.

MOUNE, M.. (1991). *Dicionário da História Universal*. Paris: Ed. ASA Literatura.

SMITH, Lucie Eduard. (1999). *Dicionário de Termos de Arte*. Lisboa. Círculo de Leitores.

ESTUDOS

Teses

BORGES, Aidil de Carvalho Martins Barbosa. (2005). *O Património Ecológico e Arqueológico da Cidade Velha: Subsídios para o uso sustentável dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Turístico*. [Tese de Mestrado]: anos de 2005. Dissertação apresentada à Universidade de Léon, Fundação Universitária Íbero-americana para obtenção do grau de Mestrado.

PINA CORREIA, Maria Aleluia. (2006). *Os edifícios particulares do Concelho de S. Filipe na perspectiva da história da arte e património*. [Tese de Licenciatura]: dissertação em Ensino da História apresentado ao ISE – Instituto Superior de Educação.

SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

PERIÓDICOS

Revistas

ARAÚJO, Luís (1989). Espaços Arquitectónicos Cabo-verdianos – Tipos de habitação. Revista de Letras, Artes e Cultura – *Fragmentos*, Ano II- 5 e 6, 27-29.

BARROS, Arminda. (2002). Com os olhos no futuro. Revista *Praia, Santa Maria*, nº 2, 8 e 9.

BARROS, Arminda. (2002). Praia Rural quer ser Concelho. Revista *Praia, Santa Maria*, nº 2, 4 e 5.

BRÁSIO, Padre António. (1962). Descobrimento, Povoamento Evangelização do arquipélago de Cabo Verde. *Studia* nº 10 e *Revista de Cabo Verde*, ano XIV, nºs 3 a 6.

CARVALHO, Luís. (1996). Rabelados de Santiago - um símbolo de resistência. *Fragata-Revista de bordo dos TACV*, 10, 42-44.

CARVALHO, Luís. (1996). Cidade Velha - Aqui nasceu o Homem Crioulo. *Fragata*, Revista de bordo dos TACV, 10, 28-32.

CORREIA E SILVA, António Leão (Julho de 1995: 1 a 11). *A Escola e os Descobrimentos - Olhares sobre Cabo Verde*. Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, p. 1 - 11.

CORREIA E SILVA, António. (2003). Praia, menina do mar. *Praia de Santa Maria - Revista da Câmara Municipal da Praia*, 3, p. 18 -19.

CORREIA, João Rosado. (2005). O património construído: reabilitação/revitalização arquitectónicas. *Revista de Património – Espaço e Memória*. Porto: Universidade Portucalense, 1964.

DUARTE, Aida. (2000). Praia - Uma cidade para descobrir. Revista *Cidades*, UCCLA. Ano I. 3, 86 – 90.

DUNCAN, Bentley (Tradução de Rendall Leite. (1983). Ilhas de Cabo Verde – Portos de escala do Atlântico. *Ponto & Vírgula* - Revista de Intercâmbio Cultural. Nº 2, 7-12.

DUNCAN, Bentley, (Tradução de Rendall Leite). (1985). As ilhas de Cabo Verde nos anos de 1720 – Quatro anos de Viagens do Capitão George Roberts. *Ponto & Vírgula* - Revista de Intercâmbio Cultural. Nº 15, 4-10.

DUNCAN, Bentley, (Tradução de Rendall Leite). (1983). O Tráfico de Escravos em Cabo Verde. *Ponto & Vírgula* – Revista de Intercâmbio Cultural, 3, 4-10.

Entrevista com o Presidente da Câmara Municipal de S. Filipe Dr. Eugénio Veiga. (Julho de 2000). Revista *Construção*, Ano I, 3, 37.

GONÇALVES, Guimarães. (1993). O problema do Património. *Revista Africana - Separata Especial*. Universidade Portucalense, Porto, 27.

HOPFFER ALMADA, José Luís. (...) “A Formação da Sociedade Fogueense em Ilhéu de Contenda – Tese, antítese”. *Fragmentos*, 9/10, 107.

LÉON, Marta de e ALVAREZ, Héctor. (2000). Platô, sec. XIX – Uma interessante experiência de recuperação e restauro, Revista *Construção*, Ano III, 3 e 4, 78-79.

LIMA, António Germano. (2008). Proposta de uma tipologia para o estudo da habitação tradicional da Boavista: sec. XVI a XIX. *Revista Africana*. Centro de Estudos africano e Orientais - UPT, Universidade Portucalense, Porto e Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 28, 267- 279.

MORAIS, João. 1991. Tipos de Povoamento em S. Antão e o impacto da idade urbana. Revista de informação Regional – *MONTANHA*, 2.

M.S.C.V.-A.C.F. – Movimento de Solidariedade para com as ilhas de Cabo Verde - Associação de cabo-verdianos em França. (1983). As Ilhas de Cabo Verde: O meio geográfico. *NOS GENTE* – Revista trimestral dos Emigrantes Cabo-Verdianos em França, Ano 1. 1, 2.

NOGUEIRA, Gláucia. (2005). Ribeira dos Engenhos – Onde a Natureza e a História se encontram. *Fragata* – Revista de bordo dos TACV, III Série, 2, 32-37.

Os centenários sobrados do Fogo. (1998). *Fragata* – Revista de bordo dos TACV, 17, 35-39.

PATRIMÓNIO. O QUE É ISSO? (1983) – Uma entrevista com António Jorge Delgada. *Ponto & Vírgula* - Revista de Intercâmbio Cultural, Nº 6, 49-51.

PEREIRA, Daniel A.. (2002), O Farol da minha infância. *Praia de Santa Maria*, Revista da Câmara Municipal, 2, 46.

PEREIRA, Marilene. (2003). Sob o signo do Fogo. *Fragata* - Revista de bordo dos TACV, Série II-1, 20-25.

PEREIRA, Marilene. (2003). Sob o signo do Fogo. *Fragata* - Revista de bordo dos TACV. Série II, 1, 20-26.

ROMANO, Luís. (1987). O Eurafroverdiano. *Arquipélago* – Revista de opinião e Cultura, Ano II, 6, 20-21.

SEMEDO, José Maria. (1987). Ensaio. Base Geográfica para a História de Cabo Verde. *AURORA* – Revista de Artes, Ideias & Letras, 2, 17-19

SANTA RITA VIEIRA, Henrique Lubrano. (1996). A Revolta de Ribeirão Manuel. *Fragata*, Revista de bordo dos TACV, 10, 18-19.

SANTA RITA VIEIRA, Henrique. (1977). Apontamentos sobre a evolução da medicina em Cabo Verde. *Raízes*, Ano 1. 4, 15 - 53.

SANTA RITA VIEIRA, Henrique. (1978). Identidade e dignidade no contexto da luta de libertação nacional - Amílcar Cabral. *Raízes*, 4, 3 a 19.

SANTA RITA VIEIRA, Henrique. (2000). Urbanização da Vila de Santa Maria da Esperança e da Cidade da Praia de Santiago. Revista *Construção*, Ano III, 4, 31 - 41.

SOBRADO NHÔ AGNELO VIRA HOTEL – restauro custa 35 mil contos. (2007). *Sobrados – Revista da Câmara Municipal de S. Filipe – Fogo*, 1, 15.

TEIXEIRA DE SOUSA, Henrique. (1940). A Estrutura social da Ilha do Fogo. *Claridade*, 7, 42 - 45.

TEIXEIRA DE SOUSA, Henrique. (1947). Sobrados, Lojas e funcos - Contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo. *Claridade*, 8, 2 - 22.

TORRÃO, Maria Manuel. (1991). Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. O Algodão da Ilha do Fogo. *Revista Studia*, 50, Lisboa 1991.

VEIGA, Manuel. (1989). A leitura do simbólico em Xaguete de Henrique Teixeira de Sousa -1. *Fragmentos*, 9/10, 9-16.

VEIGA, Manuel. (1989). A leitura do simbólico em Xaguete de Henrique Teixeira de Sousa -2. *Fragmentos*, 11/15, 128-134.

Jornais

CORREIA E SILVA, António Leão. (2001, 20 de Outubro). A invenção de Cabo Verde a partir da seca. *Jornal Horizonte - Especial CADERNO*, Ano II 2ª Série, nº169, 4 e 5.

LOPES FILHO, João. (2003, 15 de Agosto). Turismo Cultural e desenvolvimento II. *Cifrão*, 4-5.

PEREIRA, Marilene. (1999, Abril). Sociedade - Rabelando. *A Semana - Magazine*, 4.

RVS. (2002, 14 de Julho). S. Filipe - Sobrados no Rumo do Património Mundial. *A Semana - Cultura*, 23.

S. FILIPE – CUBANOS VÃO RECUPERAR PARTE HISTÓRICA. (2003, 3 de Janeiro). *A Semana*, 10.

SPÍNOLA, Danny. (2001, Abril/Maio). Rabelados. *Arte e Letra*, 9.

Obras Oficiais, Legislação

CABO VERDE, Conservatória do Registo Predial da Comarca de Sotavento (1908). *Translado do prédio urbano n.º 3560*. Cidade da Praia.

CABO VERDE, Conservatória do Registo Predial da Comarca de Sotavento (1908). *Nota de Registo (25 de Abril de 1908, a f. 40 ma e F 2, sob n.º 3560, a pag. 564 N.º 1.º b 30)*. Cidade da Praia.

CABO VERDE, Conservatória do Registo Predial da Comarca de Sotavento (1908). *Certidão de Transmissão (prédio urbano n.º 3560)*. Cidade da Praia.

CABO VERDE, Conservatória do Registo Predial da Comarca de Sotavento (1908). *Certificado (prédio urbano n.º 3560)*. Cidade da Praia.

CABO VERDE, Conservatória do Registo Predial da Comarca de Sotavento (1908). *Pedido de Descrição do prédio urbano n.º 3560*. Cidade da Praia.

CABO VERDE, Conservatória do Registo Predial da Comarca de Sotavento (1908). *Descrição do prédio urbano n.º 3560*. Cidade da Praia.

Lei n.º 102/III/ 90 (Lei de Base do Património Cultural Cabo-verdiano). In Suplemento ao B.O. n.º 52/90.

Webgrafia

A ver o mundo. Acesso em 28.12.2010. Postado por JCM. 21:15. 11.01.10. Disponível em <http://averomundo-jcm.blogspot.com/serch/label/pensar>.

A vida em Furna. Acesso a 27.10. 2010. Disponível em www.Serra-do-Geres.com

AB. (17 de Março de 2009). Sobrado emblemático da Cidade de S. Filipe recuperado. Página Portal da Ilha do Fogo. Acesso a 2 Maio de 2007.

Central Nacional de Turismo no Espaço Rural. Acesso a 27 de Outubro de 2010. Disponível em www.center.pt

Caminos de la Arqueologia en occidente. Adalys Pilar Mireles. 28 de Setembro de 2011. Acesso a 27 de Outubro de 2008. Disponível em www.cubaarqueologica.org/document/carta8.pdf

AmeliaFotoblog – 08.01.2009. Acesso a 07.02.2011. Disponível em http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809

AmeliaFotoblog 18.12.2008. Acesso a 7.2.2011 Disponível em http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809

AmeliaFotolog: 22.11.2008. Acesso a 7.2.2011 Disponível em http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809

AmeliaFotolog: 27.11.2008. Acesso a 7.2.2011. Disponível em http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809

AmeliaFotolog– 25-11-2008. Acesso a 28.12.2010. Disponível em http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809

AmeliaFotolog: 23.11.2008. Acesso a 7.2.2011. Disponível em http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809

AmeliaFotolog: 30.11.2008. Acesso a 7.2.2011. Disponível em http://www.google.com/imgres?imgurl=http://sp5.fotolog.com/photo/53/40/93/40_amelia/1206091710_f.jpg&imgrefurl=http://www.fotolog.com/40_amelia/809

ANDRADE. Elisa. (2007, Abril). Cabo Verde Ilhas da Morabeza - Cabo Verde: do seu achamento à Independência Nacional – Breve Resenha. Acesso a 30.10.2010. Disponível em <http://caboverde.vozdipovo-online>

Barro, vento e sol. Raízes de uma arquitectura africana. Acesso a 2.04.2007. Disponível em <http://www.revista.iphan.gov.br/matéria.php>

Com/historia/informações. Acesso a 30.12. 2010. Disponível em <http://www.ic.cv.história.html>

Cidade da Ribeira Grande. De Santiago (Cabo Verde). Acesso a 10.10.2010. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/mwiki/Ribeira-Grande-de-Santiago- \(Cabo Verde\)](http://pt.wikipedia.org/mwiki/Ribeira-Grande-de-Santiago-(Cabo-Verde))

Emergência da Nação cabo-verdiana - Cabo Verde, o tiro pela colatra. Acesso a 27.10.2008.

Disponível em:

africadebatehttp://aaad.iscte.pt/ad1%20isabel%20lopes%20ferreira%202.htm

Fotos. Acesso a 30.10. 2010. Disponível em <http://phottos.linternante.com>

Fotos. Acesso a 28.12.2010. Disponível em

http://www.google.com/imgres?imgurl=http://farm1.static.flickr.com/39/103508664_fb92322688.jpg&imgrefurl=http://www.flickr.com/photos/80044543%40N00/page4/&usg=__YHAW6MwIO

Gonzalo Vélez Jahn. Barro, vento e sol. Raízes de uma arquitectura africana. Mistura racial no Brasil. Acesso a 27.10.2008. Disponível em www.senado.gov.br/senado/ilb/asp/PR-consul

Museu Etnográfico da Praia. Acesso a 14.04.2008. Disponível em <http://www.ic.cv/museuetno.html>

Referências Cronológicas: Cabo Verde/Caboverdianos Americanos. Acesso a 30.10.2010.

Disponível em:

www.Umassd.edu/SpecialProgram/caboverde/cvchronp.htm+f%C3%Albricas+de+cabo+Verde+sec.+XVIII+&hl=pt&ct=clnk&cd=l

S. Filipe. Acesso a 28.12.2010. Disponível

em http://www.google.com/imgres?imgurl=http://www.uccla.net/imagens/fotos_membros/sao_fil

ipe Disponível em
_01.jpg&imgrefurl=http://www.uccla.net/index.php%3Foption%3Dcom_conten.

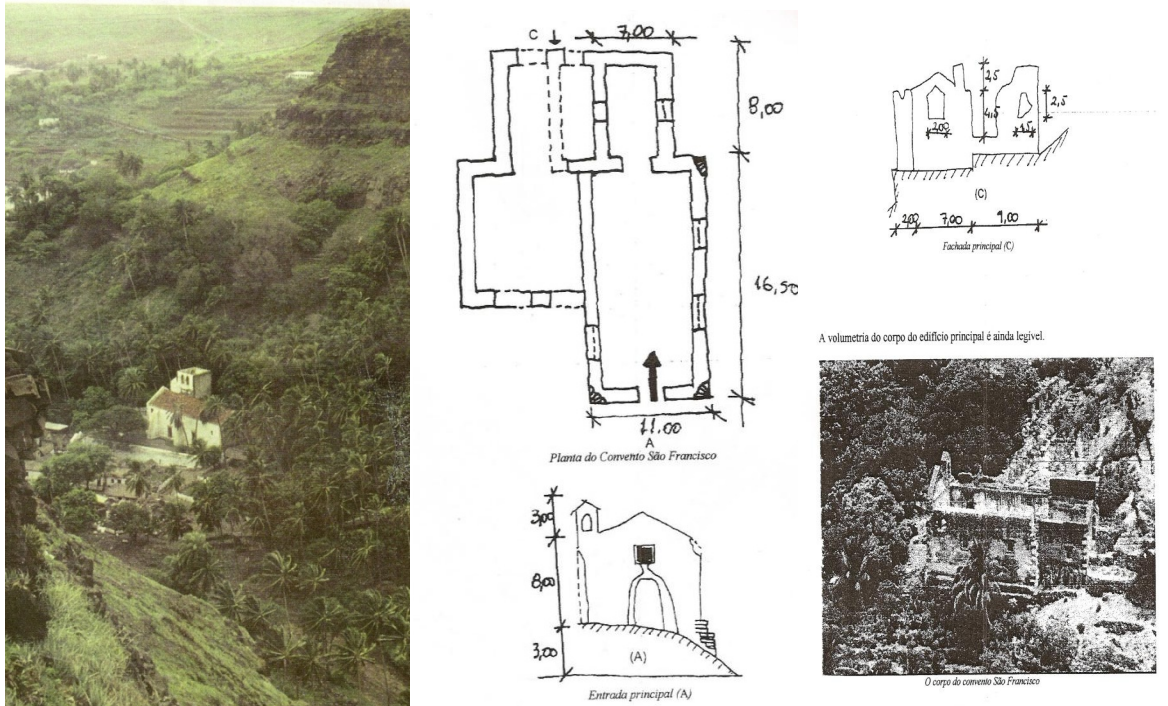
Solares de Portugal. Acesso a 12.12. 2010. Disponível em www.solaresdeportugal.pt

Tongobriga. Acesso a 27.10. 2008. Disponível em <http://www.geira.pt/tongobriga/page6.htm>.

Village de brousse. Acesso a 28.12. 2010. Disponível em <http://photos.linternante.com>

Anexos

Anexo 1 - Convento de S. Francisco e Planta do Convento de S. Francisco com uma imagem antiga do edifício.



Fonte: 1ª imagem: CORREIA E SILVA, António Leão (Julho de 1995: 1 a 11). A Escola e os Descobrimentos - Olhares sobre Cabo Verde. Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, p. 1 - 11. 2ª imagem: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

Anexo 2 - Torre da Igreja da Misericórdia.

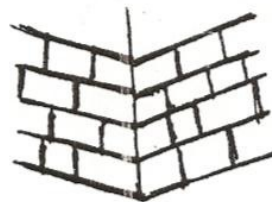
RUÍNAS DA ANTIGA TORRE DA IGREJA DA MISERICÓRDIA

A Torre da igreja Misericórdia foi construída por D. Francisco da Cruz, terceiro Bispo de Cabo Verde, perto de 1555. Se compararmos com um documento de 1929, o edifício perdeu 2/3 de suas paredes assim como o telhado.



Na parte superior que restou pode-se ler várias marcas e pinturas antigas. Um levantamento preciso desses elementos só acrescentará à documentação, dados históricos e artísticos do edifício.

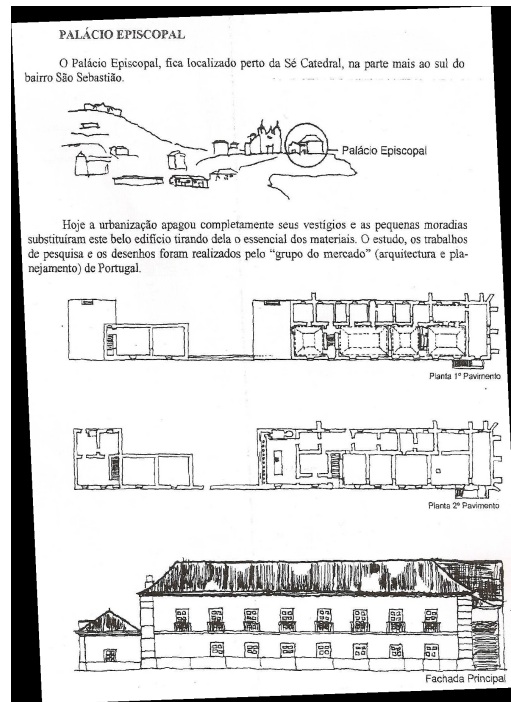
Grandes problemas de segurança se apresentam. Há perigo iminente que esse pequeno testemunho desapareça completamente, pois as paredes de embasamento (fundação), são colocadas de uma maneira grosseira e as pedras de ângulo são separadas (fora do prumo, não estão na vertical).



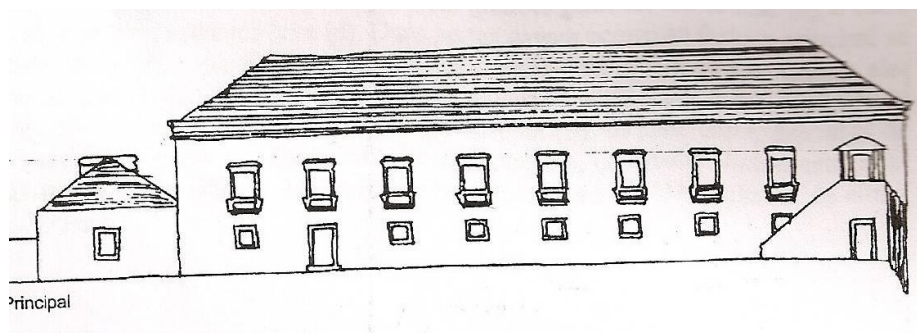
Fundação Base da Torre

Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

Anexo3 - Planta do Palácio Episcopal.



A fachada Principal e a Fachada Oeste do Palácio Episcopal



Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

Anexo 4 - A imagem representa a Igreja da Nossa Senhora da Luz, localizada em Alcatraz.



Fonte: Imagem realizada no âmbito do nosso trabalho de dissertação em Junho de 2010.

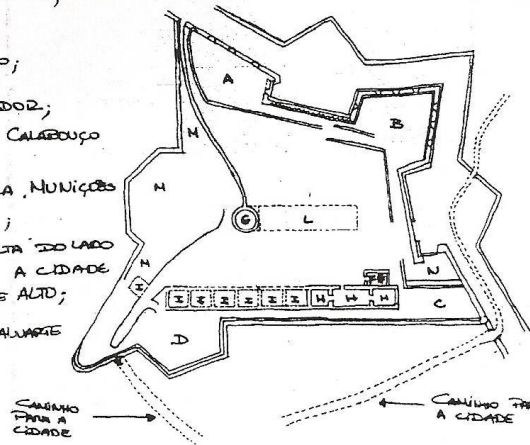
Anexo 5 - Planta da Fortaleza Real de São Felipe

Essa obra magnífica era composta por duas grandes guaritas, um no Este (a), o outro no Oeste (b), e de duas menores (c) e (d). Duas portas davam acesso ao forte, a principal se abria do lado Oeste (e), rumo à Cidade da Ribeira Grande com uma rampa de declive elevada. Perto da guarita Sul ficava a residência do governador (f) e em frente, a capela S. Gonçalo (g). No corpo da praça abria uma bela cisterna (h); no Este desta, depósitos de pólvora e munição de guerra (i). Do lado Oeste da residência, no mesmo alinhamento, ficavam os aposentos das tropas (j). No Norte e Oeste, um muro de “480 palmos” de altura fechava a fortaleza.

LEGENDA:

- A - MEIO BALUARTE DO NORTE;
- B - BALUARTE DE S. GONÇALO (Leste);
- C - MEIO BALUARTE DO SUL;
- D - BALUARTE DE S. BENTO (Oeste);
- E - PORTAL PRINCIPAL;
- F - ERMIDA DE S. GONÇALO;
- G - CISTERNA;
- H - ALOJAMENTO DO GOVERNADOR;
- I - QUARTIS DE GUARNIÇÃO, CALDEIÇO E CASA DO GUARDA;
- L - ARMAZENS DE PÓLVORA, MUNIÇÕES DE GUARDA E DE BOCA;
- M - MURO DE PEDRA SOLTA DO LADO DA ROCHA QUE DEIXA A CIDADE COM 480 PALMOS DE ALTO;
- N - CAVALEIRO DO MEIO BALUARTE DO SUL.

Fortaleza Real de São Felipe

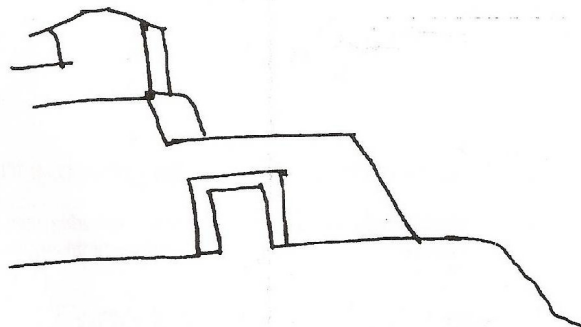


Ainda existe a estrada dos anos 60, mas existe a estrada actual vindo da cidade da Praia. A antiga estrada em forte declive, que levava da cidade à fortaleza. Os paralelepípedos testemunham a sólida construção do séc. XVI.

Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

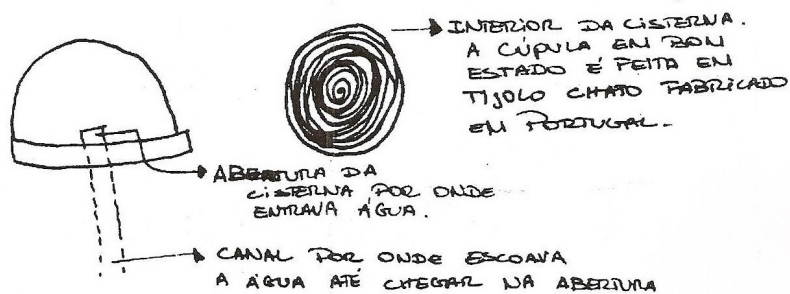
Anexo 6 - Entrada Norte da Fortaleza Real de São Filipe e da antiga Cisterna, no interior.

A entrada Norte, localizada ao extremo limite do precipício, à direita, onde o desnível pode alcançar 120m.



Entrada Norte, sendo que à sua direita existe um desnível de 120m

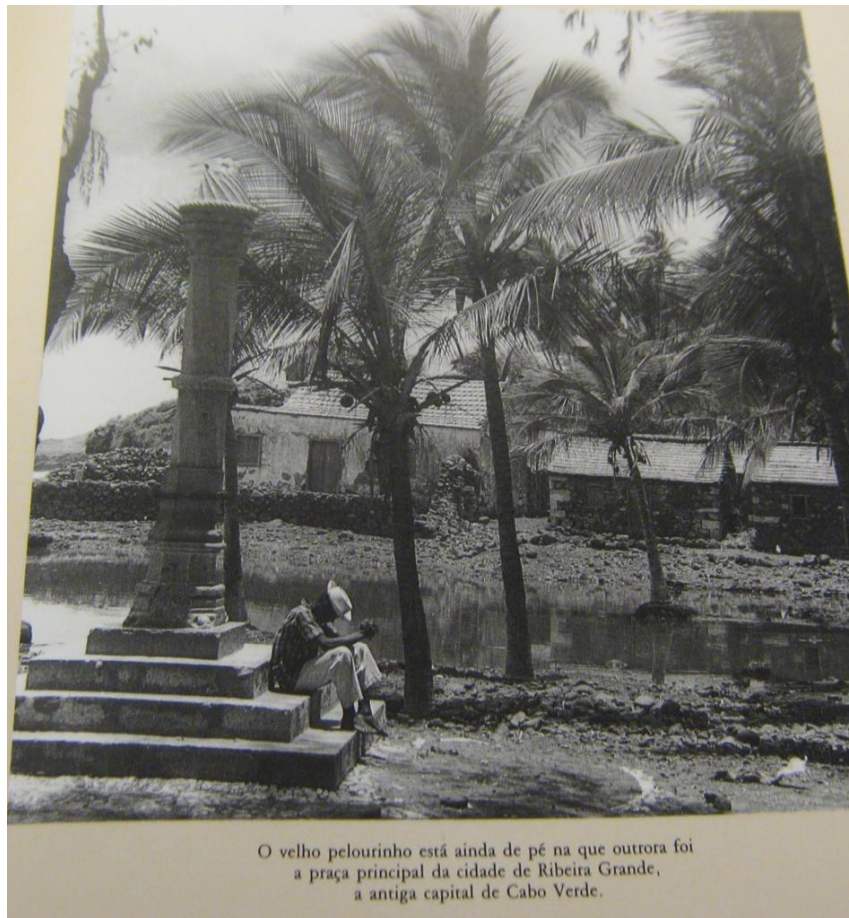
A cisterna, coberta por uma cúpula semi - esférica de tijolo e com uma camada impermeável de argamassa de cal. A chegada de água fazia-se pelo canal a céu aberto e escoava na cisterna pela abertura.



Cisterna

Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

Anexo 7 - A antiga imagem do Pelourinho da Cidade Velha com base quadrangular.



O velho pelourinho está ainda de pé na que outrora foi a praça principal da cidade de Ribeira Grande, a antiga capital de Cabo Verde.

Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

Anexo 8 - Pelourinho após as remodelações pela Cooperação Espanhola.



Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

Anexo 9 – Imagem da localização da fortaleza, dos fortes de protecção e dos Bairros.



Fonte: PEREIRA, Daniel A.. (2009). *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*, 2ª Edição (Revista e aumentada), Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Anexo 10 - Forte de São Lourenço com uma larga porta que servia de uma das entradas da antiga cidade de R. Grande e imagem de uma das barreiras de protecção da cidade.



Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

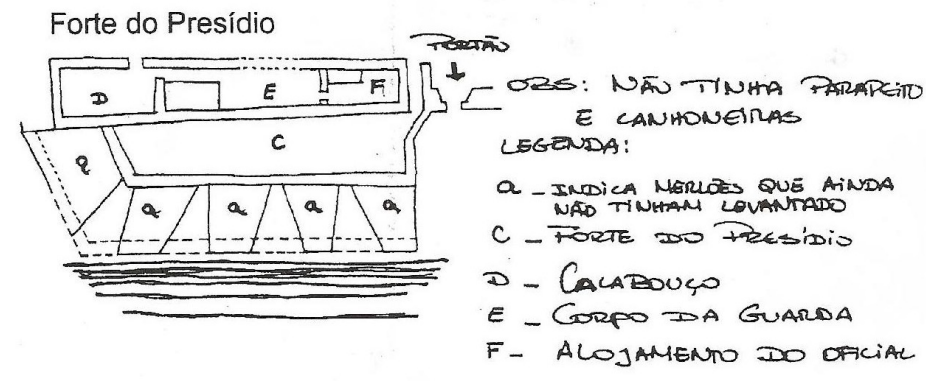
Anexo 11- Planta e localização do Forte do Presídio.

FORTE DO PRESIDIO

O Forte do Presidio estava sob o controle do Forte S. Veríssimo que o superava. Localizado atrás do pequeno porto de pesca e da praia, sua configuração antiga é mais ou menos respeitada. Seus espaços interiores são usados para estocagem de diversos materiais e criação de porcos. Pelo menos esse edifício está em bom estado de conservação.



Forte do Presidio



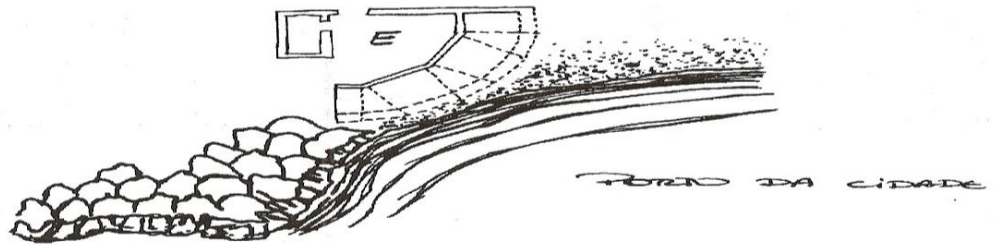
Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

Anexo 12 - Planta e localização do Forte de São Brás.

FORTE SÃO BRÁS

O Forte S. Brás fica em frente ao Forte do Presidio neste espaço portuário. O conjunto, Fortes e muralha, cercava os eventuais assaltantes. O Forte de S. Brás, hoje parcialmente destruído, serve de traços de cultura. Quanto às muralhas, ainda estão bem visíveis.

Forte São Brás

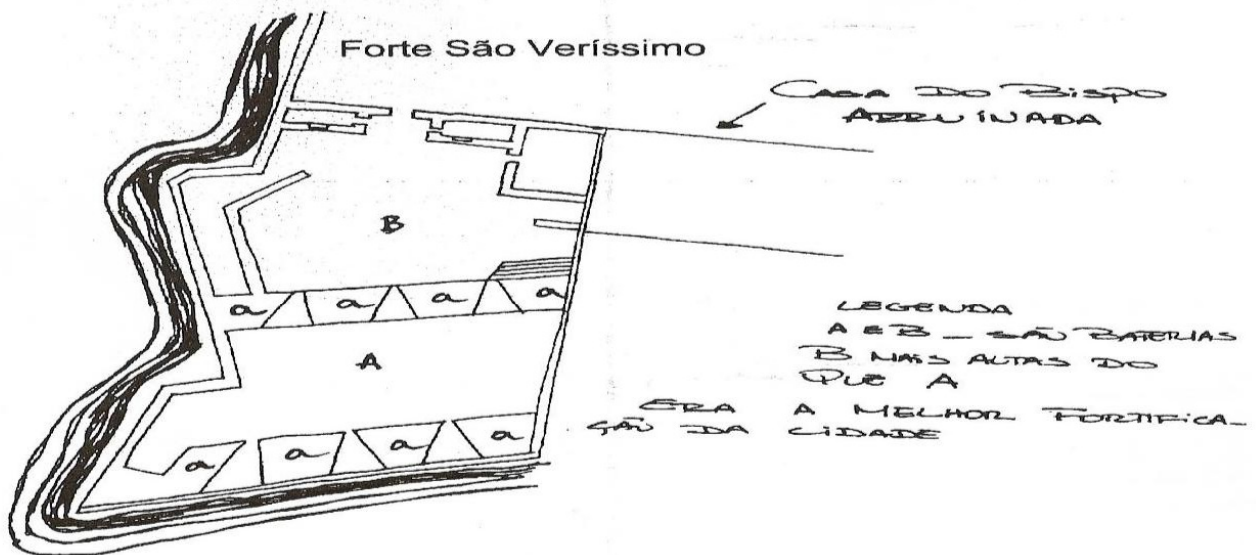


Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

Anexo 13 - Planta e localização do Forte São Veríssimo.

FORTE SÃO VERÍSSIMO

Erguido na vertical do oceano, o Forte São Veríssimo era o posto de vigia mais adaptado (adequado) à protecção do porto da Cidade Velha. Era composto de dois níveis de baterias de artilharia. A fig. mostra o pórtico de junção entre os dois terraços. O arco de tijolo que existia, caiu, há alguns anos atrás, apesar de ter sido restaurada em 1960. Desde esta data, ela encobriu-se de vegetação de moita e serve de galinheiro. Os canhões foram deixados no local.



Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

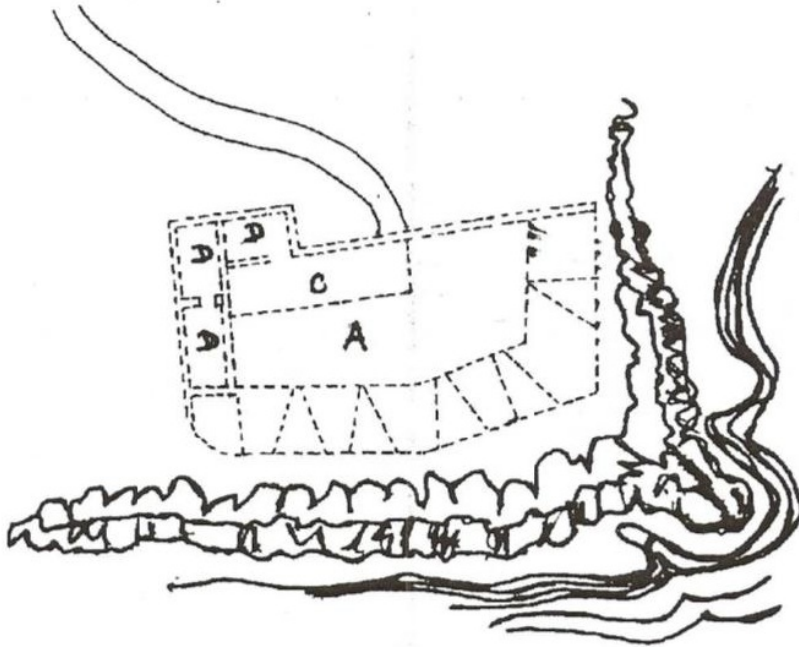
Anexo nº 14 - Planta e localização do Forte São João dos Cavaleiros.

FORTE SÃO SEBASTIÃO / SÃO JOÃO DOS CAVALEIROS

Ele é hoje substituído por uma construção deliberadamente moderna. Os canhões ainda estão lá e encontram-se num nível inferior, roídos pelas águas.

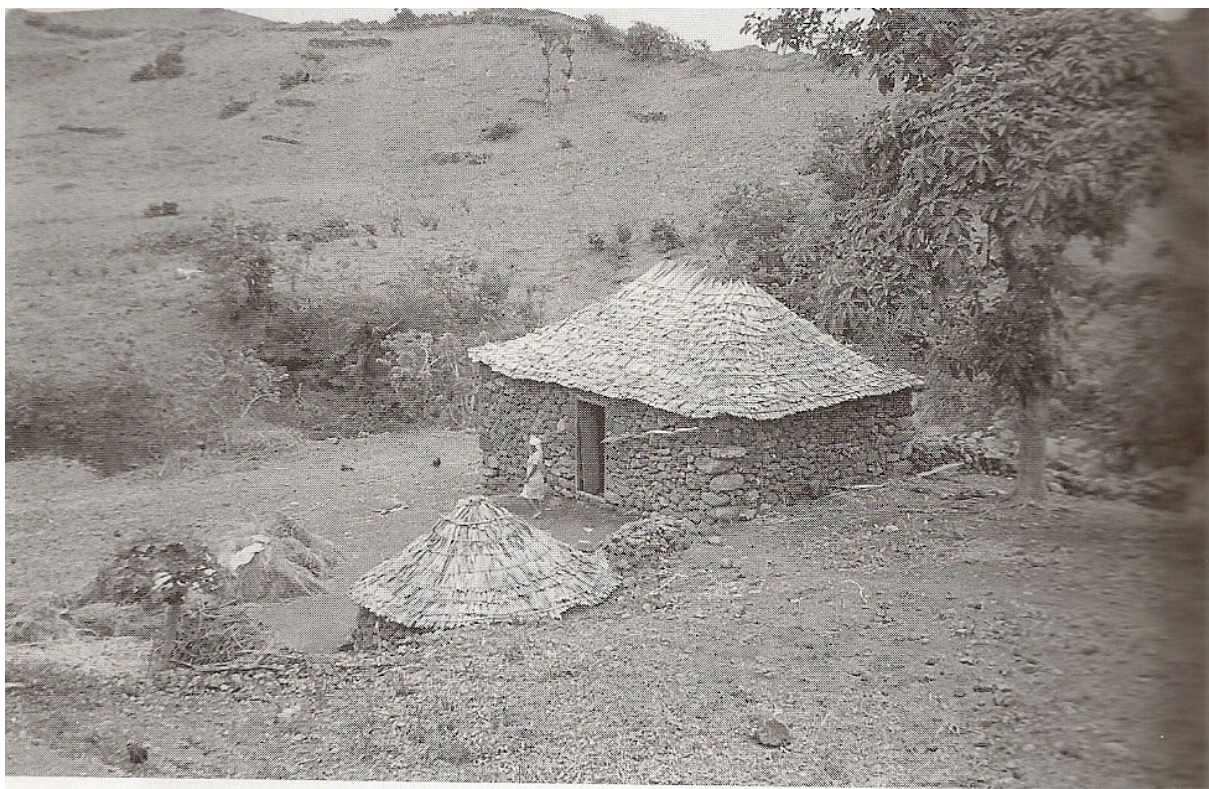
Forte São João dos Cavaleiros

- A - FORTE S. JOÃO DOS CAVALEIROS
- C - ANTIGO QUARTEL
- D - PROJECTO DO NOVO QUARTEL



Fonte: SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. (2010). *Cidade Velha: Património, Musealização e desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. [tese de mestrado]: dissertação em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real para obtenção do grau de Mestrado.

Anexo 15 - Imagem de uma casa rural de planta rectangular e ao lado um funco.



Fonte: RIBEIRO, Orlando. (1960). *A ilha do Fogo e suas erupções vulcânicas*. (2ª Edição). Junta de Investigação do Ultramar-Memórias: Série Geográfica. Est. XIX, B.

Anexo 16 - Funco habitado feito com materiais locais (imagens de 1964) em Tarrafal de Santiago (1ª imagem), Cova Figueira, Ilha do Fogo (2ª imagem) e na Ilha do Maio (3ª Imagem).



Fonte: CARREIRA, António. (1983). *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata* (1460-1878). Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.

Anexo 17 - Casas de planta circular feitas de junco no Senegal.



Fonte: Gonzalo Vélez Jahn. Barro, vento e sol. Raízes de uma arquitectura africana. Mistura racial no Brasil. Acesso a 27.10.2008. Disponível em www.senado.gov.br/senado/ilb/asp/PR-consul

Anexo 18 - Tetos “tecidos” de palma, de casas de planta circular, nos Camarões.



Fonte: Gonzalo Vélez Jahn. Barro, vento e sol. Raízes de uma arquitectura africana. Mistura racial no Brasil. Acesso a 27.10.2008. Disponível em www.senado.gov.br/senado/ilb/asp/PR-consul

Anexo 19 - Imagens da fachada da frente da casa de planta rectangular contígua ao funco.



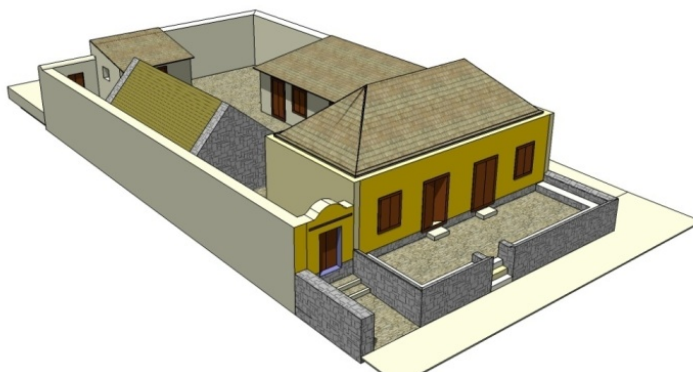
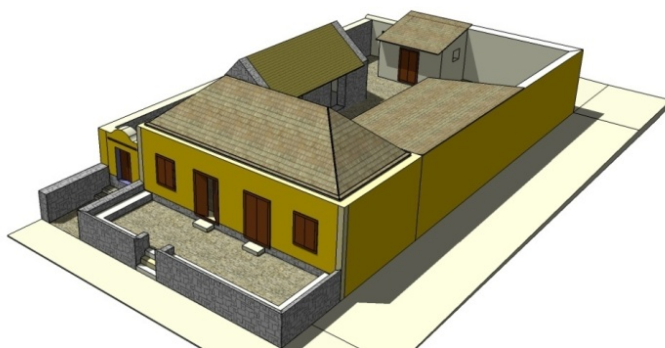
Fonte. Imagem recolhida durante o nosso trabalho de pesquisa de campo.

Anexo 20 - Imagem da zona denominada Fonte-Lexo.



Fonte: RIBEIRO, Orlando. (1960). *A ilha do Fogo e suas erupções vulcânicas*. (2ª Edição). Junta de Investigação do Ultramar-Memórias: Série Geográfica. Est. XX, C.

Anexo 21 - Imagens dos projectos de preservação da habitação senhorial em estudo.



Fonte: Imagens cedidas pela Câmara Municipal da Ribeira Grande de S. Tiago em Abril de 2010.

Anexo 22 - Fachada principal da Casa Senhorial onde viveu Amílcar Cabral.



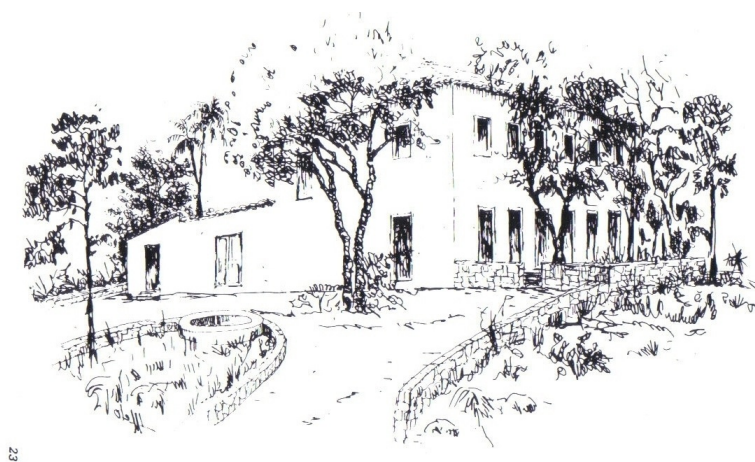
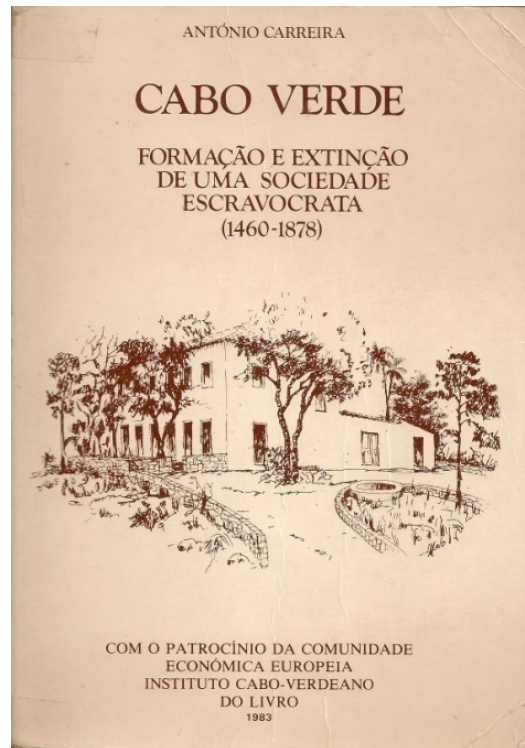
Fonte: Imagem recolhida durante o nosso trabalho de pesquisa de campo.

Anexo 23 - Letreiro que fica no lado direito da porta principal indicando que Amílcar Cabral passou nesta casa parte da sua infância.



Fonte: Imagem recolhida durante o nosso trabalho de pesquisa de campo.

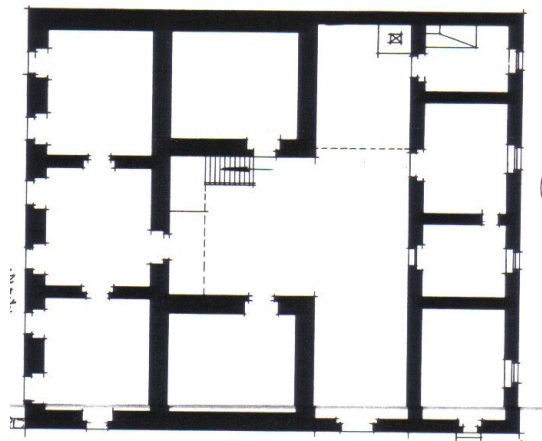
Anexo 24 - Imagem da “Casa-Grande” de S. Martinho.



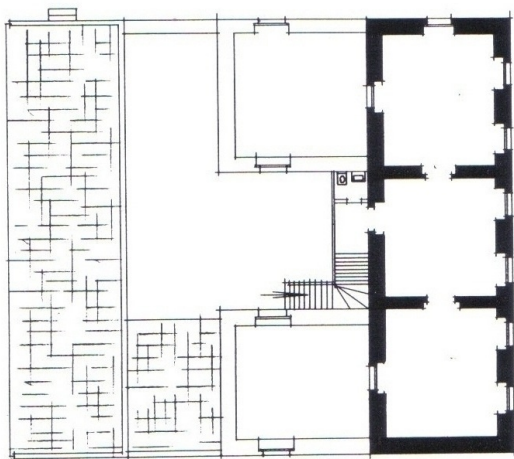
Fonte: CARREIRA, António. (1983). *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.

Anexo 25 - Planta do 1º e do 2º pisos, da “Casa-Grande” de S. Martinho.

Planta do 1º Piso



Planta do 2º Piso



Fonte: CARREIRA, António. (1983). *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.

Anexo 26 - Casa senhorial dos Engenhos.



Fonte: NOGUEIRA, Gláucia. (2005). Ribeira dos Engenhos – Onde a Natureza e a História se encontram. Fragata – Revista de bordo dos TACV, III Série, 2, 32-37.

Anexo 27 - Inscrição da data da construção e do proprietário existente na fachada lateral direita do edifício.



Fonte: NOGUEIRA, Gláucia. (2005). Ribeira dos Engenhos – Onde a Natureza e a História se encontram. Fragata – Revista de bordo dos TACV, III Série, 2, 32-37.